

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL)
SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
2006



ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL)
SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ÍNDICE

- 1 - Órgãos Sociais
 - 2 - Relatório de Gestão
 - 3 - Demonstrações Financeiras Individuais
 - 4 - Demonstrações Financeiras Consolidadas
 - 5 - Certificação Legal das Demonstrações Financeiras Individuais
 - 6 - Certificação Legal das Demonstrações Financeiras Consolidadas
 - 7 - Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
 - 8 - Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual
 - 9 - Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada
 - 10 - Extracto da Acta da Assembleia Geral
Anual que aprovou as contas, realizada
em 31 de Maio de 2007
-

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

(Cargo Vago)

VICE-PRESIDENTE

(Cargo Vago)

SECRETÁRIO

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

VICE-PRESIDENTE

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

VOGAIS

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Olindo Reis de Oliveira

Augusto de Athayde Soares d'Albergaria

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

José Queiroz Lopes Raimundo

José Carlos Cardoso Castella

(Cargo vago)

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Carlos Alberto Marques da Costa

VOGAIS EFECTIVOS

José Manuel Macedo Pereira (ROC)

Armando da Silva Antunes

VOGAL SUPLENTE

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados (SROC), representada por
J.M. Ribeiro da Cunha

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2006

Senhores Accionistas,

O Conselho de Administração vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas da ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. (ESF(P)), referentes ao exercício de 2006.

I. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO, NACIONAL E INTERNACIONAL, NO ANO DE 2006

1. SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

A economia mundial registou, em 2006, um crescimento acentuado, que se estima em torno de 5,1% (4,9% em 2005). A conjuntura económica foi caracterizada por uma distribuição mais equilibrada do crescimento, destacando-se o desempenho das economias emergentes, com uma variação do PIB de 7,3%. Dentro deste grupo, sobressaiu o dinamismo da Ásia, com um crescimento de 8,7%.

A conjuntura económica foi, ainda, caracterizada pela subida do preço do petróleo nos primeiros oito meses do ano, atingindo no final deste período um máximo nominal histórico de USD 78/barril. Em termos médios anuais, registou-se uma subida de USD 54,5/barril para USD 65,4/barril, que se explica pela persistência de uma procura forte, por restrições à expansão da oferta e por movimentos especulativos relacionados, sobretudo, com questões geopolíticas. No último trimestre de 2006, observou-se um recuo no preço do petróleo, para cerca de USD 60/barril. A conjuntura de crescimento económico forte e de inflação moderada – suportada, no final do ano, pela queda dos preços dos bens energéticos – contribuiu para uma evolução positiva do sentimento económico global, expresso num desempenho favorável dos mercados accionistas. Na Europa, os índices CAC 40 de Paris, DAX de Frankfurt e IBEX 35 subiram 17,53%, 21,98% e 31,79%, respectivamente. Nos Estados Unidos, os índices S&P500 e Dow Jones valorizaram-se, respectivamente, 13,62% e 16,29%, tendo o índice Nasdaq ganho

9,52%. Para este desempenho contribuiu também a persistência de uma conjuntura de ampla liquidez a nível global, traduzida numa forte actividade de fusões e aquisições e numa compressão dos *spreads* de crédito.

Nos Estados Unidos, o PIB cresceu 3,3% em 2006, em ligeira aceleração face ao registo de 3,2% observado em 2005. A segunda metade do ano foi, no entanto, marcada por um arrefecimento significativo do sector da habitação, expresso numa estagnação dos respectivos preços e numa queda de cerca de 19% (anualizada) no investimento residencial. A *yield* dos títulos da dívida pública norte-americana subiu, na maturidade dos 10 anos, de 4,4% para 4,7% – um nível ainda relativamente baixo.

Na Zona Euro, o ano foi marcado por uma recuperação significativa dos índices de confiança (em particular ao nível das empresas), reflectindo a aceleração observada na actividade económica. O crescimento do PIB subiu de 1,4% para 2,6%, sobretudo em função de um comportamento favorável da procura externa, e na qual se destacou o peso crescente da procura oriunda da Ásia Emergente e do Médio Oriente. No conjunto do ano, as exportações da Zona Euro cresceram 8,4% em termos reais. O crescimento da procura externa e o maior optimismo dos empresários reflectiram-se, por sua vez, numa recuperação do investimento (que registou uma variação anual de 4,5%) e numa melhoria das condições do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a descer de 8,5% para 8%, em termos médios anuais. Esta evolução foi comum à economia da Alemanha, que registou um crescimento anual do PIB de 2,7%, acima das expectativas. Na Zona Euro, o consumo das famílias mostrou sinais de recuperação, mas manteve um crescimento relativamente moderado (1,8%), ainda restringido por uma conjuntura de forte moderação salarial.

O ano de 2006 foi ainda caracterizado, na economia da Zona Euro, por um forte crescimento da liquidez (medida pelo agregado monetário M3), a qual registou, no final do ano, uma variação homóloga de 9,8%, claramente acima do valor de referência do Banco Central Europeu (BCE), de 4,5%, e o registo mais elevado dos últimos 16 anos. Tal como em 2005, a evolução da massa monetária continuou a ter, como contrapartida, um forte dinamismo dos empréstimos ao sector privado. Estes observaram um crescimento de 10,7%, destacando-se a variação de 13% nos empréstimos às sociedades não financeiras. Os empréstimos às famílias registaram uma ligeira desaceleração, mas ainda com crescimentos de 9,5% no crédito à habitação e de 7,8% no crédito ao consumo. A observação de um crescimento elevado num contexto de forte liquidez levou o BCE a elevar a taxa de juro das operações principais de

refinanciamento em 125 pontos base, para 3,5%. A taxa de inflação manteve-se inalterada, em termos médios anuais, em 2,2%. A yield dos títulos da dívida pública a 10 anos subiu, por sua vez, de 3,309% para 3,948%.

O estreitamento do diferencial de juros face aos Estados Unidos contribuiu para uma apreciação de 12% do euro face ao dólar, para EUR/USD 1,319.

Com taxas de juro ainda relativamente baixas, um crescimento da liquidez elevado e uma procura forte nos mercados das matérias-primas, a conjuntura internacional manteve-se favorável à economia do Brasil, tendo o crescimento do PIB subido de 2,3% para 2,9%. As exportações mantiveram a tendência de forte crescimento pelo quinto ano consecutivo, levando o excedente da Balança Comercial a subir de USD 44,8 para USD 46 mil milhões. Com uma descida na inflação (medida pelo IPCA) de 5,7% para 3,1% e com as expectativas de médio e longo prazo para a inflação solidamente ancoradas, o Banco Central reduziu os juros de referência num total acumulado de 475 pontos base, para 13,25%. A melhoria das condições monetárias contribuiu, por sua vez, para um maior dinamismo da procura interna, com recuperações no consumo privado, de 3,1% para 3,8%, e no investimento, de 1,6% para 6,3%. A taxa de desemprego manteve-se relativamente estabilizada, em 8,4% da população activa (após um registo de 8,3% em 2005). O real revelou uma grande estabilidade na segunda metade de 2006, em resultado de intervenções contínuas do Banco Central no mercado cambial. No conjunto do ano, a divisa brasileira registou uma apreciação de cerca de 8% face ao dólar, para USD/BRL 2,17. Face ao euro, o real depreciou-se perto de 1,5%, para EUR/BRL 2,81. O ano de 2006 foi igualmente marcado pela realização de eleições presidenciais em Outubro, as quais conduziram Lula da Silva a um segundo mandato como Presidente do Brasil. Tal como o real, as principais medidas de risco soberano mantiveram-se estabilizadas – incluindo no período relativo ao processo eleitoral. O índice EMBI+ Brasil evoluiu ligeiramente acima dos 200 pontos base (spread face aos títulos do Tesouro norte-americano) na segunda metade do ano.

A economia de Angola manteve, em 2006, o elevado ritmo de crescimento que caracterizou os últimos anos, estimando-se um crescimento do PIB em torno de 14,5% (20,6% em 2005). Este desempenho da actividade económica assentou numa conjuntura favorável ao nível dos preços de recursos naturais com um elevado peso nas exportações angolanas (como o petróleo e os diamantes), numa estabilização das principais variáveis macroeconómicas, com particular destaque para a inflação, e num esforço de investimento em infraestruturas básicas. O *output* do sector petrolífero deverá ter crescido 15% em 2006, após um registo de 26% em 2005. A

política do “kwanza forte”, através de intervenções das autoridades no mercado cambial suportando a divisa e pressionando em baixa os preços das importações, manteve-se em 2006, o que resultou numa nova descida da taxa de inflação, de 23% para 13%. Neste contexto, prosseguiu, ao longo do ano, a tendência de descida das taxas de juro. A taxa de redesconto do Banco Central desceu de 18% para 14%, enquanto a taxa de juro dos títulos do Banco Central a 3 meses desceu de 11% para 6%.

O desempenho da economia espanhola voltou a sobressair no contexto europeu, com um crescimento do PIB de 3,9%, após um registo de 3,5% em 2005. A procura interna desacelerou ligeiramente face ao ano anterior, mas continuou a exibir um ritmo de crescimento muito robusto, ligeiramente abaixo de 5%. O consumo privado e o consumo público cresceram, respectivamente, 3,7% e 4,4%, enquanto a formação bruta de capital fixo cresceu 6,3%. Não obstante a subida dos juros de curto prazo na Zona Euro, as taxas de juro reais mantiveram-se negativas ou próximas de zero em Espanha durante praticamente todo o ano de 2006, tendo a inflação média subido para 3,5% (0,1 pontos percentuais acima do registo de 2005).

A persistência de condições monetárias expansionistas voltou, assim, a contribuir para um desempenho positivo dos sectores da construção e da habitação residencial, com crescimentos em torno de 6%. Embora exibindo uma tendência clara de desaceleração face a 2005 (quando subiram cerca de 13%), os preços da habitação subiram ainda perto de 9% em 2006, acima da média da Zona Euro. Neste contexto, os empréstimos para aquisição de habitação continuaram a revelar um forte crescimento – cerca de 20%, após um registo de 24% no final do ano anterior. O ritmo de expansão do crédito às sociedades não financeiras acompanhou a tendência positiva do investimento, subindo de 21% para 24% entre 2005 e 2006.

A recuperação da actividade na Zona Euro reflectiu-se positivamente nas exportações espanholas, cujo crescimento subiu de 1,5% para 6,2%. Neste contexto, e não obstante uma aceleração das importações (de 7% para 8,4%), observou-se, em 2006, uma diminuição da contribuição negativa da procura externa líquida para o crescimento. A recuperação das exportações face às importações não foi, no entanto, suficiente para evitar um novo agravamento das contas externas, com o défice da conta corrente a ampliar-se de 7,4% para cerca de 8,8% do PIB.

O dinamismo da actividade económica traduziu-se favoravelmente no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego diminuído de 9,2% para 8,4% da população activa. Uma conjuntura favorável ao crescimento das receitas orçamentais permitiu, por outro lado, uma

nova melhoria nas contas públicas, expressa numa subida do excedente orçamental de 1,1% para 1,8% do PIB.

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

A economia portuguesa observou, em 2006, uma recuperação face ao ano anterior, com o crescimento do PIB a subir de 0,5% para 1,3%. O maior dinamismo da actividade assentou, sobretudo, no forte crescimento das exportações de bens e serviços, com uma variação real de 8,8% (após um registo de 1,1% em 2005). Para além da manutenção de um crescimento do PIB elevado em Espanha, Portugal beneficiou da recuperação da actividade observada no conjunto da Zona Euro, em particular na Alemanha. Ao mesmo tempo, registaram-se fortes crescimentos das exportações para destinos menos tradicionais, com destaque para Angola (com um registo próximo de 60%, em termos nominais). Neste contexto, o contributo das exportações líquidas para o crescimento aumentou, em 2006, de -0,5 para 1 ponto percentual.

A procura interna, por seu lado, viu o seu contributo para o crescimento diminuir de 1 para 0,3 pontos percentuais. O consumo privado acentuou a tendência de desaceleração observada desde 2004, com o respectivo crescimento a descer de 2,2% para 1,1%. Não obstante uma recuperação visível dos índices de confiança das famílias na parte final do ano, as despesas de consumo privado foram restringidas, em 2006, pela subida das taxas de juro, por um crescimento ainda moderado do rendimento disponível e pela natureza restritiva da política orçamental, concretizada, sobretudo, na subida de alguns impostos indirectos.

A formação bruta de capital fixo voltou a registar o comportamento mais negativo entre as componentes da procura interna, embora com uma queda real (de 1,7%) inferior à observada em 2005 (de 3,8%). Apesar de a recuperação da procura externa se ter reflectido numa subida dos índices de confiança nos sectores dos serviços e da indústria, as empresas mostraram-se ainda cautelosas nas suas decisões de investimento, perante a vulnerabilidade da procura interna. A despesa total em capital fixo foi ainda restringida pelos esforços de consolidação orçamental, que se traduziram numa queda do investimento público, e pela continuação do ajustamento das despesas de investimento em habitação por parte das famílias.

Neste contexto, a taxa média anual de desemprego subiu de 7,6% para 7,7% da população activa.

O consumo público caiu 0,3%, a partir de uma diminuição das despesas com o pessoal e das despesas em bens e serviços. Em conjunto com a queda do investimento público e com o forte aumento das receitas fiscais e não fiscais (ligeiramente acima de 8%), este registo contribuiu para uma diminuição do défice global das Administrações Públicas, de 6% para 3,9% do PIB, um valor inferior ao previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento.

A moderação do crescimento da procura interna e o forte dinamismo das exportações de bens e serviços não evitaram uma deterioração do saldo conjunto das balanças corrente e de capital, com as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa a subirem de 8,1% para 8,7% do PIB. Ao nível da Balança de Pagamentos, destaca-se ainda a evolução positiva do investimento directo em Portugal, o qual atingiu, em termos líquidos, um valor próximo de 5,8 mil milhões de euros.

Os empréstimos ao sector privado não financeiro registaram uma ligeira aceleração em 2006, com o respectivo crescimento anual a subir de 7,4% para 8,8%. Na base desta evolução esteve uma expansão mais robusta dos empréstimos ao consumo e outros fins, cujo crescimento terá subido de 4,5% para um valor ligeiramente acima de 10%, em linha com a melhoria da confiança das famílias e com os sinais de recuperação do consumo privado observados no final do ano. Os empréstimos à habitação mantiveram, por seu lado, a tendência de abrandamento gradual dos últimos anos, com o respectivo crescimento a cair de 11,1% para 9,9%. Os empréstimos às sociedades não financeiras exibiram uma tendência de aceleração ao longo de 2006, com um crescimento de 7,2%, acima do registo de 5% observado no ano anterior. Estes empréstimos destinaram-se sobretudo a reestruturação de dívidas, fusões e aquisições e financiamento de actividades correntes por parte das empresas.

A taxa de inflação média subiu, em 2006, de 2,3% para 3%. Este registo encontra-se afectado por uma alteração metodológica no tratamento estatístico de algumas componentes do Índice de Preços no Consumidor (IPC), com impacto apenas nos registos de 2006. Sem esta alteração, a inflação média teria subido para 2,5%. A aceleração dos preços em 2006 é explicada pelo aumento dos preços dos bens energéticos na primeira metade do ano e pelo impacto da subida de alguns impostos indirectos (o IVA em Julho de 2005 e alguns impostos sobre o consumo em Janeiro de 2006).

No que respeita às perspectivas para a evolução da economia mundial em 2007 e 2008, os indicadores mais recentes sustentam um cenário de crescimento ainda relativamente forte da actividade, com uma desaceleração na economia dos Estados Unidos compensada por um desempenho mais favorável das economias da Ásia e da Zona Euro. Ao mesmo tempo, e apesar de alguns riscos (relacionados com a recente subida do preço do petróleo e com os níveis baixos das taxas de desemprego nas principais economias), a inflação deverá manter-se em níveis benignos, evitando a necessidade de políticas monetárias muito restritivas.

Em relação a Portugal, espera-se um crescimento do PIB em torno de 1,7%, fruto da manutenção de uma procura externa forte e de uma recuperação moderada da procura interna.

II. ACTIVIDADE DA ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

No período em apreço, a actividade da ESF(P) consistiu, essencialmente, na gestão da participação na BESPARG – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. (BESPARG), tendo acompanhado a actividade desta subsidiária e, por seu intermédio, a actividade do Grupo Banco Espírito Santo, e ainda, durante o primeiro semestre de 2006, das seguradoras COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE - VIDA, S.A. (Tranquilidade – Vida), com a designação actual de BES – VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (BES – VIDA) e ESPÍRITO SANTO - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (Espírito Santo Seguros), com a designação actual de BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (BES Seguros).

Como aspecto mais significativo do exercício, há a registar a aquisição de um lote de 2.850.182 acções representativas de 2,08% do capital social da BESPARG à ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A. (ESFG) pelo montante de 50,7 milhões de euros e de um lote de 5.502.385 acções representativas de 4,03% do capital social da BESPARG à CENTUM - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA (CENTUM) pelo montante de 97,9 milhões de euros.

Após estas operações, a ESF(P) passou a ser titular de 92.076.027 acções representativas de 67,4% do capital social da BESPARG, o que compara com as 83.723.460 acções representativas de 61,29% do capital social detidas em 31 de Dezembro de 2005.

As demonstrações financeiras individuais da ESF(P) relativas a 31 de Dezembro de 2006 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005. As NCA traduzem-se na aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal.

Em termos da evolução da estrutura financeira da ESF(P) no período em análise, destaca-se o aumento do activo líquido em 59,9 milhões de euros (7,8%) o qual atingiu o montante de 823,3 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006. Ao nível do passivo, que ascende a 504,1 milhões de euros, verificou-se um aumento no montante de 26,6 milhões de euros (5,5%), todavia, inferior ao aumento do activo. Detalhando a análise, realçam os seguintes factos:

- i A rubrica de Investimentos em subsidiárias, que em 31 de Dezembro de 2006 apresenta um saldo de 821 milhões de euros, registou um acréscimo de 148,6 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2005, em resultado do reforço da participação financeira no capital social da BESPARG;
- ii A diminuição do saldo da rubrica Outros activos, a qual passou de 71,1 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2005, para 0,1 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2006, deve-se principalmente ao recebimento integral dos empréstimos concedidos à BESPARG e respectivos juros corridos, no montante total de 71 milhões de euros;
- iii A rubrica de Outros empréstimos compreende exclusivamente os empréstimos do accionista ESFG concedidos a título de suprimentos, que em 31 de Dezembro de 2006 ascenderam a 397,6 milhões de euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2005 se cifraram em 340,2 milhões de euros;
- iv A diminuição da rubrica Responsabilidades representadas por títulos em 67,6 milhões de euros, a qual passou de 137,1 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2005, para 69,5 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2006, é reflexo do reembolso de obrigações no montante de 67,3 milhões de euros, e da consequente redução nas rubricas de Despesas com encargo diferido, Juros a pagar e Prémios de emissão no valor total de 0,3 milhões de euros;

- v O saldo da rubrica Outros passivos, em 31 de Dezembro de 2006, é constituído pela dívida à CENTUM no montante de 36,5 milhões de euros resultante da aquisição da participação na BESPARG através referida;
- vi Distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2005 no montante de 5,4 milhões de euros e dividendos antecipados de 2006 no montante de 37,3 milhões de euros, o que perfaz um total de 42,7 milhões de euros.

Ao nível da Demonstração dos resultados estatutária, importa referir que a margem financeira evoluiu favoravelmente, tendo melhorado em 0,2 milhões de euros face a 2005, embora ainda negativa em 2 milhões de euros. Para a evolução favorável da margem, contribuiu de forma positiva a diminuição da rubrica de Juros e encargos similares em 0,4 milhões de euros, explicada naturalmente pela redução dos passivos remunerados, e de forma negativa a redução da rubrica de Juros e rendimentos similares em 0,2 milhões de euros, reflexo da diminuição dos activos remunerados.

O produto bancário regista um crescimento significativo de 71,1 milhões de euros quando comparado com o exercício anterior, o que se explica sobretudo pelo aumento dos dividendos recebidos da BESPARG, que em 2006 ascenderam a 80,3 milhões de euros, contra 9,2 milhões de euros em 2005.

Os factos acima assinalados conduziram a um resultado do exercício de 2006, em base individual, de 76,1 milhões de euros, enquanto que em 2005 tal resultado havia sido de 5,5 milhões de euros, representando um crescimento de 70,6 milhões de euros.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, que transpôs para a ordem jurídica portuguesa a Directiva n.º 2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

O resultado consolidado do exercício de 2006 atribuível aos accionistas da empresa-mãe foi positivo no valor de 374,9 milhões de euros, o que evidencia um aumento de 321,2% face ao

registado no ano anterior (2005: 89 milhões de euros). Para este resultado contribuíram positivamente:

- i O Grupo BES, com um montante de 114,3 milhões de euros (2005: 78,2 milhões de euros);
- ii Ainda que relativo apenas ao período findo em 27 de Junho de 2006, a Tranquilidade – Vida, com um montante de 11,1 milhões de euros (2005: 20 milhões de euros) e a Espírito Santo Seguros, com um montante de 0,6 milhões de euros (2005: 0,9 milhões de euros);
- iii O ganho obtido na venda de acções BES (incluindo direitos de subscrição), no montante de 76 milhões de euros;
- iv Os ganhos obtidos na venda das participações na Tranquilidade – Vida e na Espírito Santo Seguros nos montantes de, respectivamente, 171,5 e 12,4 milhões de euros;

E, negativamente:

- i A ESF(P) e a BESPARG, em base individual, com um montante de 11 milhões de euros (2005: 10,2 milhões de euros).

A evolução do resultado consolidado da ESF(P) em 2006 reflecte, assim, o bom desempenho das suas filiais, quer do sector bancário quer do sector segurador, estas últimas apenas durante o período decorrido até à sua alienação.

Registe-se, ainda, que caso o investimento indirecto que a ESF(P) detém no BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. (BES ou Banco Espírito Santo) fosse valorizado com base na cotação observada na Euronext Lisbon, em 31 de Dezembro de 2006, os activos líquidos da ESF(P) passariam de 823,3 milhões de euros, conforme balanço individual reportado àquela data, para 1.852,5 milhões de euros, o que se traduziria numa valorização de 125% face aos valores contabilísticos.

Como a actividade da ESF(P) está cometida à gestão da participação que hoje detém no capital social da BESPARG e, através desta, no capital social do BES, bem como tendo em atenção as participações qualificadas relevantes que a BESPARG deteve nas seguradoras BES – VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (ex Tranquilidade - Vida) e na BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (ex Espírito Santo Seguros) até 27 de Junho de 2006, os seus resultados não podem deixar de reflectir a evolução das actividades desenvolvidas por aquelas sociedades, nomeadamente pelo BES, bem como, pelo conjunto das instituições de crédito e sociedades financeiras que, incluídas no perímetro da sua consolidação, com ele formam o denominado Grupo Banco Espírito Santo.

Impõe-se, portanto, uma referência, embora sumária, aos resultados atingidos pela BESPARG e pelo Grupo Banco Espírito Santo no exercício de 2006, bem como pelas seguradoras, entretanto alienadas, no primeiro semestre deste exercício, o que faremos de seguida.

III. ACTIVIDADES E RESULTADOS DAS EMPRESAS PARTICIPADAS DO SECTOR FINANCEIRO

1. BESPARG – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

O exercício de 2006 constituiu um marco importante na actividade societária da BESPARG, na medida em que, a par da gestão das participações detidas nos sectores bancário e segurador, concretizou-se, ainda neste exercício, a alienação das participações que detinha no sector segurador e subscreveu o aumento do capital social do BES de 1.500 milhões de euros para 2.500 milhões de euros.

Concretamente, no mês de Junho, a BESPARG concluiu a alienação das participações detidas no sector segurador, respectivamente, de 35% no capital social da Espírito Santo Seguros e de 65,5% do capital social da Tranquilidade - Vida.

A participação na Tranquilidade – Vida foi alienada nos seguintes termos:

- i Ao Crédit Agricole, 20.250.000 acções representativas de 40,5% do capital social, pelo preço global de 384,8 milhões de euros;

- ii Ao Grupo Banco Espírito Santo, 12.500.000 acções representativas de 25% do capital social, pelo preço global de 237,5 milhões de euros.

Com a alienação da Tranquilidade - Vida, a BESPARG realizou uma mais-valia de 458,5 milhões de euros.

Por seu lado, a participação na Espírito Santo Seguros, correspondente a 1.050.000 acções, foi integralmente alienada ao Crédit Agricole pelo preço global de 28 milhões de euros, o que originou um ganho de 22,8 milhões de euros.

Estas transacções resultaram da decisão estratégica da BESPARG em concentrar as suas participações directas estritamente no sector bancário, e inseriram-se numa reestruturação global das participações dos Grupos Espírito Santo Financial Group e Crédit Agricole no sector segurador em Portugal.

No mês de Maio de 2006, o BES aumentou o capital social de 1.500 milhões de euros para 2.500 milhões de euros. Esta operação foi realizada mediante a emissão de 200.000.000 de novas acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 5 euros cada, nas seguintes modalidades:

- i 50.000.000 de novas acções atribuídas gratuitamente aos accionistas por incorporação de prémios de emissão, na proporção de uma nova acção por cada seis acções detidas;
- ii 150.000.000 de novas acções reservadas à subscrição pelos accionistas, na proporção de uma nova acção por cada duas detidas. O preço de subscrição foi de 9,2 euros.

Decorrente da participação naquele aumento de capital do BES, a BESPARG recebeu gratuitamente 20.988.194 acções e subscreveu e realizou 53.082.638 acções ao preço de 9,2 euros por acção, o que representou um investimento de 488,4 milhões de euros.

O aumento de capital do BES, para além de reforçar a base de capital para níveis confortáveis face aos objectivos de crescimento traçados, também visou aumentar o número de acções

disponíveis para serem transaccionadas no mercado de capitais. Neste âmbito, para aumento do *free-float* da acção BES, a BESPARG alienou 19.763.892 direitos de subscrição de acções do BES ao preço unitário de 0,75 euros, tendo obtido um ganho de 14,8 milhões de euros.

Relativamente aos rendimentos obtidos das participações detidas, no exercício de 2006, a BESPARG recebeu das suas participadas dividendos no valor global de 55,3 milhões de euros.

1.1. PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DO BES

Em 31 de Dezembro de 2006, a BESPARG é titular de 200.000.000 de acções representativas de 40,00% do capital social do BES, e de igual percentagem de direitos de voto, o que compara com as 125.929.168 acções representativas de 41,98% do capital social detidas em 31 de Dezembro de 2005.

No entanto, de acordo com o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários, são também contados como pertencentes à BESPARG, 0,181% dos direitos de voto correspondentes a 904.274 acções do BES detidas pelos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

Pelo que antecede, e em aplicação dos supracitados normativos, são atribuíveis à BESPARG, directa e indirectamente, votos correspondentes a cerca de 40,181% do capital social do BES.

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de cotação das 200.000.000 acções do BES detidas pela BESPARG ascende a 2.724 milhões de euros, sendo o respectivo valor do Balanço de 1.407,7 milhões de euros, o que significa que o seu valor de cotação, naquela data, era superior ao custo de aquisição em 93,51%.

1.2. ESTRUTURA ACCIONISTA ACTUAL

A estrutura accionista da BESPARG é a seguinte:

ACCIONISTAS	Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SGPS, S.A.	92.076.027	67,40%
CREDIT AGRICOLE, S.A.	31.254.723	22,88%
PREDICA - PREVOYANCE DIALOGUE DU CREDIT AGRICOLE, S.A.	13.281.657	9,72%
TOTAL	136.612.407	100,00%

1.3. OUTROS FACTOS RELEVANTES RELATIVOS À ACTIVIDADE DA BESPARG, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2006

A evolução da estrutura financeira da BESPARG, em termos individuais, reflecte, fundamentalmente, as operações acima descritas, que implicaram um aumento do activo líquido de 15,2%, o qual atingiu o montante de 1.531,4 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006. Ao nível do passivo, que ascende a 102,6 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, face a 31 de Dezembro de 2005, foi reduzido em 207,3 milhões de euros (67%). Detalhando a análise, sobressaem os seguintes factos:

- i A rubrica de Investimentos em subsidiárias, que em 31 de Dezembro de 2006 apresenta um saldo de 1.407,7 milhões de euros registou um acréscimo de 319,4 milhões de euros em resultado da participação no aumento do capital social do BES (488,4 milhões de euros) e da diminuição verificada com a alienação das participações financeiras no sector segurador (169 milhões de euros);
- ii Os Outros activos, no montante de 119,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, são essencialmente constituídos por um empréstimo concedido a uma participada e registaram uma redução de 50%, face ao

montante que apresentavam em 31 de Dezembro de 2005, decorrente do reembolso parcial ocorrido no exercício;

- iii A rubrica Recursos de outras instituições de crédito, que em 31 de Dezembro de 2006 apresenta um saldo de 100,8 milhões de euros, diminuiu cerca de 103,5 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2005, em resultado do reembolso efectuado no exercício de 2006;
- iv Os empréstimos de accionistas registados na rubrica de Outros empréstimos, que em 31 de Dezembro de 2005 apresentava um saldo de 105,4 milhões de euros, foram integralmente reembolsados no exercício de 2006.

Relativamente aos resultados apurados no exercício, importa referir que a Margem financeira evoluiu favoravelmente, tendo melhorado em 1,1 milhões de euros face a 2005, embora ainda negativa em 8,4 milhões de euros. Associado à redução do passivo remunerado, merece destaque a diminuição verificada na rubrica de Juros e encargos similares, que ascendeu a 8,6 milhões de euros em 2006, contra 9,7 milhões de euros em 2005. Por seu lado, o aumento da rubrica de Juros e rendimentos similares, que de 0,1 milhões de euros em 2005 passou para 0,2 milhões de euros em 2006, deveu-se, essencialmente, à existência de maiores excedentes pontuais de tesouraria em 2006.

O Produto da actividade regista um crescimento de 506,5 milhões de euros, o que se explica, essencialmente pelo seguinte:

- i Alienação das participações financeiras no sector segurador, que proporcionou um ganho no montante de 481,3 milhões de euros;
- ii Alienação de direitos de subscrição de acções do BES pelo valor de 14,8 milhões de euros, que proporcionou um ganho de igual montante;
- iii Aumento dos dividendos decorrentes da participação que a BESPARG detém no BES, em 4,1 milhões de euros face ao exercício de 2005, tendo sido registado o valor de 50,4 milhões de euros, em 2006, contra 46,3 milhões de euros, em 2005;

- iv Dividendos recebidos da Tranquilidade - Vida no montante de 4,1 milhões de euros e da Espírito Santo Seguros no valor de 0,9 milhões de euros.

Os factos acima apontados conduziram a um resultado do exercício de 2006, em base individual, de 540,5 milhões de euros, enquanto que em 2005 tal resultado havia sido de 35,7 milhões de euros.

Nestas circunstâncias, no exercício de 2006, a actividade da BESPARG consistiu na gestão da participação que detém no capital social do BES e, ainda, durante o primeiro semestre, das participações que detinha na BES – VIDA e BES Seguros.

2. GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

O ano de 2006 confirmou as expectativas de uma recuperação da economia portuguesa baseada numa melhoria da procura externa. As exportações beneficiaram do maior dinamismo na Zona Euro e de uma maior ligação das empresas portuguesas a áreas económicas com crescimento forte, entre as quais se destacam os países asiáticos, norte de África (Marrocos) e em particular Angola e Brasil. De realçar também a maior integração das economias portuguesa e espanhola com impacto muito positivo nos fluxos de comércio externo e de investimento.

Internamente, a procura manteve-se condicionada pelos níveis elevados dos preços dos bens energéticos e pelo crescimento moderado do rendimento disponível. No entanto, foi visível ao longo do ano uma melhoria dos principais índices de confiança das famílias e das empresas, permitindo antecipar uma nova aceleração da actividade económica em 2007.

O ano de 2006 foi caracterizado por realizações importantes para o Grupo BES, nomeadamente o reforço da operação multi-especialista, o aprofundamento das iniciativas de captação de Clientes tendo em atenção as novas realidades demográficas e o fortalecimento da presença no exterior.

O desempenho conseguido, materializado nos resultados alcançados, é fruto de uma estratégia consolidada ao longo dos anos e consistente com valores transversais a todo o Grupo e a todos os Colaboradores. A dinâmica que o Grupo BES tem demonstrado

consubstancia uma trajetória de crescimento com reflexo no desempenho operacional e na criação de valor para os seus Accionistas.

Nesta perspectiva, foi decisiva a operação de aumento de capital (aprovada em Assembleia Geral de 17 de Abril), realizada no mês de Maio, que se traduziu num encaixe de 1.380 milhões de euros, o que permitirá a prossecução de um ambicioso plano de reforço do posicionamento do Grupo a nível doméstico e internacional no médio prazo. O Conselho de Administração definiu e oportunamente divulgou um conjunto de objectivos estratégicos a atingir até 2009: (i) reforço do posicionamento competitivo em Portugal através do aumento da quota de mercado média para 20%, (ii) crescimento do resultado líquido em média 20% por ano entre 2006 e 2009, com um aumento da contribuição dos resultados da actividade internacional para 35% do resultado consolidado, (iii) rentabilidade média dos capitais próprios de 15%, (iv) melhoria da eficiência medida pela redução do *Cost to Income* para níveis inferiores a 50% em 2009.

Para o reforço do posicionamento doméstico deverá contribuir a aquisição de 50% da BES Vida, o que deverá permitir ao Grupo BES beneficiar de uma das mais elevadas taxas de crescimento na área financeira, tirando maior partido da convergência entre produtos bancários e de seguros, e simultaneamente beneficiar da grande experiência do Crédit Agricole nesta área.

A actividade da banca de afluentes, *private banking* e gestão de activos, banca de empresas e banca de investimento têm sido as áreas de negócio onde o Grupo tem desenvolvido competências distintivas que lhe permitem expandir selectivamente o *know-how* para mercados com elevadas perspectivas de crescimento. Neste contexto, a actuação no exterior tem sido pautada por critérios de selectividade para os mercados de maior afinidade económica e cultural com Portugal (Espanha, Brasil e Angola) mas também para mercados onde as perspectivas de crescimento sejam potenciadoras de negócio e onde se encontram os principais centros de emigração (Reino Unido, Estados Unidos e França).

A execução metódica da estratégia produziu em 2006 resultados particularmente positivos. O crescimento da **actividade** caracterizou-se por uma forte dinâmica comercial traduzida no reforço da quota média de mercado de 18% em 2005 para 19% em 2006 e ainda na captação de 150 mil novos clientes particulares, dos quais 27.250 foram canalizados pela rede de agentes *Assurfinance*, e 700 novos clientes empresa. Tanto o crédito concedido como a

captação de recursos de clientes evoluíram significativamente e de forma equilibrada: 14,4% (para 40.546 milhões de euros) e 13,9% (para 49.632 milhões de euros) respectivamente.

A evolução do crédito a particulares orientou-se para os segmentos de maior valor e menor risco com consequências directas na redução do perfil de risco da carteira. O crédito à habitação aumentou 8,3% para 13.294 milhões de euros, sendo o segmento 360 (afluentes) responsável por 47% da produção do ano. O outro crédito a particulares registou um crescimento de 28,1% para 2.309 milhões de euros, que resultou de um conjunto de iniciativas associadas ao crédito ao consumo e cartões de crédito, bem como a produtos de poupança (Planos BES).

Beneficiando da retoma da actividade económica, nomeadamente no sector exportador, o crédito a empresas evoluiu 16,7% para 24.943 milhões de euros, permitindo um reforço do posicionamento do Grupo particularmente significativo no segmento de médias empresas, onde o crédito cresceu 22%.

No que respeita à captação de recursos, os recursos de clientes de balanço aumentaram 14,8% para 31.995 milhões de euros, enquanto os recursos de desintermediação apresentaram uma variação anual de 12,4% para 17.637 milhões de euros, suportada pela dinamização da oferta de produtos banca seguros vida (em particular PPR's), fundos de investimento (três novos fundos de investimento mobiliário e dezoito fundos de investimento imobiliário fechados) e gestão de carteiras.

A expansão da actividade internacional tem decorrido com desempenhos significativos: o reforço da presença em Angola, a actuação em Espanha e a tradicional presença no Reino Unido, França, Estados Unidos da América, Brasil e Macau, traduziram-se num crescimento de 34,2% da carteira de crédito para 5.497 milhões de euros, que representa actualmente cerca de 13,6% da carteira de crédito consolidada. Os recursos totais de clientes registaram um aumento de 26,3% para 12.477 milhões de euros.

Num contexto de forte dinamização da actividade creditícia, a gestão de liquidez foi suportada por uma actuação concertada das principais unidades de negócio. Em consequência, o rácio de transformação de recursos de clientes (depósitos e débitos representados por títulos) em crédito (excluindo crédito securitizado) apresenta uma ligeira melhoria face a 2005, ao evoluir de 111% (Dez 05) para 109% (Dez 06).

O **resultado** do exercício totalizou, assim, 420,7 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 50%. Excluindo o efeito da provisão extraordinária constituída em 2005 para a integração do BIC, ainda assim o resultado consolidado aumentaria 30%.

A **contribuição da área internacional** para o resultado líquido de 2006 (22,2%) foi de 93,2 milhões de euros (86,1 milhões de euros em 2005), destacando-se o Reino Unido (39,1 milhões de euros), Angola (20,3 milhões de euros), França (13,8 milhões de euros), Espanha (11,6 milhões de euros) e Brasil (5,8 milhões de euros).

Analisando em detalhe os resultados consolidados, verifica-se que a estrutura do **produto bancário** continua a manter o seu tradicional equilíbrio no conjunto das fontes geradoras de rendimento, com o resultado financeiro a recuperar, ainda que ligeiramente, a sua contribuição para a formação do produto. O comissionamento manteve o respectivo peso e os resultados de operações financeiras apresentam uma ligeira redução.

O **resultado financeiro** consolidado atingiu o valor de 829,5 milhões de euros representando um crescimento homólogo de 12%, que decorre das políticas comerciais implementadas, as quais se reflectiram positivamente (i) no crescimento da actividade (destaque especial para o crédito e os recursos de clientes), originando um efeito volume positivo de 63 milhões de euros, ou seja, cerca de 70% do aumento total do resultado financeiro, (ii) na melhoria da margem financeira em três pontos de base (de 1,80% em 2005 para 1,83% em 2006), fruto de uma política de gestão de activos e passivos mais adaptada ao novo ciclo ascendente das taxas de juro, não obstante a forte concorrência existente no mercado doméstico; (iii) no impacto positivo da operação de aumento de capital, e (iv) no menor contributo do resultado financeiro na área internacional, devido à queda abrupta das taxas de juro em Angola, que influenciou negativamente o seu resultado financeiro.

A prestação de **serviços bancários** a clientes originou comissões que ascenderam a 610,5 milhões de euros (aumento de 10% face ao ano anterior), com uma significativa contribuição dos serviços prestados a nível internacional, os quais registaram um crescimento superior a 57% em termos homólogos, em especial no *corporate* e *project finance*, sendo de destacar o forte crescimento registado pela área da banca de investimento no Reino Unido e em Espanha. No que diz respeito à evolução por produto, importa referenciar a progressão do comissionamento ligado à gestão de empréstimos (com um crescimento superior a 30% em

termos homólogos), aos créditos documentários (+22%) e aos fundos de investimento (+9%), que mais do que compensaram as reduções associadas à gestão de contas e de cartões, fruto da intensidade concorrencial verificada nestas áreas.

Os **resultados de operações financeiras e outros** atingiram 264,8 milhões de euros, valor superior em 9,5% ao de 2005. Os resultados obtidos na componente accionista reflectem uma visão direccional positiva na evolução dos índices accionistas mundiais em geral, com especial enfoque nos mercados brasileiro e português. A manutenção deste posicionamento ao longo do ano de 2006, combinada com uma eficiente gestão do risco, permitiu tirar partido da tendência de mercado. Na vertente de gestão dos riscos cambial, de taxa de juro e de crédito assistiu-se a uma menor volatilidade nos mercados europeus e americano, o que potenciou a performance dos mercados emergentes em que o Grupo se tem posicionado, permitindo a obtenção de resultados globalmente positivos.

Refira-se ainda que os resultados de mercados e diversos têm incorporados 3,7 milhões de euros respeitantes à apropriação pelo Grupo de resultados gerados pela BES - VIDA no segundo semestre, após a amortização de 2,5 milhões de euros do *in-force value*, decorrente da aquisição pelo BES de 50% do capital social da Companhia.

Os **custos operativos** totalizaram 891,3 milhões de euros, ou seja, um aumento de 3,5% relativamente ao apurado no ano anterior, evolução que reflecte essencialmente a progressão da actividade da área internacional cujos gastos de funcionamento aumentaram 12,9%.

Os **custos com pessoal** cresceram 5,4%, para o que contribuiu o reforço do quadro técnico relacionado com a expansão internacional que levou a um aumento destes custos em cerca de 15%.

Relativamente aos encargos com os benefícios pós emprego (pensões de reforma, cuidados médicos e prémios de antiguidade) salienta-se o facto de, por um lado, não se terem registado no exercício desvios actuariais relevantes nas responsabilidades e, por outro, se terem atingido níveis de rendibilidade significativos nos activos dos fundos (cerca de 12%) que permitiram gerar desvios actuariais favoráveis. Consequentemente, os desvios actuariais acumulados em balanço, registados pelo método do corredor, reduziram-se em 222 milhões de euros o que se irá reflectir favoravelmente no valor da sua amortização no futuro. A contribuição para os Fundos de Pensões ascendeu a 83 milhões de euros. As responsabilidades totais com os

benefícios pós-emprego encontravam-se totalmente financiadas, quer através dos valores dos activos dos fundos de pensões, quer através de valores mantidos em balanço.

Os **outros gastos administrativos** beneficiaram das medidas de racionalização consistentemente implementadas, das quais se destacam a fusão por incorporação do BIC e da Crediflash no BES tendo, no entanto, registado um incremento de 5,2%, condicionados pela mudança da Identidade Corporativa, pelas acções promocionais associadas ao apoio à selecção portuguesa no quadro do Mundial de Futebol - 2006, bem como pelas campanhas promocionais de crédito à habitação, cartões de crédito e contas serviço.

As **amortizações**, reflectindo igualmente os efeitos do processo de reestruturação, principalmente na área informática, apresentam a expressiva redução de 14,1%.

O crescimento de 10,9% do produto bancário, aliado a uma contenção do aumento dos custos operativos de 3,5% permitiu reforçar a **eficiência** medida pelo *cost to income* que decresceu de 56% em 2005 para 52% em 2006; excluindo os resultados de mercados, a melhoria de eficiência apresenta-se mais expressiva atingindo o *cost to income* uma redução de 4,6 pontos percentuais. A **produtividade** medida pelos custos operativos por unidade de activo líquido médio gerido progrediu de 1,88% em 2005 para 1,72% em 2006, bem assim como os activos totais por empregado cresceram 14,9%.

A política de **provisionamento** prosseguida pelo Grupo continua a obedecer a critérios de prudência na cobertura de riscos face às condições macroeconómicas nacionais e internacionais. As provisões para crédito foram reforçadas em 181,5 milhões de euros, o que representa no entanto uma significativa redução do esforço de provisionamento, de 69 pontos base em 2005 para 51 pontos base em 2006 em relação à carteira de crédito, para o qual contribuiu a redução significativa dos níveis de sinistralidade da carteira. De facto, o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias diminuiu para 1,1%, com a respectiva cobertura por provisões a aumentar para 218%, fruto da melhoria sistemática das metodologias, processos e sistemas de suporte inerentes à gestão do risco, a par de uma rigorosa política de concessão de crédito e de um reforço das recuperações.

Por outro lado, as provisões para títulos foram reforçadas em 7 milhões de euros, e as provisões para outros fins representaram 53,4 milhões de euros. De referir que em 2005 se procedeu à constituição de uma provisão extraordinária de 57,6 milhões de euros destinada a

fazer face aos encargos com o processo de fusão do Banco Internacional de Crédito (BIC) no Banco Espírito Santo (BES), enquanto que o valor de 2006 inclui a provisão extraordinária para os encargos decorrentes do processo de integração / fusão da Crediflash no montante de 10,8 milhões de euros.

O resultado consolidado de 420,7 milhões de euros proporcionou uma **rendibilidade dos capitais próprios** (ROE) de 14,7% que, embora negativamente influenciada pelo aumento substancial dos capitais próprios decorrente do aumento de capital realizado, representa uma melhoria de 1,2 pontos percentuais face a 2005. Por outro lado, verificou-se uma significativa melhoria da **rendibilidade dos activos** (ROA) para 0,81%, o que compara com 0,61% em 2005.

Os rácios de **solvabilidade** foram significativamente reforçados com a operação de aumento de capital. De acordo com os critérios definidos pelo Banco de Portugal, o *Core Tier I* evoluiu para 7% (4,7% em 2005) e o *Tier I* para 8,4% (6,2% em 2005). A *performance* acima do esperado dos fundos de pensões teve um efeito positivo no *Tier I* contribuindo para que se verificasse uma redução de 222 milhões de euros do montante dos desvios actuariais fora do corredor os quais constituem, de acordo com as regras do Banco de Portugal, um elemento dedutível aos fundos próprios de base (*Tier I*).

As **maiores exposições accionistas** da carteira de “activos disponíveis para venda” reflectiam no final do ano uma mais valia potencial bruta de 656,3 milhões de euros (472,1 milhões de euros em Dezembro de 2005), entre as quais se destaca a participação no Banco Bradesco com uma mais valia de 496,1 milhões de euros. Estes ganhos potenciais são elegíveis como fundos próprios complementares (Tier II) em apenas 45% do respectivo montante para efeitos prudenciais. Por outro lado, o Banco de Portugal estabeleceu novas regras quanto ao tratamento prudencial das participações em companhias de seguros, traduzindo-se numa dedução aos fundos próprios totais de 102 milhões de euros (redução de 20 pontos de base no rácio de solvabilidade total). Neste contexto, o rácio de solvabilidade total situou-se em 13,1%.

De acordo com os critérios do BIS o rácio de solvabilidade total foi 13,2% (12,7% em 2005) sendo o rácio Tier I de 8,4% e o Core Tier I de 7,1%.

O Grupo BES apresenta assim níveis de solvabilidade confortáveis, capazes de sustentar o crescimento da actividade no médio prazo e posicionam-se acima dos valores mínimos fixados

tanto pelo Banco de Portugal, como dos recomendados pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BIS).

No final de 2006, a **capitalização bolsista** do BES situou-se nos 6,8 mil milhões de euros, com as acções a apresentarem uma valorização anual de 27,6%. Desde a admissão à cotação das acções resultantes do aumento de capital (1 de Junho de 2006), até ao final do ano, as acções do BES registaram uma valorização de 24,7%.

IV. ACTIVIDADES E RESULTADOS DAS EMPRESAS PARTICIPADAS DO SECTOR SEGURADOR

Tendo em atenção as participações qualificadas relevantes que a BESPARG deteve nas supracitadas seguradoras até 27 de Junho de 2006, fazemos a seguir uma referência aos resultados atingidos por aquelas seguradoras no primeiro semestre de 2006.

1. BES – VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (BES – VIDA)

No primeiro semestre de 2006, a BES-VIDA aumentou os resultados em 79,5%, para 28,9 milhões de euros, excluindo os ganhos de capital decorrentes da venda das acções do BES.

Os prémios brutos emitidos registaram um aumento de 60,5%, para os 803,4 milhões de euros, o que proporcionou que a quota de mercado tivesse atingido 17,7%, que compara com 10,9% registado em igual período de 2005.

Relativamente aos produtos tradicionais, a quota de mercado sofreu um ligeiro aumento, atingindo 10,6% (Junho de 2005: 10,4%), como consequência do aumento de 3,6% nos prémios brutos emitidos no semestre.

Nos produtos de capitalização, registou-se um aumento de 51,9%, com particular ênfase nos *unit linked products*, que cresceram 78,8%.

Os prémios relativos aos Planos de Poupança Reforma (PPR's) cresceram 86,5%, permitindo atingir uma quota de mercado de 32,0% (Junho de 2005: 19,3%), o que corresponde à liderança neste segmento específico do mercado segurador. A melhoria verificada está parcialmente relacionada com a reintrodução dos incentivos fiscais que tinham sido abolidos no ano anterior.

As taxas garantidas nos PPR's e nos produtos de capitalização desceram de 3,26% para 2,86% e dos 3,30% para 2,49%, respectivamente, de Junho de 2005 para Junho de 2006, seguindo a estratégia definida para os novos contratos, estabelecida ao longo dos últimos anos.

Os resultados financeiros aumentaram 9,0% para 134,2 milhões de euros devido, essencialmente, ao aumento nas taxas de juro de longo prazo ocorrido durante o primeiro semestre de 2006, bem como, aos ganhos de capital decorrentes da venda das acções do BES.

Os custos operacionais aumentaram 12,3% para 9,1 milhões de euros devido, essencialmente, ao aumento dos custos com campanhas publicitárias e custos não recorrentes de contactos com clientes que compraram produtos via rede de agentes, actividade que foi vendida à Tranquilidade.

A redução de 7,2% verificada nos capitais próprios em Junho de 2006, comparativamente com igual período de 2005, resulta essencialmente das perdas de mercado verificada nos instrumentos de taxa fixa, como consequência dos aumentos nas taxas de juro ocorridas ao longo do primeiro semestre.

2. BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (BES Seguros)

No primeiro semestre de 2006, o resultado líquido da BES Seguros atingiu 2,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 3,7% comparativamente com o período homólogo de 2005, decorrente dos bons resultados técnicos alcançados e um controlo efectivo dos custos.

Os prémios brutos emitidos registaram um aumento de 1,3% em relação a igual período de 2005, atingindo os 30,6 milhões de euros. Este crescimento foi superior ao verificado para o

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
RELATÓRIO DE GESTÃO
2006

total do mercado (+0,8%), permitindo à BES Seguros continuar a ganhar quota de mercado. Os custos com sinistros líquidos de resseguro aumentaram 3,7%, atingindo os 19,7 milhões de euros, e os custos operacionais líquidos diminuíram 4,7% para os 6,1 milhões de euros.

O rácio custos com sinistros líquidos de resseguro aumentou ligeiramente para 91,6% (Junho de 2005: 90,9%), mas mantém-se num bom nível.

Os activos líquidos aumentaram 15,7% para os 84,1 milhões de euros. Os capitais próprios ascenderam a 22,5 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 5,1%, comparativamente com igual período de 2005.

V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2006

Nos termos da alínea b) do art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. propõe para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido positivo do exercício de 2006, de 76.084.069,71 euros, adicionado aos resultados transitados positivos, no valor de 111.961,25 euros, o que perfaz um total de 76.196.030,96 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Para reforço da reserva legal (5%)	3.805.000,00 euros
- Para dividendo pago antecipadamente em 2006	37.342.800,00 euros
- Para dividendo adicional (0,64 euros por acção)	34.636.800,00 euros
- Para resultados transitados	411.430,96 euros

Lisboa, 7 de Maio de 2007

O Conselho de Administração

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
(Presidente)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
(Vice-Presidente)

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
RELATÓRIO DE GESTÃO
2006

Olindo Reis de Oliveira

Augusto de Athayde Soares d'Albergaria

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

José Queiroz Lopes Raimundo

José Carlos Cardoso Castella

INFORMAÇÃO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO
DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E SOBRE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS



ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL)
SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

**INFORMAÇÃO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 447º E 448º DO
CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

1. INFORMAÇÃO RELATIVA AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

1.1 Acções da Espírito Santo Financial (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, pertencentes a sociedades em que qualquer das pessoas referidas em 1. exerça, em 31 de Dezembro de 2006, algum cargo de administração ou fiscalização, ou possua, pelo menos, metade do capital social ou dos votos correspondentes :

		Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP, SA		54 120 000	100,00%
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Administrador - Presidente		
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	Administrador - Vice-Presidente		
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	Administrador		

2. ACCIONISTAS TITULARES DE PELO MENOS UM DÉCIMO, UM TERÇO OU METADE DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE

2.1 Em 31 de Dezembro de 2006:

ACCIONISTA	Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP, SA	54 120 000	100,00%

INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Titulares de participações qualificadas nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 8º do Regulamento nº 04/2004 da CMVM à data deste relatório:

ACCIONISTA	Nº ACÇÕES	% DIREITOS DE VOTO
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP, SA	54 120 000	100,00%

ESPIRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Juros e rendimentos similares		2 071	2 294
Juros e encargos similares		4 169	4 570
Margem financeira		(2 098)	(2 276)
Rendimentos de instrumentos de capital	15	80 375	9 210
Encargos de serviços e comissões		45	15
Outros resultados de exploração		(150)	(9)
Produto da actividade		78 082	6 910
Custos com pessoal		610	520
Gastos gerais administrativos		1 347	854
Depreciações e amortizações	7	35	32
		1 992	1 406
Resultado antes de impostos		76 090	5 504
Impostos correntes		6	6
Resultado líquido do exercício		76 084	5 498

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

ESPIRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Activo			
Disponibilidades em instituições de crédito	4	103	33
Aplicações em instituições de crédito	5	-	19 791
Activos financeiros disponíveis para venda	6	1 883	-
Outros activos tangíveis	7	96	23
Investimentos em subsidiárias	8	821 081	672 405
Activos por impostos correntes		131	15
Outros activos	9	10	71 075
Total de Activo		823 304	763 342
Passivo			
Outros empréstimos	10	397 665	340 170
Responsabilidades representadas por títulos	11	69 522	137 151
Passivos por impostos correntes		-	6
Outros passivos	12	36 933	160
Total de Passivo		504 120	477 487
Capital Próprio			
Capital	13	270 600	270 600
Reservas e resultados transitados	14	9 843	9 757
Resultado líquido do exercício		76 084	5 498
Dividendos antecipados		(37 343)	-
Total de Capital Próprio		319 184	285 855
Total de Passivo e Capital Próprio		823 304	763 342

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

ESPIRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA
 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Capital	Reservas e Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	270 600	31 487	4 789	306 876
Constituição da reserva legal	-	240	(240)	-
Distribuição de dividendos (ver Nota 14)	-	(21 970)	(4 549)	(26 519)
Resultado líquido do exercício			5 498	5 498
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	270 600	9 757	5 498	285 855
Constituição da reserva legal	-	276	(276)	-
Distribuição de dividendos (ver Nota 14)	-	(302)	(42 453)	(42 755)
Resultados transitados	-	112	(112)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	76 084	76 084
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	270 600	9 843	38 741	319 184

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

ESPIRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		3 569	2 339
Juros e custos pagos		(4 560)	(4 410)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(1 655)	(1 121)
Outros pagamentos relativos às actividades operacionais		(222)	(247)
Pagamentos relativos ao imposto sobre o rendimento		(11)	-
		<u>(2 879)</u>	<u>(3 439)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(112 152)	403
Empréstimos a participadas - recebimento		345 809	-
Empréstimos a participadas - pagamento		(276 338)	-
Dividendos recebidos	15	80 375	9 210
Activos financeiros disponíveis para venda		(1 880)	-
Aquisição de imobilizações corpóreas		(1)	-
		<u>35 813</u>	<u>9 613</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos de accionistas - recebimento		411 495	-
Empréstimos de accionistas - pagamento		(354 000)	-
Dividendos pagos	14	(42 755)	(26 519)
Empréstimo obrigacionista - pagamento	11	(67 335)	(10 252)
Amortização de contratos de locação financeira		(39)	(36)
		<u>(52 634)</u>	<u>(36 807)</u>
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		<u>(19 700)</u>	<u>(30 633)</u>
Caixa e equivalentes no início do período		19 803	50 436
Caixa e equivalentes no fim do período		103	19 803
		<u>(19 700)</u>	<u>(30 633)</u>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

INTRODUÇÃO

NOTA 1 – ACTIVIDADE

A Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (ESF (P)) foi constituída em 10 de Setembro de 1990 sob a forma jurídica de sociedade gestora de participações sociais, ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de Dezembro, e tem como único objecto a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A ESF (P) faz parte do Grupo Espírito Santo (GES), pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela Espírito Santo Financial Group, SA (ESFG), com sede no Luxemburgo.

NOTA 2 – VALORES COMPARATIVOS

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2006 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os de 2005.

NOTA 3 – BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

3.1 Bases de apresentação

Até 31 de Dezembro de 2004, inclusive, as demonstrações financeiras da ESF (P) foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sector Bancário (PCSB) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da ESF (P) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal na Instrução nº 18/2005.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, designadamente (i) a valorimetria e provisionamento do crédito concedido, (ii) os benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e (iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS, ao não permitir a valorização dos activos tangíveis ao justo valor.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

3.2 Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

a) Especialização de exercícios

A ESF (P) segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e de proveitos; o rendimento das participações em carteira só é, contudo, contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que a ESF (P) tem intenção de manter por tempo indeterminado, que são designados como disponíveis para venda no momento do reconhecimento inicial ou que não sejam empréstimos e valores a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

c) Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito são constituídas por depósitos de curto prazo e são registados no activo pelo seu valor nominal. Os juros a receber são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e são contabilizados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico dos depósitos caso não sejam recebidos durante o período.

d) Investimentos em subsidiárias

Incluem as participações em que a ESF (P), directa ou indirectamente, exerce uma relação de domínio em resultado de possuir a maioria dos direitos de voto ou tem o direito de nomear ou exonerar a maioria dos membros dos órgãos sociais ou de controlar, por si só, na sequência de acordo com outros accionistas, a maioria dos direitos de voto.

Estes investimentos são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As desvalorizações de valor significativo identificadas nas participações detidas são avaliadas pelo Conselho de Administração e reconhecidas perdas de imparidade se forem consideradas de carácter permanente. O Conselho de Administração considera que em 31 de Dezembro de 2006 não existiam situações que requeressem a constituição de quaisquer perdas de imparidade.

e) Outros activos

Esta rubrica inclui empréstimos a empresas filiais e outras dívidas de terceiros, as quais são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade estimadas, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

Os proveitos financeiros respeitantes aos empréstimos a empresas filias são calculados de acordo com a IAS 39 ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo adicionados ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam recebidos durante o período.

f) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis compreendem as imobilizações corpóreas, as quais de acordo com a IAS 16 são registadas ao custo de aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Anos</u>
Equipamento informático	4
Equipamento transmissão	5
Material de transporte	4

g) Outros empréstimos

Esta rubrica compreende essencialmente os empréstimos obtidos do accionista único ESFG, os quais são registados pelo seu valor nominal e não vencem juros.

h) Responsabilidades representadas por títulos

As responsabilidades representadas por títulos são constituídas por empréstimos obrigacionistas, registados no passivo (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

i) Transacções e operações em moeda exterior à zona do Euro

As transacções expressas em moeda exterior à zona do Euro são convertidas para euros a taxas de câmbio que se aproximam das taxas vigentes à data da operação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes à data do balanço, por referência às paridades então vigentes, integram os resultados correntes do exercício.

j) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam. Os prejuízos fiscais de um determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos seis anos seguintes.

k) Caixa e equivalentes a caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes corresponde ao somatório dos saldos das rubricas de Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito e de Outros créditos sobre instituições de crédito.

l) Normas e Interpretações ainda não adoptadas

Na Nota 21 são apresentadas as Normas e interpretações ainda não adoptadas pela Sociedade.

3.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela ESF (P) são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela ESF (P) é apresentada na Nota 3.2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da ESF (P) e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A ESF (P) encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela ESF (P), durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da ESF(P), de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

NOTA 4 – DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo desta rubrica é constituído por depósitos à ordem em instituições de crédito no país e no estrangeiro.

NOTA 5 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica é constituída por depósitos a prazo no BES, com vencimento até 30 dias, remunerados a taxas de juro de mercado:

	<u>Dez 06</u>	<u>Dez 05</u>
Aplicações de muito curto prazo	–	19 770
Juros a receber	–	21
	<u>–</u>	<u>19 791</u>

NOTA 6 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica é constituída por certificados de depósito no BES, com vencimento até 30 dias, remunerados a taxas de juro de mercado:

	<u>Dez 06</u>	<u>Dez 05</u>
Certificados de depósito	1 880	–
Juros a receber	<u>3</u>	<u>–</u>
	<u>1 883</u>	<u>–</u>

NOTA 7 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica é analisada com segue:

	Saldo inicial		Movimentos			Saldo final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições (bruto)	Amortizações do exercício	Abates (líquidos)	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imobilizações corpóreas								
Equipamento	8	8	–	–	–	8	8	–
Imobilizado em locação financeira	<u>123</u>	<u>100</u>	<u>141</u>	<u>35</u>	<u>33</u>	<u>162</u>	<u>66</u>	<u>96</u>
	<u>131</u>	<u>108</u>	<u>141</u>	<u>35</u>	<u>33</u>	<u>170</u>	<u>74</u>	<u>96</u>

NOTA 8 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

A ESF (P) detém uma participação directa no capital da seguinte sociedade:

	Sede	Custo de aquisição		Participação detida %		Valor patrimonial da participação detida		Diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial	
		2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Empresas subsidiárias									
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	Lisboa	<u>821 081</u>	<u>672 405</u>	67,40	61,29	<u>963 040</u>	<u>624 859</u>	<u>(141 959)</u>	<u>47 546</u>
		<u>821 081</u>	<u>672 405</u>			<u>963 040</u>	<u>624 859</u>	<u>(141 959)</u>	<u>47 546</u>

Em 27 de Outubro de 2006, a ESF(P) adquiriu um lote de 2 850 182 acções representativas de 2,08% do capital social da BESPARG à Espírito Santo Financial Group pelo montante de 50 733 milhares de euros e um lote de 5 502 385 acções representativas de 4,03% do capital social da BESPARG à CENTUM - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA pelo montante de 97 942 milhares de euros.

A carteira de títulos da ESF (P) em 31 de Dezembro de 2006 é como segue:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal unitário (em euros)</u>	<u>Acções</u>		
			<u>Custo médio de aquisição (em euros)</u>	<u>Valor de cotação</u>	<u>Valor de balanço</u>
BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	92 076 027	5,00	8,92	–	<u>821 081</u>

NOTA 9 – OUTROS ACTIVOS

As contas de Outros activos englobam os seguintes saldos:

	<u>Dez 06</u>	<u>Dez 05</u>
Outros activos		
Empréstimos concedidos	–	69 471
Juros a receber de empréstimos concedidos	–	1 591
Outros devedores diversos	10	10
Outros custos diferidos	–	3
	<u>10</u>	<u>71 075</u>

Em Junho de 2006 os empréstimos concedidos à BESPAR foram integralmente reembolsados.

NOTA 10 – OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica é constituída por empréstimos, não remunerados e sem prazo de reembolso definido concedidos pela ESFG, no valor de 397 665 milhares de euros e 340 170 milhares de euros, respectivamente.

NOTA 11 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As responsabilidades representadas por títulos respeitam a cinco empréstimos obrigacionistas num total de 6 890 541 obrigações ao portador (Dezembro 2005: 13 624 038), emitidas sob a forma escritural, no montante global de 68 905 milhares de euros (Dezembro 2005: 136 240 milhares de euros).

A 31 Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 o saldo desta rubrica no balanço é analisado como segue:

	<u>Dez 06</u>	<u>Dez 05</u>
Empréstimos obrigacionistas	68 905	136 240
Juros a pagar e encargos	<u>617</u>	<u>911</u>
	<u>69 522</u>	<u>137 151</u>

Emissão de 2001

Obrigações 2001

No decorrer do exercício de 2001 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 6 000 000 de obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 60 000 000 euros.

As obrigações foram emitidas por subscrição directa e particular, cuja oferta foi realizada entre o dia 16 e 30 de Julho de 2001. Ainda em 2001 foi requerida à admissão à cotação no Mercado de Cotações Oficiais da BVL da totalidade das obrigações representativas do empréstimo (o que veio a verificar-se em 7 de Março de 2002).

Os juros das obrigações venceram-se semestral e postecipadamente, com pagamento a 30 de Janeiro e 30 de Julho de cada ano de vida das obrigações, na base Actual / 360.

A taxa de juro dos cupões é igual à EURIBOR a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, adicionada de 0,50%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 5 anos. A amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 5º ano de vida (30 de Julho de 2006). No entanto (Put-Option) os obrigacionistas poderão proceder ao reembolso antecipado total ou parcial das obrigações na data de vencimento do 9º cupão, ficando obrigado a manifestar tal intenção por carta registada para a sede da emitente, com uma antecedência mínima de 45 dias (preço de reembolso antecipado: ao par).

Em Julho de 2004 e de 2003, na data de vencimento do 6.º e do 4.º cupão, a ESF (P) reembolsou, antecipadamente, o valor de 5 500 milhares de euros e de 26 508 milhares de euros, respectivamente.

Em Janeiro de 2005, na data de vencimento do 7º cupão, a ESF (P) reembolsou, antecipadamente, o valor de 8 630 milhares de euros.

Em 30 de Julho de 2006, na data de vencimento deste empréstimo obrigacionista, a ESF(P) reembolsou o valor remanescente, no montante de 19 362 milhares de euros.

Emissão de 2003

Obrigações a taxa de juro fixa – 2003 – 2008

No decorrer do mês de Maio de 2003 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 2 800 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 28 000 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencer-se-ão anual e postecipadamente, com pagamento a 21 de Maio de cada ano de vida das obrigações, na base 30 / 360. A taxa de juro dos cupões é fixa de 4,5% ao ano.

O empréstimo tem uma duração máxima de 5 anos, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 5.º ano de vida (21 de Maio de 2008).

Obrigações a taxa de juro variável – 8 anos e 1 dia

Em Julho de 2003 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 1 500 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 15 000 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 26 de Julho e 26 de Janeiro de cada ano de vida das obrigações, na base Actual / 360. A taxa de juro dos cupões é variável, determinada no segundo “Dia Útil Target” anterior ao início de cada período de contagem de juros, sendo igual à taxa EURIBOR a 6 meses, acrescida de 1,25%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 8 anos e 1 dia, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 8.º ano de vida (26 de Julho de 2011).

Obrigações cupão zero – 5 anos

Em Julho de 2003 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 1 000 000 de obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 10 000 milhares de euros.

O empréstimo tem uma duração máxima de 5 anos, o reembolso realizar-se-á através de prestações mensais e constantes, a iniciar no 2.º ano de vida das obrigações. As primeiras 36 prestações serão no montante de 270 270 euros e a última de 270 280 euros.

As datas de reembolso serão o dia 30 de cada mês, a partir do dia 30 de Julho de 2005 até ao dia 30 de Julho de 2008, ambos inclusivé. No exercício de 2006 foram reembolsados 2 973 milhares de euros.

Obrigações a taxa de juro variável – 3 anos

Também em Julho de 2003 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 4 500 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 45 000 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencem-se semestral e postecipadamente, na base Actual / 360. A taxa de juro dos cupões é variável, igual à taxa EURIBOR a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 0,75%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 3 anos, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 3.º ano de vida.

Em 31 de Julho de 2006 a ESF(P) reembolsou integralmente este empréstimo obrigacionista.

Emissão de 2004

Obrigações a taxa de juro variável – 8 anos e 1 dia

Em Julho de 2004 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 550 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 5 500 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 9 de Julho e 9 de Janeiro de cada ano de vida das obrigações, na base Actual / 360. A taxa de juro dos cupões é variável, igual à taxa EURIBOR a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 0,65%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 8 anos e 1 dia, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 8.º ano de vida (10 de Julho de 2012).

Obrigações a taxa de juro variável – 20 anos

Em Outubro de 2004 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 1 500 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 15 000 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 27 de Outubro e 27 de Abril de cada ano de vida das obrigações, na base Actual / 360. A taxa de juro dos cupões é variável, igual à taxa EURIBOR a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 0,874%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 20 anos, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 20.º ano de vida (27 de Outubro de 2024).

NOTA 12 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos engloba os seguintes saldos:

	<u>Dez 06</u>	<u>Dez 05</u>
Outros passivos		
Outros credores	36 524	–
Fornecedores	168	75
Férias e subsídio de férias	143	44
Sector público administrativo	55	21
Outros encargos a pagar	43	20
	<u>36 933</u>	<u>160</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 o saldo da rubrica de Outros credores no montante de 36 524 milhares de euros refere-se à dívida à CENTUM resultante da aquisição da BESPAN (Ver Nota 8).

NOTA 13 – CAPITAL

- **Capital realizado**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 o valor do capital é composto por:

	<u>Dez 06</u>	<u>Dez 05</u>
Capital realizado	<u>270 600</u>	<u>270 600</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital da ESF (P), integralmente subscrito e realizado, era representado por 54 120 000 acções ao portador com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 a ESFG detinha a totalidade do capital da ESF (P).

NOTA 14 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A rubrica Reservas e Resultados Transitados inclui os resultados transitados de exercícios anteriores e a reserva legal.

- **Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social e, em conformidade com a legislação portuguesa aplicável às sociedades gestoras de participações sociais, terá de ser reforçada anualmente por uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da Sociedade, até que represente a quinta parte do capital social.

- **Aplicação dos resultados**

A Assembleia Geral anual realizada em 31 de Maio de 2006 deliberou que o lucro do exercício de 2005, de 5 498 milhares de euros, adicionado aos resultados transitados positivos, de 302 milhares de euros, o que perfaz um total de 5 800 milhares de euros, tivesse a seguinte distribuição:

– Para reserva legal	276 milhares de euros
– Para dividendos (0,10 euros por acção)	5 412 milhares de euros
– Para resultados transitados	112 milhares de euros

Em Junho de 2006 a ESF (P) procedeu ao pagamento de dividendos no montante total de 5 412 milhares de euros, o que corresponde a um dividendo de 0,10 euros por acção (2005: 26 519 milhares de euros, o que corresponde a um dividendo de 0,49 euros por acção).

- **Distribuição antecipada de dividendos**

Em Julho de 2006, a ESF(P) efectuou um adiantamento sobre os lucros do exercício de 2006 no montante de 37 343 milhares de euros, o que correspondeu a um dividendo de 0,69 euros por acção.

NOTA 15 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

A rubrica Rendimentos de instrumentos de capital corresponde aos dividendos distribuídos pela BESPARG.

NOTA 16 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções da ESF (P) com a sua participada em 31 de Dezembro de 2006, assim como os respectivos movimentos em resultados neste período, resumem-se no quadro seguinte:

	<u>Dez 06</u>		<u>Dez 05</u>	
	<u>Empréstimos</u>	<u>Proveitos</u>	<u>Empréstimos</u>	<u>Proveitos</u>
BESPARG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	–	81 314	69 471	10 805

No exercício de 2006 não se realizaram quaisquer transacções com partes relacionadas entre a ESF (P) e o seu accionista para além do pagamento de dividendos.

Os preços e condições das transacções realizadas com empresas do Grupo e com empresas relacionadas correspondem aos preços e às condições normalmente praticadas no mercado para transacções idênticas.

NOTA 17 – IMPOSTOS

A diferença entre o lucro contabilístico e a matéria colectável do exercício de 2006 resulta essencialmente do seguinte:

Lucro contabilístico	76 084
Juros e outros custos não aceites para efeitos fiscais	2 638
Eliminação da dupla tributação económica dos dividendos recebidos	<u>(80 374)</u>
Prejuízo para efeitos fiscais	<u>(1 652)</u>
Matéria colectável	<u>–</u>

Conforme referido na Nota 3.2 j), os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Os prejuízos fiscais declarados pela Sociedade nos últimos seis exercícios, que podem ser deduzidos aos lucros fiscais futuros, são como segue:

ANO	<u>Prejuízo fiscal declarado</u>	<u>Ano limite para a dedução</u>
2001	4 038	2007
2002	5 776	2008
2003	1 217	2009
2004	1 341	2010
2005	2 368	2011
2006	<u>1 652</u>	2012
	<u><u>16 392</u></u>	

Na medida em que não é expectável que existam lucros tributáveis no futuro, não foram reconhecidos impostos diferidos.

NOTA 18 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa da Sociedade.

Risco de mercado

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro e preços de acções.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada no Departamento Financeiro da Sociedade. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para a ESF(P), é analisado como segue:

	Dez 06		Dez 05	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Disponibilidades em instituições de crédito	103	103	33	33
Aplicações em instituições de crédito	–	–	19 791	19 791
Activos financeiros disponíveis para venda	1 883	1 883	–	–
Total activos financeiros ao justo valor	1 986	1 986	19 824	19 824
Responsabilidades representadas por títulos	69 522	69 249	137 151	139 013
Total passivos financeiros ao justo valor	69 522	69 249	137 151	139 013

Disponibilidades e Aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos

O justo valor destes instrumentos financeiros foi estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 19 – PESSOAL

O efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço da Sociedade foi de 3 (2005: 3).

NOTA 20 – REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Conselho Fiscal	<u>19</u>	<u>18</u>

NOTA 21 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são descritas seguidamente.

Actualmente a Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas, não tendo ainda completado a sua análise.

IFRIC 8 – Âmbito da aplicação do IFRS 2

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 a IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o IFRS 2 Pagamento com Base em Acções se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. A IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica o IFRS 2.

Esta IFRIC é mandatória e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 a IFRIC 9 Re-avaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de reavaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Esta IFRIC é mandatária e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

IFRIC 10 – Reporte Financeiro Interino e Imparidade

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 a IFRIC 10 Reporte financeiro intercalar e imparidade e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

Esta IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Esta IFRIC é mandatária para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da primeira data de adopção do IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Esta IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus colaboradores;
1. b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.
2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Esta IFRIC é mandatária para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e emenda ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras.

O IFRS 7 introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros e substitui o IAS 30 Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares e alguns dos requisitos do IAS 32 Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação. A emenda ao IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

---:---:---:---:---:---:---

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Juros e proveitos similares	5	2 672 010	2 133 402
Juros e custos similares	5	1 757 745	1 333 754
Margem financeira		914 265	799 648
Rendimentos de instrumentos de capital		52 878	53 654
Rendimentos de serviços e comissões	6	536 043	476 437
Encargos com serviços e comissões	6	(79 897)	(63 090)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(37 919)	47 112
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	184 785	126 821
Resultados de reavaliação cambial	9	50 587	93 521
Resultados de alienação de outros activos financeiros		12 151	34 843
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	10	237 218	620 874
Outros resultados de exploração	11	124 265	94 098
Proveitos operacionais		1 994 376	2 283 918
Custos com pessoal	12	482 890	467 080
Gastos gerais administrativos	14	355 401	350 584
Custos com sinistros líquidos de resseguro	15	330 844	646 356
Varição das provisões técnicas líquidas de resseguro		(73 025)	35 990
Comissões de seguro directo líquidas de resseguro		2 437	3 543
Depreciações e amortizações	27 e 28	69 629	82 324
Provisões líquidas de anulações	36	52 581	74 684
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	23	181 555	219 916
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	21, 22 e 24	6 222	16 444
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	31	2 178	345
Custos operacionais		1 410 712	1 897 266
Ganhos na alienação de subsidiárias e associadas	1	454 421	276
Resultados de associadas	29	10 770	6 188
Resultado antes de impostos		1 048 855	393 116
Impostos			
Correntes	37	104 154	78 662
Diferidos	37	49 522	(5 946)
		153 676	72 716
Resultado líquido do exercício		895 179	320 400
Atribuível aos accionistas da empresa-mãe		374 878	88 964
Atribuível aos interesses minoritários	41	520 301	231 436
		895 179	320 400
Resultados por acção atribuível aos accionistas da empresa-mãe:			
Básicos (em Euros)	16	6,93	1,64
Diluídos (em Euros)	16	6,93	1,64

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	1 084 927	1 005 017
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	672 991	682 075
Activos financeiros detidos para negociação	19	4 192 458	2 981 418
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20	1 498 592	3 634 314
Activos financeiros disponíveis para venda	21	5 251 684	6 524 728
Aplicações em instituições de crédito	22	7 588 049	6 164 044
Crédito a clientes	23	34 882 505	30 832 696
Investimentos detidos até à maturidade	24	593 171	614 643
Derivados de cobertura	25	178 653	124 505
Activos não correntes detidos para venda	26	-	157 536
Outros activos tangíveis	27	383 025	371 919
Propriedades de investimento		-	69 495
Activos intangíveis	28	125 394	73 105
Investimentos em associadas	29	408 600	56 823
Provisões técnicas de resseguro cedido	30	-	8 841
Activos por impostos correntes		14 199	13 128
Activos por impostos diferidos	37	79 767	77 944
Outros activos	31	2 198 299	1 856 279
Total de activo		59 152 314	55 248 510
Passivo			
Recursos de bancos centrais		1 043 175	654 316
Passivos financeiros detidos para negociação	19	1 308 524	1 217 325
Recursos de outras instituições de crédito	32	6 928 235	6 469 233
Recursos de clientes e outros empréstimos	33	22 385 098	20 190 944
Responsabilidades representadas por títulos	34	19 099 991	14 144 875
Derivados de cobertura	25	238 612	111 098
Passivos não correntes detidos para venda	26	-	112 428
Passivos por contratos de investimento	35	-	1 916 165
Provisões	36	139 882	157 327
Provisões técnicas de seguro directo	30	-	4 161 223
Passivos por impostos correntes		39 356	49 517
Passivos por impostos diferidos	37	168 670	46 411
Passivos subordinados	38	2 239 816	2 371 389
Outros passivos	39	1 325 446	1 057 894
Total de passivo		54 916 805	52 660 145
Capital próprio			
Capital	40	270 600	270 600
Reservas de justo valor	41	127 049	122 085
Outras reservas e resultados transitados	41	(186 640)	(224 885)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da empresa-mãe		374 878	88 964
Total de capital próprio atribuível aos accionistas da empresa-mãe		585 887	256 764
Interesses minoritários	41	3 649 622	2 331 601
Total de capital próprio		4 235 509	2 588 365
Total de passivo e capital próprio		59 152 314	55 248 510

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da empresa-mãe	Total de capital próprio atribuível aos accionistas da empresa-mãe	Interesses minoritários	Total de capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	270 600	24 750	(229 263)	29 371	95 458	1 922 517	2 017 975
Constituição de reservas	-	-	2 852	(2 852)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias ^(a)	-	-	-	(26 519)	(26 519)	-	(26 519)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	(9 729)	-	(9 729)	-	(9 729)
Alterações de justo valor, líquido de imposto	-	97 335	-	-	97 335	-	97 335
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA) (ver Nota 2.16)	-	-	1 739	-	1 739	-	1 739
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	9 516	-	9 516	-	9 516
Outras variações em interesses minoritários	-	-	-	-	-	177 648	177 648
Resultado líquido do exercício	-	-	-	88 964	88 964	231 436	320 400
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	270 600	122 085	(224 885)	88 964	256 764	2 331 601	2 588 365
Constituição de reservas	-	-	83 552	(83 552)	-	-	-
Custos com aumento de capital em subsidiárias	-	-	(3 040)	-	(3 040)	-	(3 040)
Dividendos de acções ordinárias ^(b)	-	-	(37 343)	(5 412)	(42 755)	-	(42 755)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	(9 130)	-	(9 130)	-	(9 130)
Alterações de justo valor, líquido de imposto	-	4 964	-	-	4 964	-	4 964
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA) (ver Nota 2.16)	-	-	5 546	-	5 546	-	5 546
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	(1 340)	-	(1 340)	-	(1 340)
Outras variações em interesses minoritários	-	-	-	-	-	797 720	797 720
Resultado líquido do exercício	-	-	-	374 878	374 878	520 301	895 179
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	270 600	127 049	(186 640)	374 878	585 887	3 649 622	4 235 509

^(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,49 euros pagos às acções em circulação em 2005.

^(b) Corresponde a um dividendo antecipado por acção de 0,69 euros e a um dividendo por acção de 0,10 euros pagos às acções em circulação em 2006.

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		2 567 564	2 109 855
Juros e custos pagos		(1 675 537)	(1 216 143)
Prémios de seguros		237 218	620 874
Custos com sinistros		(330 844)	(771 799)
Resultados de serviços e comissões		573 298	491 696
Recuperações de créditos e juros anulados em exercícios anteriores		22 753	20 187
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(620 344)	(1 008 811)
		774 108	245 859
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		17	(36 499)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(1 234 932)	(1 488 396)
Aplicações em instituições de crédito		(1 427 086)	(704 867)
Recursos de instituições de crédito		839 634	673 002
Crédito a clientes		(4 058 822)	(3 332 326)
Recursos de clientes e outros empréstimos		1 221 766	552 324
Derivados de cobertura		96 397	(57 939)
Outros activos e passivos operacionais		304 344	714 177
		(3 484 574)	(3 434 665)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(113 065)	(61 460)
Impostos sobre os lucros pagos		(113 065)	(61 460)
		(3 597 639)	(3 496 125)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(610 272)	(71 427)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		940 119	34 279
Dividendos recebidos		52 879	53 655
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(5 692 177)	(11 140 139)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		4 601 417	9 136 387
Investimentos detidos até à maturidade		(67 482)	(70 613)
Contratos de investimento de seguros		-	664 090
Compra de imobilizações		(90 566)	(122 377)
Venda de imobilizações		5 130	6 148
		(860 952)	(1 509 997)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumentos de capital de subsidiárias		880 491	-
Empréstimos de accionistas		411 495	-
Reembolso de empréstimos de accionistas		(354 000)	-
Emissão de obrigações de caixa		5 650 588	6 581 000
Reembolso de obrigações de caixa		(1 796 169)	(1 766 000)
Emissão de passivos subordinados		-	264 000
Reembolso de passivos subordinados		(59 856)	(58 000)
Acções próprias		32 515	-
Dividendos de acções ordinárias pagos		(162 931)	(72 658)
Dividendos de acções preferenciais pagos		(33 480)	(33 480)
		4 568 653	4 914 862
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(39 308)	94 837
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(39 308)	94 837
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		70 754	3 577
Caixa e equivalentes no início do período		913 572	909 995
Caixa e equivalentes no fim do período		984 326	913 572
		70 754	3 577
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	17	311 335	231 497
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	672 991	682 075
Total		984 326	913 572

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006**

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

Nota 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

A **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (ESF(P))** foi constituída em 10 de Setembro de 1990 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de Dezembro, e tem como único objecto a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A ESF(P) faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela Espírito Santo Financial Group, SA, com sede no Luxemburgo.

Através das suas subsidiárias, o Grupo (ESF(P) e suas subsidiárias) dedica-se a uma grande variedade de actividades financeiras centradas no Banco Espírito Santo, SA ("BES") e nas companhias de seguros BES-Vida, Companhia de Seguros ("BES-Vida") e BES, Companhia de Seguros ("BES Seguros").

A estrutura do grupo de empresas nas quais a ESF(P) detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, SA	1990	-	Portugal	Gestão de participações sociais		
BESPAR, SGPS, SA	1991	1991	Portugal	Gestão de participações sociais	67,4	Integral
Banco Espírito Santo, SA (BES)	1937	1991	Portugal	Banca	40%	Integral
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100%	Integral
<i>Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
<i>Sotanco, S.A.</i>	1999	1999	Portugal	Embalagem de vidros	49%	Eq. Patrimonial
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
<i>Fomentinvest, SGPS, S.A.</i>	2003	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	20%	Eq. Patrimonial
<i>HLC - Centrais de Cogeração, S.A.</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,5%	Eq. Patrimonial
<i>Coporgest</i>	2002	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	20%	Eq. Patrimonial
<i>Sonderweg Corporation, S.A.</i>	2006	2006	Espanha	Prestação de serviços diversos	17,68%	Eq. Patrimonial
<i>ESSI Comunicações SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>ESSI SGPS, SA</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Concordia - Espírito Santo Investment</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	49%	Eq. Patrimonial
<i>Espírito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Compra e venda de títulos	100%	Integral
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Espírito Santo Investimentos, Ltda</i>	1996	1996	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Morumbi Capital Fund</i>	2005	2005	Ilhas Caimão	Fundo	100%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
<i>BES Securities do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
<i>FI Multimercado Treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
<i>BRB Internacional, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivas, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25%	Eq. Patrimonial
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
<i>Cominvest- SGII, S.A.</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	25%	Eq. Patrimonial
<i>Kutaya</i>	1999	1999	Portugal	Gestão e Trading Internacional	100%	Integral
<i>Fundo Espírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,69%	Eq. Patrimonial
Banco Espírito Santo, SA (Espanha) (BESSA)	1992	1992	Espanha	Banca	100%	Integral
<i>Espírito Santo Servicios, SA</i>	1997	1997	Espanha	Colocação de seguros	99,98%	Integral
<i>Espírito Santo Activos Financieros, SA</i>	2000	2000	Espanha	Gestão de activos	92,5%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	66%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SARL (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	79,96%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98,45%	Integral
<i>ES Financial Services, Inc.</i>	2000	2000	Estados Unidos	Corretagem	79,25%	Integral
<i>Tagide Properties, Inc.</i>	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de investimentos imobiliários	98,45%	Integral
<i>Espírito Santo Representaciones</i>	2003	2003	Uruguai	Serviços de representação	98,45%	Integral
BES Beteiligungs, GmbH (BES GBMH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)</i>	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
BESLeasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, SA (BESLEASING)	1990	1990	Portugal	Leasing e factoring	89,36%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85%	Integral
<i>Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	1987	1991	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Espírito Santo International Management, SA</i>	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	84,83%	Integral
<i>Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA</i>	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Espírito Santo Fundo de Pensões, SA</i>	1989	1991	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Capital Mais - Assessoria Financeira, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Espírito Santo International Asset Management, Ltd.</i>	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	41,65%	Eq. Patrimonial
<i>Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA</i>	1987	1991	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA</i>	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>ESAF - International Distributors Associates, Ltd</i>	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
SGPICE Soc. de Serviços de Gestão	2001	2001	Portugal	Gestão de portais na internet	33,33%	Eq. Patrimonial
Jampur - Trading Internacional, Lda. (JAMPUR)	1999	2001	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Gespar S/C, Ltda.	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Banque Esprito Santo et de la Vénétie, SA (BES Vénétie)	1927	1993	França	Banca	40%	Eq. Patrimonial
Banco Esprito Santo North America Capital Corporation (BESNAC)	1990	1991	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	100%	Integral
Espirito Santo Financial Consultants, SA (ESFC)	1999	2000	Portugal	Gestão de patrimónios	100%	Integral
Espirito Santo Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	60%	Integral
Espirito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	76,64%	Integral
Espirito Santo Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	84,9%	Integral
Espirito Santo Data, S.G.P.S., SA (ESDATA)	1989	1995	Portugal	Prestação de serviços informáticos	49%	Integral ^{a)}
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	32,67%	Eq. Patrimonial
Espirito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
Céntimo, SGPS, SA (CÉNTIMO)	1988	1995	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Espirito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100%	Integral
Espirito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	79,27%	Integral
Fundo de Capital de Risco - FIQ Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	95,24%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57,09%	Integral
Carlua, SGPS, SA	2004	2004	Portugal	Gestão de participações sociais	18,34%	Eq. Patrimonial ^{b)}
Água Mais	2004	2005	Portugal	Produtos Alimentares	17,1%	Eq. Patrimonial ^{b)}
TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA	2006	2006	Portugal	Telecomunicações	31,40%	Eq. Patrimonial
DECOMED, SGPS	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	12,15%	Eq. Patrimonial ^{b)}
SOPRATTUTTO CAFÉ, S.A	2006	2006	Portugal	Comércio e dist. Equipamentos de café	25,59%	Eq. Patrimonial
SOPRATTUTTO CAFÉ 2, S.A	2006	2006	Portugal	Comércio e dist. Equipamentos de café	25,59%	Eq. Patrimonial
ENKROTT SA	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	17,13%	Eq. Patrimonial ^{b)}
RODI 2, SA	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	13,48%	Eq. Patrimonial ^{b)}
Europ Assistance - Comp. Portuguesa Seguros Assistência, SA (EURASS)	1993	1993	Portugal	Seguros	23%	Eq. Patrimonial
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	50%	Eq. Patrimonial ^{c)}
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25%	Eq. Patrimonial ^{d)}
Fiduprivate - Soc. de Serviços, Consult., Adm. de Empresas, SA (FIDUPRIVATE)	1994	1994	Portugal	Prestação de serviços de consultoria	24,76%	Eq. Patrimonial
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA (ESUMÉDICA)	1994	1994	Portugal	Prestação de cuidados médicos	24,9%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,5%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Esprito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	34%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	45%	Eq. Patrimonial

- Apesar de o interesse económico do Grupo ser inferior a 50%, estas entidades foram consolidadas pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.
- Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.
- Consolidada pelo método integral até 27 de Junho de 2006 (interesse económico do Grupo de 65,5%). A partir desta data e apesar de o interesse económico do Grupo ser igual a 50%, esta entidade passou a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que o controlo sobre as suas actividades deixou de pertencer ao Grupo.
- Consolidada pelo método integral até 27 de Junho de 2006 (interesse económico do Grupo de 54%) e pelo método de equivalência patrimonial a partir desta data, uma vez que o controlo sobre as suas actividades deixou de pertencer ao Grupo.

Adicionalmente e de acordo com a SIC 12 o perímetro de consolidação do Grupo inclui, as seguintes entidades de finalidade especial:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Lusitano SME N.º 1	2006	2006	Irlanda	Entidade de securitização	100%	Integral
ROCK LTD 2011	2001	2001	Gibraltar	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
SEALS FINANCE S.A. 2018	2003	2003	Luxemburgo	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
ELAN LIMITED 2015	2003	2003	Jersey	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
SB FINANCE LIMITED 2015	2003	2003	Ilhas Caimão	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
RAMPER INVESTMENTS LTD 2010	2003	2003	Jersey	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
EARLS 4 Limited Series 2011	2001	2001	Ilhas Caimão	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
SEALS FINANCE S.A 2013	2003	2003	Luxemburgo	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
XENON 0 01/28/13	2003	2003	Irlanda	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral

No decorrer do exercício de 2006 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo ESF(P), das quais se destacam as seguintes:

- Em Março de 2006, a Espírito Santo Data, SGPS, SA alienou a participação que detinha na ES Innovation, SA. Os novos accionistas desta empresa passaram a ser o BES (83%), a Companhia de Seguros Tranquilidade, SA (14%), BEST (2%) e BAC (1%). Durante o mês de Abril de 2006, a sociedade ES Innovation, SA foi transformada num Agrupamento Complementar de Empresas, alterando a designação social para Espírito Santo Informática, ACE;
- Em Maio e Junho de 2006, o Grupo alienou 6,46% do capital social do Banco Espírito Santo, SA pelo valor de 257 milhões de euros (obtendo uma mais valia consolidada, excluindo imposto, de 106 milhões de euros);
- Em 30 de Maio de 2006 foi concretizada a fusão por incorporação da Crediflash no BES;
- A 1 de Junho de 2006 foi realizada a fusão por incorporação da Espírito Santo Investment, S.A.U., S.V. no BESI, transmitindo-se todo o património da sociedade incorporada, bem como os seus direitos e obrigações, para o BESI. O dito património ficará afecto na sua totalidade a um estabelecimento permanente da sociedade incorporante no território espanhol, denominado Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., Sucursal em Espanha;
- Em Junho de 2006, o Grupo BESI alienou a participação que detinha na Lontinium, S.A., tendo realizado uma mais valia de quase 2 milhões de euros;

- Em Junho de 2006, a Bespar alienou 65,5% do capital social da Companhia de Seguros Tranquilidade - Vida, S.A. pelo valor de 622 milhões de euros, tendo 25% sido adquiridos pelo Banco Espírito Santo, S.A. e os restantes 40,5% pelo Crédit Agricole. Adicionalmente, o Banco Espírito Santo adquiriu pelo valor de 237,5 milhões de euros 25% do capital social desta companhia de seguros à Tranquilidade – Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.. No âmbito desta reestruturação de participações na Tranquilidade – Vida, o Grupo reduziu a sua percentagem para 50% dos direitos de voto e obteve uma mais valia consolidada de 278 milhões de euros. Simultaneamente, a Tranquilidade – Vida, que após a reestruturação passou a ser controlada pelo Crédit Agricole, alterou a sua denominação para BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A.;
- Em Junho de 2006, o Grupo alienou 50% do capital social da Espírito Santo, Companhia de Seguros, SA pelo valor de 40 milhões de euros (obtendo uma mais valia consolidada, excluindo imposto, de 29 milhões de euros, mantendo actualmente uma participação de 25%) (ver Nota 29). A seguradora alterou a sua designação social para BES, Companhia de Seguros, SA (BES-Seguros);
- Em Junho de 2006, procedeu-se ainda à alienação de 19 763 892 direitos de subscrição de acções do Banco Espírito Santo, SA tendo-se obtido uma mais valia consolidada de 38 milhões de euros;
- Em 27 de Outubro de 2006, a ESF(P) adquiriu um lote de 2 850 182 acções representativas de 2,08% do capital social da BESPARG à Espírito Santo Financial Group pelo montante de 50 733 milhares de euros e um lote de 5 502 382 acções representativas de 4,03% do capital social da BESPARG à CENTUM - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA pelo montante de 97 942 milhares de euros (ver Nota 28);
- Procedeu-se à liquidação da sociedade Spainvest, SA em Novembro de 2006, e das sociedades BES Overseas, Ltd., Espírito Santo Overseas, Ltd. e ES Research – Estudos Financeiros e de Mercados, SA em Dezembro de 2006.

Na demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o montante de 454 421 milhares de euros relativo a Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas refere-se à mais-valia obtida na venda de participações, as quais são detalhadas como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	
	% de participação alienada	Montante
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA	40,50%	278 470
BES, Companhia de Seguros, SA	50,00%	29 228
BES, SA	6,46%	106 086
Direitos de subscrição de acções do BES	-	38 358
Lontinium, SA	25,25%	1 963
ES Financial Services, Inc.	20,75%	316
		454 421

Nota 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (ESF(P)) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia a partir do exercício de 2005.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da ESF(P) agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2006 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2005.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 7 de Maio de 2007.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da ESF(P) e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo ESF(P)), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas da ESF(P) pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído

no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Aquisição de interesses minoritários

O *goodwill* resultante da aquisição de interesses minoritários numa subsidiária representa a diferença entre o custo de aquisição do investimento adicional na subsidiária e o valor contabilístico, à data da compra, dos activos líquidos adquiridos, expresso nas contas consolidadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional da ESF(P).

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;

- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto (efeito do valor temporal) são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
 - tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos raros casos permitidos no âmbito desta norma.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii)

para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados.

O Grupo obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.14. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.15. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.16. Benefícios aos empregados

Pensões

Face às responsabilidades assumidas pelo Grupo no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário e do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador, foram constituídos Fundos de Pensões ACT e CCT, que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal.

Em 1998, o Grupo decidiu, adicionalmente, constituir fundos de pensões abertos autónomos, com a finalidade de financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores e pensionistas.

Os fundos de pensões são geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos

actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associadas.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo, os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o qual as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco, ou alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como Outras reservas e resultados transitados.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física, são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.17. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.18. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.19. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo

valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico (derivados para gestão de risco), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.20. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.21. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22. Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada recibo em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro e de investimento como participação nos resultados discricionária, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e não reportados é efectuada com base na experiência passada utilizando métodos estatísticos. Adicionalmente, inclui uma estimativa relativa aos encargos futuros de gestão de regularização de sinistros.

As provisões para sinistros não são descontadas.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionários emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Teste à adequação de responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos cash flows futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência se existir é registada nos resultados do Grupo quando determinada por contrapartida da rubrica provisão matemática.

Shadow accounting

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionários, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver Nota 35).

2.23. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.24. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.25. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.26. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.27. Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na Nota 48, são apresentadas as Normas e interpretações ainda não adoptadas pelo Grupo.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

3.5. Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar na determinação de um justo valor diferente para esta carteira com o correspondente impacto na reserva de justo valor e nos capitais próprios do Grupo.

3.6. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela ESF(P) e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da ESF(P) e das suas subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.7. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.8. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registados na rubrica contabilística provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem: (i) a provisão matemática de contratos vida, (ii) a provisão para participação nos resultados, (iii) a provisão para prémios não adquiridos, (iv) a provisão para riscos em curso e (v) a provisão para sinistros. A provisão matemática inclui a deficiência resultante do teste da adequação das responsabilidades. A provisão para

participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *shadow accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data de balanço.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionários, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

O Grupo regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidades, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Nota 4 – Reporte por segmentos

A actividade do Grupo ESF(P) encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

(i) Banca de empresas e particulares: respeita às operações efectuadas com empresas (empréstimos, financiamento de projectos, garantias, entre outras) e inclui as operações efectuadas com particulares, nomeadamente ao nível da concessão de crédito e captação de recursos;

(ii) Banca de investimento: inclui a actividade da banca de investimento, nomeadamente estruturação de fusões e aquisições, montagem e colocação de emissões de dívida, estudos e análises;

(iii) Gestão de activos: inclui a actividade de gestão de fundos de investimentos e de gestão de patrimónios;

(iv) Crédito especializado: *leasing / factoring* – inclui as operações efectuadas no âmbito do *leasing* e do *factoring*.

(viii) Outros: inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos activos totais ou do resultado líquido, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

O reporte de segmentos primários é apresentado como segue:

CONTAS CONSOLIDADAS – 2006

(milhares de euros)

	31.12.2006															
	Actividade Doméstica							Actividade Internacional							Intragruppo	TOTAL
	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito especializado	Seguro Vida	Seguro não Vida	Outras	Total	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Total				
Juros e proveitos similares	2 822 302	74 563	1 025	140 897	95 755	1 209	7 948	3 143 699	672 822	108 501	75	781 398	(1 253 087)	2 672 010		
Juros e custos similares	2 161 849	48 916	9	100 744	1 706	-	21 255	2 334 479	570 395	105 957	1	676 353	(1 253 087)	1 757 745		
Margem financeira	660 453	25 647	1 016	40 153	94 049	1 209	(13 307)	809 220	102 427	2 544	74	105 045	-	914 265		
Rendimentos de instrumentos de capital	39 172	1 845	-	-	11 326	-	136 172	188 515	15	31	-	46	(135 683)	52 878		
Rendimentos de serviços e comissões	355 710	25 957	57 104	15 563	3 287	-	230	457 851	79 154	28 292	14 328	121 774	(43 582)	536 043		
Encargos com serviços e comissões	(51 912)	(3 987)	(25 451)	(1 325)	(1 354)	(47)	(815)	(84 891)	(16 510)	(5 368)	(2 192)	(24 070)	29 064	(79 897)		
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	10 934	20 595	-	59	(36 748)	33	(9 544)	(14 671)	8 720	(31 968)	-	(23 248)	-	(37 919)		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	102 822	3 294	-	-	19 602	-	43 837	169 555	15 238	(8)	-	15 230	-	184 785		
Resultados de reavaliação cambial	(7 179)	(2 978)	1	(15)	(9 898)	-	(2 658)	(22 727)	22 121	51 335	(142)	73 314	-	50 587		
Resultados de alienação de outros activos financeiros	2 203	1 130	1	7	6 570	-	18	9 929	2 644	(423)	-	2 221	-	12 150		
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	-	-	-	-	208 609	28 609	-	237 218	-	-	-	-	-	237 218		
Outros resultados de exploração	154 498	26 029	(1 114)	3 257	2 583	(324)	15 144	200 073	(2 216)	19 162	16	16 962	(92 770)	124 265		
Proveitos operacionais	1 266 701	97 532	31 557	57 699	298 026	29 480	169 077	1 950 072	211 593	63 597	12 084	287 274	(242 971)	1 994 375		
<i>(Proveitos operacionais Externos)</i>	1 134 354	108 597	54 370	101 513	283 637	29 202	35 819	1 747 492	171 202	63 597	12 084	246 883	-	1 994 375		
<i>(Proveitos operacionais Intersementos)</i>	(132 347)	11 065	22 813	43 814	(14 389)	(278)	(133 258)	(202 580)	(40 391)	-	-	(40 391)	-	-		
Custos com pessoal	353 515	22 605	7 391	5 766	3 033	1 047	8 012	401 369	58 582	23 897	-	82 479	(958)	482 890		
Gastos gerais administrativos	346 920	13 071	4 460	12 966	6 816	2 940	6 636	393 809	41 546	12 461	40	54 047	(92 455)	355 401		
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	-	-	-	313 255	17 589	-	330 844	-	-	-	-	-	330 844		
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	-	-	-	-	(73 114)	89	-	(73 025)	-	-	-	-	-	(73 025)		
Comissões de seguro directo líquidas de resseguro	-	-	-	-	12 892	3 420	-	16 312	-	-	-	-	(13 875)	2 437		
Depreciações e amortizações	56 089	1 154	283	1 192	498	77	794	60 087	8 439	1 103	-	9 542	-	69 629		
Provisões líquidas de anulações	47 872	(575)	734	467	-	638	(500)	48 636	3 945	-	-	3 945	-	52 581		
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	147 474	2 029	-	12 770	-	-	-	162 273	15 279	4 003	-	19 282	-	181 555		
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	5 850	1 431	-	-	(891)	16	93	6 499	(277)	-	-	(277)	-	6 222		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1 841	-	4	246	-	-	-	2 091	87	-	-	87	-	2 178		
Custos operacionais	959 561	39 715	12 872	33 407	262 489	25 816	15 035	1 348 895	127 601	41 464	40	169 105	(107 288)	1 410 712		
Alienação de subsidiárias e associadas	9 101	1 963	-	-	104 020	-	339 021	454 105	316	-	-	316	-	454 421		
Resultados de associadas	1 757	974	-	-	-	-	3 268	5 999	3 283	-	1 488	4 771	-	10 770		
Resultado antes de impostos	317 998	60 754	18 685	24 292	139 557	3 664	496 331	1 061 281	87 591	22 133	13 532	123 256	(135 683)	1 048 854		
Impostos																
Correntes	15 697	31 604	6 291	9 032	15 493	1 035	9 398	88 550	6 638	5 986	2 980	15 604	-	104 154		
Diferidos	60 659	(16 909)	21	(1 269)	-	-	3 121	45 623	3 899	-	-	3 899	-	49 522		
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	241 642	46 059	12 373	16 529	124 064	2 629	483 812	927 108	77 054	16 147	10 552	103 753	(135 683)	895 178		
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	515 353		
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco														379 825		
Outras informações																
Activo líquido	73 000 500	2 702 636	59 788	3 217 431	-	-	748 445 a)	79 728 800	13 368 174	1 896 508	20 275	15 284 957	(35 856 495)	59 157 262		
Investimento em empresas associadas	4 977	32 076	-	-	-	-	337 156	374 209	34 391	-	-	34 391	-	408 600		
Passivo	69 547 022	2 446 268	21 972	3 140 177	-	-	792 958	75 948 397	12 965 515	1 853 595	5 793	14 824 903	(35 856 495)	54 916 805		
Investimento em activos tangíveis	43 916	1 401	210	511	-	-	332	46 370	20 485	-	-	20 485	-	66 855		
Investimento em activos intangíveis	24 489	3 025	361	895	-	-	57 038	85 808	606	-	-	606	-	86 414		

a) inclui o investimento no BES-Vida no valor de 328 187 milhares de euros (ver Nota 29)

CONTAS CONSOLIDADAS – 2006

(milhares de euros)

	31.12.2005													
	Actividade Doméstica							Actividade Internacional				Intragrupo	TOTAL	
	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito especializado	Seguro Vida	Seguro não Vida	Outras	Total	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos			Total
Juros e proveitos similares	2 220 153	58 159	829	112 143	136 834	2 296	6 296	2 536 710	446 018	89 384	48	535 450	(938 758)	2 133 402
Juros e custos similares	1 655 428	36 804	4	67 775	68 601	-	16 060	1 844 672	338 692	89 184	-	427 876	(938 794)	1 333 754
Margem financeira	564 725	21 355	825	44 368	68 233	2 296	(9 764)	692 038	107 326	200	48	107 574	36	799 648
Rendimentos de instrumentos de capital	26 639	1 688	-	1 170	22 486	-	1 532	53 515	26	113	-	139	-	53 654
Rendimentos de serviços e comissões	351 507	17 459	54 774	27 979	5 828	-	(236)	457 311	56 743	25 116	6 884	88 743	(69 617)	476 437
Encargos com serviços e comissões	(51 231)	(4 368)	(24 290)	(1 366)	(2 665)	(74)	(1 060)	(85 054)	(13 571)	(6 496)	-	(20 067)	42 031	(63 090)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	72 997	7 671	-	271	26 492	57	(21 547)	85 941	6 718	(45 547)	-	(38 829)	-	47 112
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	81 006	(123)	(4)	-	28 427	377	16 527	126 210	612	(1)	-	611	-	126 821
Resultados de reavaliação cambial	(3 403)	(7 074)	57	7	1 514	-	30 794	21 895	13 271	58 120	235	71 626	-	93 521
Resultados de alienação de outros activos financeiros	20 106	14 882	10	172	-	-	(379)	34 791	52	-	-	52	-	34 843
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	-	-	-	-	564 186	56 688	-	620 874	-	-	-	-	-	620 874
Outros resultados de exploração	102 836	36 470	8	2 620	8 030	298	23 737	173 999	2 425	11 901	-	14 326	(94 227)	94 098
Proveitos operacionais	1 165 182	87 960	31 380	75 221	722 531	59 642	39 604	2 181 520	173 602	43 406	7 167	224 175	(121 777)	2 283 918
<i>(Proveitos operacionais Externos)</i>	1 028 550	103 481	51 781	120 871	687 220	59 266	31 697	2 082 866	150 479	43 406	7 167	201 052	-	2 283 918
<i>(Proveitos operacionais Intersegmentos)</i>	(136 632)	15 521	20 401	45 650	(35 311)	(376)	(7 907)	(98 654)	(23 123)	-	-	(23 123)	121 777	-
Custos com pessoal	339 291	22 342	6 013	7 753	4 755	1 833	14 024	396 011	54 198	17 337	-	71 535	(466)	467 080
Gastos gerais administrativos	321 472	14 188	4 622	17 616	12 344	7 332	13 558	391 132	40 845	10 156	51	51 052	(91 600)	350 584
Custos com sinistros líquidos de resseguro	2	-	-	-	608 591	37 763	-	646 356	-	-	-	-	-	646 356
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	-	-	-	-	35 700	290	-	35 990	-	-	-	-	-	35 990
Comissões de seguro directo líquidas de resseguro	1	-	-	-	26 752	6 501	-	33 254	-	-	-	-	(29 711)	3 543
Depreciações e amortizações	69 070	1 156	298	2 098	1 135	218	1 543	75 518	5 810	996	-	6 806	-	82 324
Provisões líquidas de anulações	70 090	537	151	-	-	(321)	(481)	69 976	4 699	9	-	4 708	-	74 684
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	201 829	8 333	-	10 897	-	-	-	221 059	(1 143)	-	-	(1 143)	-	219 916
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23 707	(3 311)	-	(415)	(5 430)	-	1 902	16 453	(9)	-	-	(9)	-	16 444
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(166)	(1 005)	-	1 635	(84)	-	-	380	(35)	-	-	(35)	-	345
Custos operacionais	1 025 296	42 240	11 084	39 584	683 763	53 616	30 546	1 886 129	104 365	28 498	51	132 914	(121 777)	1 897 266
Alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	276	-	-	276	-	-	-	-	-	276
Resultados de associadas	759	606	478	-	-	-	-	1 843	4 345	-	-	4 345	-	6 188
Resultado antes de impostos	140 645	46 326	20 774	35 637	39 044	6 026	9 058	297 510	73 582	14 908	7 116	95 606	-	393 116
Impostos														
Correntes	18 321	25 210	5 949	13 260	-	1 502	6 073	70 315	6 395	443	1 509	8 347	-	78 662
Diferidos	26 798	(17 708)	97	(1 368)	-	118	(8 075)	(138)	(5 647)	(161)	-	(5 808)	-	(5 946)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	95 526	38 824	14 728	23 745	39 044	4 406	11 060	227 333	72 834	14 626	5 607	93 067	-	320 400
Interesses minoritários	2 672	(53)	7	-	-	-	-	2 626	6 974	(4)	-	6 970	-	231 436
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	92 854	38 877	14 721	23 745	-	-	11 060	224 707	65 860	14 630	5 607	86 097	-	88 964
Outras informações														
Activo líquido	63 773 911	2 025 067	60 305	2 878 992	6 441 036	79 103	726 313	75 984 727	9 587 921	1 592 755	8 244	11 188 920	(31 925 137)	55 248 510
Investimento em empresas associadas	27 991	14 213	3 649	-	6 533	92	-	52 478	4 345	-	-	4 345	-	56 823
Passivo	61 809 692	1 831 175	22 423	2 780 495	6 204 889	56 726	1 082 399	73 787 799	9 279 742	1 517 737	4	10 797 483	(31 925 137)	52 660 145
Investimento em activos tangíveis	40 968	1 287	97	676	530	11	400	43 969	17 694	-	-	17 694	-	61 663
Investimento em activos intangíveis	30 868	1 858	73	1 336	512	3	184	34 834	6 653	-	-	6 653	-	41 487

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	31.12.2006									
	Portugal	Espanha	França	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Total
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	801 947	11 630	13 820	39 077	980	5 812	20 287	50	1 575	895 178
Interesses minoritários										515 353
Resultado líquido do exercício										379 825
Activo líquido	47 228 418	4 598 278	57 258	4 525 914	1 429 768	632 436	528 700	61 036	95 454	59 157 262
Investimentos em activos tangíveis	46 370	4 604	-	165	591	-	14 919	179	27	66 855
Investimentos em activos intangíveis	85 808	498	-	-	108	-	-	-	-	86 414

(milhares de euros)

	31.12.2005									
	Portugal	Espanha	França	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Macau	Total	
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	234 303	9 736	9 952	27 482	7 182	5 778	23 234	2 733	320 400	
Interesses minoritários									231 436	
Resultado líquido do exercício									88 964	
Activo líquido	45 668 456	3 233 315	10 758	3 894 448	1 443 039	567 836	352 266	78 392	55 248 510	
Investimentos em activos tangíveis	43 969	3 962	-	-	2 032	-	11 448	252	61 663	
Investimentos em activos intangíveis	34 834	6 372	-	-	262	-	-	19	41 487	

Nota 5 – Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	1 672 576	1 313 171
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	500 138	342 792
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	177 324	156 171
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	157 648	188 706
Juros de derivados para gestão de risco	104 355	88 062
Outros juros e proveitos similares	59 969	44 500
	2 672 010	2 133 402
Juros e custos similares		
Juros de responsabilidades representadas por títulos	639 809	444 849
Juros de recursos de clientes	392 432	320 474
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	319 663	204 728
Juros de derivados para gestão de risco	282 332	178 247
Juros de passivos subordinados	123 505	118 867
Juros de passivos por contratos de investimento	-	64 492
Outros juros e custos similares	4	2 097
	1 757 745	1 333 754
	914 265	799 648

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 10 861 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 11 180 milhares de euros) relativo às alterações do montante das provisões para perdas por imparidade do crédito atribuíveis ao efeito do desconto (efeito do valor temporal) (ver nota 23).

A rubrica Juros de derivados para gestão de risco inclui, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.19, os juros de derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita na Nota 2.8.

Nota 6 – Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	345 484	306 524
Por garantias prestadas	61 123	55 608
Por operações realizadas com títulos	47 095	31 162
Por compromissos perante terceiros	13 056	7 591
Outros proveitos de serviços e comissões	69 285	75 552
	536 043	476 437
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	51 781	36 373
Por operações realizadas com títulos	4 360	5 135
Por garantias recebidas	379	707
Outros custos com serviços e comissões	23 377	20 875
	79 897	63 090
	456 146	413 347

Nota 7 – Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2006			31.12.2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	105 027	77 080	27 947	79 183	83 992	(4 809)
De outros emissores	17 078	38 112	(21 034)	8 617	28 774	(20 157)
Acções	120 861	79 367	41 494	118 684	54 967	63 717
Outros títulos de rendimento variável	35 326	17 604	17 722	96 590	81 658	14 932
Instrumentos financeiros derivados						-
Contratos sobre taxas de câmbio	574 619	585 982	(11 363)	606 484	736 223	(129 739)
Contratos sobre taxas de juro	2 811 303	2 978 745	(167 442)	2 686 607	2 602 613	83 994
Contratos sobre acções/índices	1 158 598	1 187 780	(29 182)	437 831	552 581	(114 750)
Contratos sobre créditos	88 644	88 611	33	41 588	39 133	2 455
Outros	1 340 731	1 214 131	126 600	881 076	815 033	66 043
	<u>5 973 895</u>	<u>6 055 249</u>	<u>(81 354)</u>	<u>4 653 586</u>	<u>4 745 583</u>	<u>(91 997)</u>
Outros	-	-	-	307	-	307
	<u>6 252 187</u>	<u>6 267 412</u>	<u>(15 225)</u>	<u>4 956 967</u>	<u>4 994 974</u>	<u>(38 007)</u>
Activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	13 942	21 070	(7 128)	12 786	25 426	(12 640)
De outros emissores	219 536	256 730	(37 194)	227 979	169 761	58 218
Acções	37 383	15 755	21 628	46 669	33 154	13 515
Outros títulos de rendimento variável				28 101	2 075	26 026
	<u>270 861</u>	<u>293 555</u>	<u>(22 694)</u>	<u>315 535</u>	<u>230 416</u>	<u>85 119</u>
	<u>6 523 048</u>	<u>6 560 967</u>	<u>(37 919)</u>	<u>5 272 502</u>	<u>5 225 390</u>	<u>47 112</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui um efeito negativo de 2 026 milhares de euros relativos à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuíveis ao risco de crédito da entidade (ver Nota 34).

Incluídos em instrumentos financeiros derivados (contratos sobre taxas de juro) encontram-se proveitos de cerca de 26,8 milhões de euros inerentes a instrumentos financeiros derivados no âmbito da consolidação de entidades de finalidade especial de acordo com a SIC 12 que foram alienadas durante o ano de 2006 (2005: 107 milhões de euros).

Nota 8 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2006			31.12.2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 766	5 371	(2 605)	16 346	14 156	2 190
De outros emissores	106 930	18 518	88 412	60 673	21 450	39 223
Acções	91 129	9 624	81 505	148 319	77 551	70 768
Outros títulos de rendimento variável	17 535	62	17 473	14 698	58	14 640
	218 360	33 575	184 785	240 036	113 215	126 821

Durante o exercício de 2006 o Grupo procedeu à alienação ao fundo de pensões do Grupo de (i) 2 milhões de acções do Bradesco, (ii) 3 milhões de acções da Bradepar (*holding* do Grupo Bradesco para as actividades não financeiras), (iii) 0,4 milhões de acções do Banque Marocaine du Commerce Extérieur, e (iv) de uma tranche dos títulos residuais resultantes da operação de securitização de crédito à habitação Lusitano Mortgage No.5 com o valor nominal de 3,2 milhões de euros. Estas operações geraram mais valias de 35 milhões de euros, 43,1 milhões de euros, 17,9 milhões de euros e 9,2 milhões de euros, respectivamente, as quais, líquidas de interesses minoritários, ascenderam a cerca de 9,6 milhões de euros, 11,7 milhões de euros, 4,9 milhões de euros e 2,5 milhões de euros, respectivamente.

Em 2006 o Grupo procedeu ainda à venda de títulos residuais resultantes da operação de securitização de crédito à habitação Lusitano Mortgage No.5 com o valor nominal de 3,8 milhões de euros, tendo obtido mais valias de 10,5 milhões de euros.

Das principais transacções efectuadas em 2005, salientam-se as seguintes: (i) alienação das acções da Portugal Telecom, com um prejuízo de cerca de 69,8 milhões de euros a qual, líquida de interesses minoritários, ascendeu a cerca de 20,3 milhões de euros; (ii) alienação de cerca de 1,3% das acções ordinárias do Banco Bradesco ao fundo de pensões do Grupo, com uma mais valia de cerca de 72,6 milhões de euros a qual, líquida de interesses minoritários, ascendeu a cerca de 21,1 milhões de euros; (iii) alienação de 9,5 milhões de acções preferenciais que o grupo detinha na Bradepar no mercado internacional, com uma mais valia de cerca de 28 milhões de euros a qual, líquida de interesses minoritários, ascendeu a cerca de 8,1 milhões de euros (depois desta operação, o Grupo BES, através da GESPAR, passou a deter uma posição de 10,8% no capital votante da Bradepar); (iv) alienação dos títulos residuais resultante da operação de securitização de crédito à habitação efectuada em Setembro de 2005 (Lusitano Mortgages No.4) a qual originou uma mais valia no valor de 27,2 milhões de euros a qual, líquida de interesses minoritários, ascendeu a cerca de 7,9 milhões de euros; e (v) alienação de parte da posição que o Grupo detinha na PT Multimédia tendo originado uma mais valia de cerca de 29,3 milhões de euros a qual, líquida de interesses minoritários, ascendeu a cerca de 8,5 milhões de euros (nesta transacção, cerca de 15,2 milhões de acções da PT Multimédia foram alienadas ao fundo de pensões do Grupo, traduzindo-se numa

mais valia para o Grupo de cerca de 27 milhões de euros a qual, líquida de interesses minoritários, ascendeu a cerca de 7,8 milhões de euros).

Nota 9 – Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2006			31.12.2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	979 507	928 920	50 587	794 659	701 138	93 521
	979 507	928 920	50 587	794 659	701 138	93 521

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

Nota 10 – Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Prémios brutos emitidos	239 699	635 006
Prémios de resseguro cedido	(2 481)	(13 461)
Prémios líquidos de resseguro	237 218	621 545
Varição da provisão para prémios não adquiridos líquida de resseguro	-	(671)
	-	(671)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	237 218	620 874

Os prémios brutos emitidos e prémios adquiridos são analisados como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2006		31.12.2005	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Vida	208 609	208 609	573 207	573 207
Não Vida				
Seguro directo				
Acidentes e doença	11 100	11 207	21 782	21 646
Incêndio e outros danos	9 231	9 149	18 036	17 423
Automóvel	10 759	10 202	21 981	22 059
	239 699	239 167	635 006	634 335

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2006		31.12.2005	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Vida	-	-	9 020	9 020
Não Vida				
Seguro directo				
Acidentes e doença	552	552	841	841
Incêndio e outros danos	702	702	1 317	1 317
Automóvel	1 227	1 227	2 283	2 283
	2 481	2 481	13 461	13 461

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Rendas	2 278	26 199
Risco	34 600	68 161
Capitalização com participação nos resultados	171 731	478 847
	208 609	573 207

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como proveitos.

Nota 11 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Outros proveitos de exploração		
Serviços de banca de investimento	52 276	37 237
Serviços de gestão de contas	28 268	33 042
Serviços informáticos	6 137	6 596
Serviços de <i>call center</i>	5 029	5 176
Outros	93 494	34 107
	185 204	116 158
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	12 027	14 200
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	4 124	3 888
Quotizações e donativos	4 064	3 496
Outros	40 724	476
	60 939	22 060
	124 265	94 098

Nota 12 – Custos com pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Vencimentos e salários	331 605	321 600
Remunerações	328 658	317 766
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	2 947	3 834
Benefícios de saúde - SAMS	18 093	17 162
Outros encargos sociais obrigatórios	40 477	37 245
Custos com pensões de reforma (ver Nota 13)	71 495	71 312
Outros custos	21 220	19 761
	482 890	467 080

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de 9 773 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 8 326 milhares de euros) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 13).

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 2 454 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 2 060 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA), conforme política contabilística descrita na Nota 2.16. Os detalhes deste plano são analisados na Nota 13.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da ESF(P) são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	949	1 255
Custos com pensões de reforma e SAMS	224	11
Remunerações variáveis	1 190	1 399
	<u>2 363</u>	<u>2 665</u>
Conselho fiscal	19	18
	<u>2 382</u>	<u>2 683</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o valor do crédito concedido pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração da ESF(P) ascendia a 5 602 milhares de euros e 2 652 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de colaboradores do Grupo ESF(P), decompõe-se como segue:

	31.12.2006	31.12.2005
Colaboradores da ESF(P)	4	3
Colaboradores do BES	6 095	5 084
Colaboradores das subsidiárias financeiras do Grupo	1 701	2 504
Total colaboradores em empresas financeiras do Grupo	7 800	7 591
Colaboradores do sector segurador do Grupo	-	119
Colaboradores de outras empresas que prestam serviços essencialmente para clientes externos ao Grupo	1 008	1 177
	<u>8 808</u>	<u>8 887</u>

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo ESF(P) analisa-se como segue:

	31.12.2006	31.12.2005
Funções directivas	721	687
Funções de chefia	1 208	1 225
Funções específicas	3 241	3 195
Funções administrativas	3 518	3 626
Funções auxiliares	120	154
	<u>8 808</u>	<u>8 887</u>

Nota 13 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 2.16., as empresas do Grupo assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Durante o exercício de 1998, a ESF(P) e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos			Verificado		
	Sector bancário		Sector Segurador	Sector bancário		Sector Segurador
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2005
Pressupostos Financeiros						
Taxas de evolução salarial	2,75%	2,75%	3,00%	5,60%	5,32%	2,82%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%	0,75 % - 3,75%	1,48%	1,98%	0,00%
Taxas de rendimento do fundo	4,75%	5,25%	5,25%	12,58%	10,49%	6,88%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%	4,75%			
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	-	-	2,00%			
Taxa técnica	-	-	3,00%			
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação						
Tábua de Mortalidade						
Homens		TV 73/77 (ajustada)	GKF 95			
Mulheres		TV 88/90	GKF 95			
Métodos de valorização actuarial		Project Unit Credit Method				

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.16., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

As contribuições para o SAMS correspondiam, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a 6,5% da massa salarial.

Os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2006	31.12.2005
Activos	6 048	5 449
Reformados	4 638	4 220
Sobreviventes	857	842
TOTAL	11 543	10 511

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	(1 372 233)	(107 645)	(1 479 878)	(1 284 287)	(83 286)	(1 367 573)
Activos	(519 414)	(2 152)	(521 566)	(545 774)	(34 088)	(579 862)
	(1 891 647)	(109 797)	(2 001 444)	(1 830 061)	(117 374)	(1 947 435)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	2 028 303	477	2 028 780	1 820 957	-	1 820 957
Excesso / défice de cobertura	136 656	(109 320)	27 336	(9 104)	(117 374)	(126 478)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	442 352	26 535	468 887	630 466	41 256	671 722
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	579 008	(82 785)	496 223	621 362	(76 118)	545 244

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	1 830 061	117 374	1 947 435	1 556 109	95 897	1 652 006
Custo do serviço corrente	29 560	2 079	31 639	20 127	1 446	21 573
Custo dos juros	84 143	5 444	89 587	79 315	4 885	84 200
Contribuições dos participantes	3 072	-	3 072	2 837	-	2 837
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:						
- Alterações das tábuas de mortalidade	-	-	-	77 298	5 024	82 322
- Alteração da taxa de desconto	-	-	-	123 278	8 005	131 283
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	3 460	(11 577)	(8 117)	39 366	6 549	45 915
Pensões pagas pelo fundo	(94 919)	-	(94 919)	(91 727)	-	(91 727)
Benefícios pagos pelo Grupo	-	(5 464)	(5 464)	-	(5 768)	(5 768)
Reformas antecipadas por invalidez	40 601	1 983	42 584	21 124	1 336	22 460
Alteração no perímetro de consolidação	(3 797)	(44)	(3 841)	-	-	-
Outros	(534)	2	(532)	2 334	-	2 334
Responsabilidades em 31 de Dezembro	1 891 647	109 797	2 001 444	1 830 061	117 374	1 947 435

Das responsabilidades com reformas antecipadas do ano de 2006, os valores de 37 039 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 1 851 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão para reestruturação (31 de Dezembro de 2005: 3 738 milhares de euros e 205 milhares de euros, respectivamente) (ver Nota 36).

Em 31 de Dezembro de 2006, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 16,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 16,9 milhões de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 1,0 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	1 820 957	-	1 820 957	1 515 353	-	1 515 353
Rendimento real do fundo	222 666	-	222 666	144 856	-	144 856
Contribuições do Grupo	82 121	477	82 598	249 165	-	249 165
Contribuições dos empregados	3 072	-	3 072	2 837	-	2 837
Pensões pagas pelo fundo	(94 919)	-	(94 919)	(91 727)	-	(91 727)
Alteração no perímetro de consolidação	(4 728)	-	(4 728)	-	-	-
Outros	(866)	-	(866)	473	-	473
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	2 028 303	477	2 028 780	1 820 957	-	1 820 957

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Acções	965 431	681 062
Outros títulos de rendimento variável	598 214	613 511
Obrigações	183 008	259 026
Imóveis	179 126	122 904
Outros	103 001	144 454
Total	2 028 780	1 820 957

Os activos do fundo de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Acções	65 360	53 411
Obrigações	254	2 237
Imóveis	123 299	120 417
Total	188 913	176 065

Em 31 de Dezembro de 2006, as acções detidas pelo fundo de pensões são 4,7 milhões de acções do BES e 60 mil acções da Sotancro (31 de Dezembro de 2005: 3,7 milhões de acções do BES e 60 mil acções da Sotancro).

As obrigações detidas pelo fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2005 eram obrigações emitidas pelo BESI.

Durante os exercícios de 2006 e 2005, o Grupo realizou com os fundos de pensões as operações referidas na Nota 8.

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	630 466	41 256	671 722	490 141	22 555	512 696
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:						
- Alterações das tábua de mortalidade	-	-	-	77 298	5 024	82 322
- Alteração da taxa de desconto	-	-	-	123 278	8 005	131 283
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	(137 530)	(11 577)	(149 107)	(30 391)	6 549	(23 842)
Amortização do exercício	(33 243)	(1 967)	(35 210)	(26 034)	(695)	(26 729)
Amortização adicional por reformas de invalidez	(17 029)	(1 113)	(18 142)	(3 826)	(182)	(4 008)
Alteração no perímetro de consolidação	55	(19)	36	-	-	-
Outros	(367)	(45)	(412)	-	-	-
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	442 352	26 535	468 887	630 466	41 256	671 722
Dos quais:						
Dentro do corredor	202 437	10 980	213 417	182 400	11 736	194 136
Fora do corredor	239 915	15 555	255 470	448 066	29 520	477 586

Da amortização adicional resultante de reformas antecipadas do ano de 2006, os valores de 14 366 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 961 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão para reestruturação (31 de Dezembro de 2005: 277 milhares de euros e 13 milhares de euros, respectivamente) (ver Nota 36).

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
(Activos)/ passivos em 1 de Janeiro	9 104	117 374	126 478	40 758	95 898	136 656
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	3 460	(11 577)	(8 117)	239 942	19 578	259 520
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	(140 990)	-	(140 990)	(69 757)	-	(69 757)
Encargos do ano:	-	-	-	-	-	-
- Custo do serviço corrente	29 560	2 079	31 639	20 127	1 446	21 573
- Custo dos juros	84 143	5 444	89 587	79 315	4 885	84 200
- Rendimento esperado do fundo	(81 676)	-	(81 676)	(75 099)	-	(75 099)
- Reformas antecipadas	40 601	1 983	42 584	21 124	1 336	22 460
- Outros	332	2	334	1 859	-	1 859
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	(82 121)	(5 941)	(88 062)	(249 165)	(5 769)	(254 934)
Alteração no perímetro de consolidação	931	(44)	887	-	-	-
(Activos)/ passivos em 31 de Dezembro	(136 656)	109 320	(27 336)	9 104	117 374	126 478

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	29 560	2 079	31 639	20 127	1 446	21 573
Custo dos juros	84 143	5 444	89 587	79 315	4 885	84 200
Rendimento esperado do fundo	(81 676)	-	(81 676)	(75 099)	-	(75 099)
Amortização do exercício	33 243	1 967	35 210	26 034	695	26 729
Reformas antecipadas por invalidez	6 225	283	6 508	20 935	1 300	22 235
Custos com pessoal	71 495	9 773	81 268	71 312	8 326	79 638

O custo relativo às reformas antecipadas por invalidez inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Em 1 de Janeiro	621 362	(76 118)	545 244	449 383	(73 343)	376 040
Custo do exercício	(71 495)	(9 773)	(81 268)	(71 312)	(8 326)	(79 638)
Utilização de provisões	(51 405)	(2 857)	(54 262)	(4 015)	(218)	(4 233)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	82 121	5 941	88 062	249 165	5 769	254 934
Alteração no perímetro de consolidação	(876)	25	(851)	-	-	-
Outros	(699)	(3)	(702)	(1 859)	-	(1 859)
Em 31 de Dezembro	579 008	(82 785)	496 223	621 362	(76 118)	545 244

Os activos/(responsabilidades) líquidas em balanço encontram-se reflectidos na rubrica de Outros activos e Outros passivos (ver Nota 31 e Nota 39).

SIBA

No exercício de 2000, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que as podem vender no mercado ou mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida ao Banco ou, alternativamente, vendê-las ao BES pelo seu custo de aquisição.

As principais características de cada plano são como segue:

	Data expectável do fim do plano	Número de acções à data de início de cada plano	Preço médio de exercício (euros)	Número de acções à data de 31 de Dezembro de 2006	Cobertura por acções
Plano de 2000					
1º lote	Expirado (Dez-04)	548 389	17,37	-	-
2º lote	Expirado (Dez-05)	1 279 576	17,37	-	-
Plano de 2001					
1º lote	Expirado (Mai-06)	1 358 149	11,51	-	-
2º lote	Mai-07	3 169 016	11,51	495 941	100%
Plano de 2002					
1º lote	Abr-08	755 408	12,02	150 150	100%
2º lote	Abr-08	1 762 619	12,02	1 727 748	100%
Plano de 2003					
1º lote	Mai-09	480 576	14,00	107 601	100%
2º lote	Mai-09	1 121 343	14,00	1 142 183	100%
Plano de 2004					
1º lote	Dez-07	541 599	13,54	612 915	100%
2º lote	Dez-10	1 270 175	13,54	1 431 074	100%

O movimento do número de acções subjacente aos planos em vigor durante os exercícios de 2006 e 2005 foi como segue:

	31.12.2006		31.12.2005	
	Número de acções	Preço médio (euros)	Número de acções	Preço médio (euros)
Saldo em 1 de Janeiro	7 617 500	12,63	7 991 482	12,54
Acções atribuídas	-	-	1 811 774	13,54
Aumento de capital ⁽¹⁾	850 504	-	-	-
Acções alienadas ⁽²⁾	(2 800 392)	11,61	(2 185 756)	13,17
Saldo em 31 de Dezembro	5 667 612	11,24	7 617 500	12,63

⁽¹⁾ Acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão.

⁽²⁾ Inclui acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial de cada plano foram os seguintes:

	Plano 2004	Plano 2003	Plano 2002	Plano 2001	Plano 2000
Prazo					
1º lote	24 meses	24 meses	24 meses	Expirado	Expirado
2º lote	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	Expirado
Volatilidade	12%	12%	12%	12%	12%
Taxa de juro sem risco					
1º lote	3,04%	2,63%	2,70%	4,38%	4,71%
2º lote	3,22%	3,52%	3,56%	5,01%	5,05%
Dividendo	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305	2 137	2 830	6 530	3 056

O total de custos reconhecidos com os planos é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 12)	2 454	2 060

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforma política contabilística descrita na Nota 2.16.

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.16, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio por antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Responsabilidades a 1 de Janeiro	22 553	20 453
Custo do exercício	2 947	3 834
Prémios pagos	(1 873)	(1 734)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	23 627	22 553

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo reconheceu em custos com pessoal o montante de 2 947 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 3 834 milhares de euros) relativos a prémios de antiguidade (ver Nota 12).

Nota 14 – Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Rendas e alugueres	55 053	56 021
Publicidade e publicações	44 918	40 174
Comunicações e expedição	34 798	37 657
Conservação e reparação	16 026	15 645
Deslocações e representação	24 859	22 286
Transportes	5 968	5 556
Seguros	6 840	6 536
Serviços especializados		
Informática	43 376	45 384
Trabalho independente	8 879	12 310
Mão de obra eventual	7 777	6 944
Sistema electrónico de pagamentos	12 447	14 323
Estudos e consultas	12 032	7 802
Outros serviços especializados	39 080	41 647
Água, energia e combustíveis	7 325	7 114
Material de consumo corrente	6 472	5 608
Outros custos	29 551	25 577
	355 401	350 584

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, banco de dados, judiciais, contencioso e notariado. A rubrica Outros custos inclui a formação e custos com fornecimentos externos.

Nota 15 – Custos com sinistros líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Custos com sinistros do ramo vida	313 255	608 591
Custos com sinistros do ramo não vida	17 589	37 765
	330 844	646 356

Esta rubrica reflecte os custos com sinistros líquidos de resseguro incorridos pela BES – Vida e pela BES – Seguros até 30 de Junho de 2006, data em que passaram a ser incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

No que se refere à actividade seguradora do ramo vida, os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Montantes pagos		
Montantes brutos	313 255	606 200
Parte dos resseguradores	-	(3 289)
	313 255	602 911
Provisão para sinistros (variação)		
Montantes brutos	-	4 815
Parte dos resseguradores	-	865
	-	5 680
	313 255	608 591

No que se refere à actividade seguradora do ramo não vida, os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Montantes pagos		
Montantes brutos	15 987	30 128
Parte dos resseguradores	(475)	(921)
	15 512	29 207
Provisão para sinistros (variação)		
Montantes brutos	2 776	9 014
Parte dos resseguradores	(699)	(456)
	2 077	8 558
	17 589	37 765

Os custos com sinistros brutos, dos ramos não vida, são analisados como segue:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Montantes pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Montantes pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Seguro directo						
Acidentes e doença	8 118	470	8 588	15 717	1 417	17 134
Incêndio e outros danos	2 490	(305)	2 185	4 267	582	4 849
Automóvel	5 379	2 611	7 990	10 144	7 015	17 159
	15 987	2 776	18 763	30 128	9 014	39 142

Nota 16 – Resultados por acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos, conforme a política contabilística descrita na Nota 2.24, são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	374 878	88 964
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	54 120	54 120
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas da empresa-mãe (em euros)	6,93	1,64

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a Sociedade não detinha acções ordinárias potenciais pelo que os resultados por acção diluídos são iguais aos resultados por acção básicos.

Nota 17 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Caixa	311 335	231 497
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	711 847	696 395
Outros bancos centrais	61 745	77 125
	773 592	773 520
	1 084 927	1 005 017

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2006 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 2,79% (31 de Dezembro de 2005: 2,07%).

Nota 18 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	430 619	341 048
Depósitos à ordem	30 999	58 326
Outras disponibilidades	37 134	54 025
	498 752	453 399
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	76 041	210 955
Cheques a cobrar	4 019	5 490
Outras disponibilidades	94 179	12 231
	174 239	228 676
	672 991	682 075

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

Nota 19 – Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 538 485	980 929
De outros emissores	157 882	99 023
Acções	267 868	156 198
Outros títulos de rendimento variável	991 793	572 797
	2 956 028	1 808 947
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 236 430	1 172 471
	4 192 458	2 981 418
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 308 524	1 217 325

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de aquisição dos títulos detidos para negociação era de 2 886 593 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 1 772 990 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	358 504	131 155
De 3 meses a um ano	610 918	506 460
De um a cinco anos	459 480	357 251
Mais de cinco anos	502 412	86 193
Duração indeterminada	1 024 714	727 888
	2 956 028	1 808 947

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2006			31.12.2005		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 343 863	194 622	1 538 485	964 627	16 302	980 929
De outros emissores	137 842	20 040	157 882	31 538	67 485	99 023
Acções	267 868	-	267 868	120 366	35 832	156 198
Outros títulos de rendimento variável	-	991 793	991 793	-	572 797	572 797
	1 749 573	1 206 455	2 956 028	1 116 531	692 416	1 808 947

Os instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	31.12.2006			31.12.2005		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	15 181 980			23 712 493		
- vendas	15 274 654	164 353	206 550	23 584 606	251 316	230 758
Currency Swaps						
- compras	1 670 645			675 865		
- vendas	1 707 949	12 482	15 119	676 852	1 207	3 224
Currency Futures	-	-	-	11 364	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	5 682 850			338 373		
- vendas	5 704 527	301 310	283 604	340 936	165 905	74 565
Currency Options	3 785 013	9 283	21 968	2 092 305	17 367	33 980
	49 007 618	487 428	527 241	51 432 794	435 795	342 527
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	255 930	112	126	491 750	12	191
Interest Rate Swaps	23 124 487	548 691	379 886	22 414 057	595 595	549 989
Swaption - Interest Rate Options	2 348 648	13 519	11 220	3 061 905	14 564	16 257
Interest Rate Caps & Floors	3 843 982	12 238	13 284	3 488 802	11 158	10 387
Interest Rate Futures	3 540 889	788	4 673	591 534	211	107
Bonds Options	84 686	161	-	132 532	2 960	60
Future Options	9 985 103	-	-	10 009 875	-	-
	43 183 725	575 509	409 189	40 190 455	624 500	576 991
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	4 792 599	64 445	21 381	1 528 356	38 956	35 823
Equity / Index Options	4 479 305	92 968	335 813	4 912 104	61 160	249 942
Equity / Index Futures	1 331 085	-	-	984 424	-	-
	10 602 989	157 413	357 194	7 424 884	100 116	285 765
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	1 417 632	16 080	14 900	1 644 833	12 060	12 042
	1 417 632	16 080	14 900	1 644 833	12 060	12 042
Total	104 211 964	1 236 430	1 308 524	100 692 966	1 172 471	1 217 325

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados inclui o montante de 5 303 milhares de euros referente ao justo valor passivo dos derivados embutidos (31 de Dezembro de 2005: 39 355 milhares de euros de justo valor passivo), conforme descrito na Nota 2.4.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos instrumentos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	39 051 529	(50 995)	46 234 169	17 220
De 3 meses a um ano	16 783 787	(33 213)	22 263 961	(33 169)
De um a cinco anos	21 909 934	(27 624)	17 850 552	(1 690)
Mais de cinco anos	26 466 714	39 738	14 344 284	(27 215)
	104 211 964	(72 094)	100 692 966	(44 854)

A carteira de derivados de negociação inclui instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita na Nota 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura, como segue:

(milhares de euros)

Produto derivado	Passivo financeiro associado	Nocional	Justo valor do derivado	Valor de balanço do passivo financeiro (*)
Interest Rate Swap	Emissão de obrigações	702 074	(18 980)	682 750
Index Swap	Emissão de obrigações	217 238	12 434	215 452
Index Option	Emissão de obrigações	7 400	(708)	7 538
Index Swap	Depósitos	56 339	(435)	55 899
Currency Interest Rate Swap	Emissão de obrigações	75 949	5 110	81 578
FX Swaps	Recursos de instituições de crédito	387 114	(519)	386 997
		1 446 114	(3 098)	1 430 214

(*) o valor de balanço dos passivos financeiros apresenta-se líquido de recompras

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de balanço do passivo financeiro inclui um efeito negativo de 2 026 milhares de euros relativos à variação de justo valor atribuíveis ao risco de crédito da entidade (ver Nota 34).

Nota 20 – Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	182 828
De outros emissores	1 322 698	2 650 000
Acções	175 894	340 562
Outros títulos de rendimento variável	-	460 924
Valor de balanço	1 498 592	3 634 314
(Valor de aquisição)	1 497 756	3 565 425

A opção do grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Neste agregado encontram-se registados títulos no valor de 575 621 milhares de euros os quais, apesar de o Grupo ter procedido à sua alienação, não foram desreconhecidos do balanço uma vez que o Grupo reteve a totalidade dos benefícios associados a estes activos através de *total return swaps*.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	228 802	100 809
De 3 meses a um ano	192 144	500 689
De um a cinco anos	569 385	720 949
Mais de cinco anos	332 367	1 508 065
Duração indeterminada	175 894	803 802
	1 498 592	3 634 314

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2006			31.12.2005		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	38 706	144 122	182 828
De outros emissores	66 067	1 256 631	1 322 698	916 918	1 733 082	2 650 000
Acções	175 894	-	175 894	339 672	890	340 562
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	460 924	-	460 924
	241 961	1 256 631	1 498 592	1 756 220	1 878 094	3 634 314

Nota 21 – Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Custo amortizado	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 096 510	15 137	(6 715)	(359)	1 104 573
De outros emissores	3 311 959	21 581	(9 401)	(105 336)	3 218 803
Acções	958 294	533 015	(10 917)	(46 988)	1 433 404
Outros títulos de rendimento variável	743 353	29 831	(821)	(4 415)	767 948
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	6 110 116	599 564	(27 854)	(157 098)	6 524 728
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	349 445	1 473	(1 275)	(594)	349 049
De outros emissores	2 830 718	4 074	(4 006)	(9 093)	2 821 693
Acções	1 159 482	685 185	(2 754)	(43 419)	1 798 494
Outros títulos de rendimento variável	278 457	9 001	(618)	(4 392)	282 448
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	4 618 102	699 733	(8 653)	(57 498)	5 251 684

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo a 1 de Janeiro	157 098	270 320
Dotações	8 308	33 846
Utilizações	(7 140)	(140 743)
Reversões	(2 179)	(13 054)
Alteração de perímetro de consolidação	(96 211)	-
Diferenças de câmbio e outras	(2 378)	6 729
Saldo final	57 498	157 098

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	288 524	186 359
De 3 meses a um ano	248 114	365 921
De um a cinco anos	1 171 860	1 690 117
Mais de cinco anos	1 461 894	2 096 340
Duração indeterminada	2 081 292	2 185 991
	5 251 684	6 524 728

As principais contribuições para a reserva de justo valor com referência a 31 de Dezembro de 2006 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	202 057	496 097	-	-	698 154
Portugal Telecom	340 074	66 331	-	-	406 405
EDP	218 670	67 986	-	-	286 656
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	2 774	-	(682)	4 572
Bradespar	3 577	8 345	-	-	11 922
	766 858	641 533	-	(682)	1 407 709

Nota 22 – Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	425 723	112 979
Depósitos	52 659	30 501
Empréstimos	52 143	34 948
Outras aplicações	1 429	523
	531 954	178 951
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	3 145 408	2 752 359
Aplicações de muito curto prazo	2 026 383	1 343 555
Empréstimos	1 880 656	1 890 366
Outras aplicações	6 002	1 371
	7 058 449	5 987 651
Perdas por imparidade	(2 354)	(2 558)
	7 588 049	6 164 044

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2006, vencem juros à taxa média anual de 3,46% (31 de Dezembro de 2005: 2,71%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	6 987 458	5 088 590
De 3 meses a um ano	410 257	392 888
De um a cinco anos	112 106	280 951
Mais de cinco anos	80 582	404 173
	7 590 403	6 166 602

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo inicial	2 558	3 834
Dotações	2 084	1 191
Reversões	(1 991)	(5 539)
Diferenças de câmbio e outras	(297)	3 072
Saldo final	2 354	2 558

Nota 23 – Crédito a clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	7 515 911	5 293 467
Créditos em conta corrente	6 551 451	6 844 987
Locação financeira	2 254 375	1 881 648
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	1 176 756	1 432 065
<i>Factoring</i>	977 934	915 526
Descobertos	29 536	42 585
Outros créditos	238 960	314 716
A particulares		
Habitação	7 917 558	7 922 525
Consumo e outros	2 001 327	1 518 394
	28 663 808	26 165 913
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	3 688 714	2 860 242
Créditos em conta corrente	1 208 129	838 537
Locação financeira	178 774	129 803
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	113 075	175 128
Descobertos	51 964	32 089
Outros créditos	620 928	321 725
A particulares		
Habitação	519 968	456 173
Consumo e outros	233 952	194 885
	6 615 504	5 008 582
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	74 160	66 004
Há mais de 90 dias	398 360	422 071
	472 520	488 075
	35 751 832	31 662 570
Perdas por imparidade	(869 327)	(829 874)
	34 882 505	30 832 696

Durante o mês de Setembro de 2006, o Grupo BES concretizou uma operação de securitização de crédito à habitação (Lusitano Mortgages No.5), no valor de 1 400 milhões de euros (2005: 1 200 milhões de euros – Lusitano Mortgages No.4) e no mês de Outubro de 2006 concretizou uma operação de securitização de crédito a empresas (Lusitano SME No. 1) no valor de 863 milhões de euros (ver Nota 45).

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de crédito a clientes inclui o montante de 794,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 125,2 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 45).

No exercício de 2006, o Grupo procedeu à venda de crédito à habitação vencido no valor de 36,1 milhões de euros, com um crédito vincendo associado no montante de 105,3 milhões de euros (2005: venda de cerca de 71 milhões de euros de crédito à habitação vencido e vincendo associado).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	6 147 170	5 578 723
De 3 meses a um ano	5 150 636	5 262 267
De um a cinco anos	7 136 228	5 721 620
Mais de cinco anos	16 845 278	14 611 885
Duração indeterminada	472 520	488 075
	35 751 832	31 662 570

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo a 31 de Dezembro	829 874	793 225
Dotações	232 547	281 974
Utilizações	(133 935)	(181 148)
Reversões	(50 992)	(62 058)
Efeito do valor temporal	(10 861)	(11 180)
Diferenças de câmbio e outras	2 694	9 061
Saldo final	869 327	829 874

O efeito do valor temporal reflecte o valor do juro reconhecido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

O detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Crédito vencido mais vincendo associado a clientes com sinais de imparidade	959 252	1 023 633
Crédito vivo com sinais de imparidade	2 235 303	2 331 317
Crédito com sinais de imparidade	3 194 555	3 354 950
Crédito sem sinais de imparidade	32 557 277	28 307 620
	35 751 832	31 662 570
Provisão para imparidade do crédito		
- em base individual	511 451	595 527
- em base colectiva	357 876	234 347
	869 327	829 874
Saldo médio de créditos com imparidade durante o ano	3 536 030	3 489 831
Juro reconhecido no crédito com sinais de imparidade	175 988	150 580

O juro reconhecido no crédito com sinais de imparidade inclui o efeito do valor temporal relativo ao crédito com imparidade vencido bem como o juro do crédito com sinais de imparidade mas que não apresenta situação de incumprimento.

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Taxa fixa	3 700 610	4 137 591
Taxa variável	32 051 222	27 524 979
	35 751 832	31 662 570

O crédito de locação financeira, por prazos residuais é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	503 693	896 482
De um a cinco anos	1 252 844	1 991 898
Mais de cinco anos	<u>1 266 535</u>	<u>1 059 526</u>
	<u>3 023 072</u>	<u>3 947 906</u>
Juros vincendos		
Até um ano	86 951	531 594
De um a cinco anos	174 483	1 048 322
Mais de cinco anos	<u>328 489</u>	<u>356 539</u>
	<u>589 923</u>	<u>1 936 455</u>
Capital vincendo		
Até um ano	416 742	364 888
De um a cinco anos	1 078 361	943 576
Mais de cinco anos	938 046	702 987
	<u>2 433 149</u>	<u>2 011 451</u>

Nota 24 – Investimentos detidos até à maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	589 354	606 260
De outros emissores	<u>3 817</u>	<u>8 396</u>
	<u>593 171</u>	<u>614 656</u>
Perdas por imparidade	-	(13)
	<u>593 171</u>	<u>614 643</u>

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	50 653	29 605
De 3 meses a um ano	66 910	59 838
De um a cinco anos	468 073	510 480
Mais de cinco anos	7 535	14 733
	593 171	614 656

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentada na Nota 45.

Nota 25 – Derivados de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os derivados de cobertura em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Derivados de cobertura activos	178 653	124 505
Derivados de cobertura passivos	238 612	111 098
	(59 959)	13 407

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)							
31.12.2006							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Currency Interest Rate Swaps	Depósitos	Taxa de juro e câmbio	429 596	2 248	1 060	448	(1 181)
Currency Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de juro e câmbio	191 168	(8 053)	(33 657)	8 027	38 942
Currency Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de juro e câmbio	18 192	54	(376)	276	270
Currency Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de juro e câmbio	35 854	0	0	0	0
Interest Rate Swaps	Crédito	Taxa de juro	245 884	(1 244)	3 778	428	(4 309)
Interest Rate Swaps	Depósitos	Taxa de juro	150 019	11 659	3 355	(5 663)	(3 684)
Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de juro	-	-	93	-	(107)
Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de juro	1 730 125	(64 623)	(50 026)	68 910	46 262
			2 800 838	(59 959)	(75 773)	72 426	76 193

⁽¹⁾ Atribuível ao risco coberto

⁽²⁾ Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2005

Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Currency Interest Rate Swaps	Depósitos	Cambial e Taxa de Juro	648 511	32 847	27 608	(27 986)	(27 697)
Equity / Index Swaps	Obrigações	Acções	117 276	7 447	7 552	(9 252)	(8 933)
Equity Swap	Obrigações	Taxa de juro	8 477	(1 208)	244	1 336	127
FX Swap	Depósitos	Taxa de juro	83 430	(1 574)	(792)	61	61
Index Swap	Obrigações	Acções	100 662	(180)	(1 786)	52	52
Interest Rate Swaps	Depósitos	Taxa de juro	19 553	4 662	1 299	(2 629)	746
Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de juro	77 821	(4 787)	672	4 858	637
Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de juro	1 470 852	(23 800)	(5 149)	28 002	8 401
			2 526 582	13 407	29 648	(5 558)	(26 606)

⁽¹⁾ Atribuível ao risco coberto

⁽²⁾ Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2006 a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor no montante de 5,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 1,8 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

As operações com derivados de cobertura em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005		
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor	
Até 3 meses	361 913	6 014	153 314	352	
De 3 meses a um ano	466 722	(1 210)	180 224	5 826	
De um a cinco anos	1 158 769	(2 505)	1 678 804	19 398	
Mais de cinco anos	813 434	(62 258)	514 240	(12 169)	
		2 800 838	(59 959)	2 526 582	13 407

Nota 26 – Activos e passivos não correntes detidos para venda

Em Dezembro de 2005, o BES Investimento, em conjunto com a Espírito Santo Saúde, adquiriu 90% do capital accionista da Hospor – Hospitais Portugueses S.A., empresa de referência na prestação de cuidados de saúde em Portugal que conta com dois hospitais e três centros ambulatoriais.

A operação foi realizada através de uma sociedade participada pelo BESI (ROPSOH – Unidades de Saúde, S.A.) em 80% e pela Espírito Santo Saúde em 20%.

Referente a esta operação, a 31 de Dezembro de 2005, encontram-se registados os montantes de 157 536 milhares de euros e 112 428 milhares de euros nas rubricas de activos não correntes detidos para venda e passivos não correntes detidos para venda, respectivamente. O Grupo não registou qualquer ganho ou perda no exercício decorrente desta transacção.

A posição accionista detida pelo Espírito Santo Investment foi vendida à Espírito Santo Saúde após comunicação por parte da Autoridade da Concorrência de uma decisão de não oposição a esta transacção que ocorreu em Fevereiro de 2006. A liquidação financeira da operação ocorreu em 3 de Março de 2006.

Nota 27 – Outros activos tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Imóveis		
De serviço próprio	295 060	295 565
Beneficiações em edifícios arrendados	184 298	180 995
Outros	3 853	103
	483 211	476 663
Equipamento		
Equipamento informático	238 869	238 230
Instalações interiores	93 615	89 063
Mobiliário e material	86 416	86 101
Equipamento de segurança	20 808	16 833
Máquinas e ferramentas	31 111	33 533
Material de transporte	4 035	4 055
Outros	6 086	5 142
	480 940	472 957
Outras imobilizações	1 627	3 737
	965 778	953 357
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	11 886	5 156
Imóveis	7 646	12 825
Equipamento	14 223	5 812
Outros	573	1 239
	34 328	25 032
	1 000 106	978 389
Depreciação acumulada	(617 081)	(606 470)
	383 025	371 919

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	437 638	445 547	1 187	36 498	920 870
Adições	6 090	19 959	44	35 570	61 663
Abates / vendas	(1 471)	(6 812)	-	(401)	(8 684)
Transferências	33 804	13 078	(147)	(46 735)	-
Variação cambial	869	1 390	46	140	2 445
Outros movimentos	(267)	(205)	2 607	(40)	2 095
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	476 663	472 957	3 737	25 032	978 389
Adições	10 507	22 975	112	33 261	66 855
Abates / vendas	(5 252)	(19 224)	-	-	(24 476)
Transferências (a)	9 121	16 071	-	(24 104)	1 088
Variação cambial	(1 258)	(995)	(1 871)	443	(3 681)
Alteração de perímetro de consolidação	(6 528)	(10 177)	(352)	(16)	(17 073)
Outros movimentos	(42)	(667)	1	(288)	(996)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	483 211	480 940	1 627	34 328	1 000 106
Depreciações					
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	195 358	374 006	217	-	569 581
Depreciações do exercício	14 329	28 251	263	-	42 843
Abates / vendas	(728)	(6 542)	-	-	(7 270)
Variação cambial	76	588	-	-	664
Outros movimentos	240	(780)	1 192	-	652
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	209 275	395 523	1 672	-	606 470
Depreciações do exercício	16 013	24 594	181	-	40 788
Abates / vendas	(4 707)	(18 218)	-	-	(22 925)
Transferências (a)	(1 090)	5 355	(1 383)	-	2 882
Variação cambial	(53)	(172)	6	-	(219)
Alteração de perímetro de consolidação	(245)	(8 501)	(44)	-	(8 790)
Outros movimentos	(143)	(834)	(148)	-	(1 125)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	219 050	397 747	284	-	617 081
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	264 161	83 193	1 343	34 328	383 025
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005	267 388 -	77 434 -	2 065	25 032	371 919

(a) Inclui 7 459 milhares de euros de imobilizado e 1 961 milhares de euros de amortizações acumuladas transferidos para a rubrica de Outros Activos, referente a balcões descontinuados

Nota 28 – Activos intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Goodwill	60 024	2 874
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	7 793	2 155
	7 793	2 155
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	403 676	403 418
Outras	30 393	36 501
	434 069	439 919
Imobilizações em curso	19 429	19 930
	521 315	464 878
Amortização acumulada	(395 921)	(391 773)
	(395 921)	(391 773)
	125 394	73 105

Como referido na Nota 1, em Outubro de 2006 o Grupo adquiriu 6,11% dos interesses da BESPARG através da ESF(P), o que proporcionou um *goodwill* de aproximadamente 57 milhões de euros.

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas portadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.14).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	2 458	413 134	35 418	451 010
Adições:				
Geradas internamente	-	7 154	-	7 154
Adquiridas a terceiros	416	27 898	6 019	34 333
Abates / vendas	-	(17 879)	(5 847)	(23 726)
Transferências	-	(629)	629	-
Variação cambial	-	35	56	91
Outros movimentos	-	(3 984)	-	(3 984)
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	2 874	425 729	36 275	464 878
Adições:				
Geradas internamente	-	5 820	-	5 820
Adquiridas a terceiros	57 473	21 316	1 805	80 594
Abates / vendas	(16)	(996)	(1 344)	(2 356)
Transferências	-	-	(8 547)	(8 547)
Variação cambial	(307)	(109)	(48)	(464)
Alteração de perímetro de consolidação	-	(18 772)	(704)	(19 476)
Outros movimentos	-	(2 090)	2 956	866
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	60 024	430 898	30 393	521 315
Amortizações				
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	-	343 549	33 898	377 447
Amortizações do exercício	-	37 645	1 836	39 481
Abates / vendas	-	(13 740)	(5 762)	(19 502)
Transferências	-	(3 877)	3 877	-
Variação cambial	-	17	-	17
Outros movimentos	-	(4 281)	(1 389)	(5 670)
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	-	359 313	32 460	391 773
Amortizações do exercício	-	28 278	563	28 841
Abates / vendas	-	(664)	(1 219)	(1 883)
Transferências	-	693	(5 536)	(4 843)
Variação cambial	-	(94)	(31)	(125)
Alteração de perímetro de consolidação	-	(17 726)	(639)	(18 365)
Outros movimentos	-	447	76	523
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	-	370 247	25 674	395 921
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	60 024	60 651	4 719	125 394
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005	2 874	66 416	3 815	73 105

Nota 29 – Investimentos em associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005
BES VIDA a)	6 842 137	-	6 512 852	-	329 285	-	879 725	-	115 048	-	279 451	-
BES VÉNÉTIE b)	1 216 063	1 247 066	1 132 469	1 169 303	83 594	77 763	72 111	68 090	8 208	10 861	22 000	22 000
LOCARENT	216 036	134 933	215 972	133 929	64	1 004	44 910	18 070	(940)	(2 381)	2 517	1 617
BES SEGUROS a)	88 919	-	64 784	-	24 135	-	60 455	-	4 425	-	3 749	-
ESEGUR	42 203	40 675	33 486	31 793	8 717	8 882	53 426	53 701	2 800	4 134	2 134	2 134
EUROP ASSISTANCE	29 164	23 892	20 168	15 693	8 996	8 199	24 631	21 636	1 082	1 060	1 147	2 611
FUNDO ES IBERIA	26 332	-	616	-	25 716	-	12	-	(766)	-	10 496	-
CARLUA	19 652	21 348	17 908	14 432	1 744	1 779	31 479	27 469	339	327	1 250	1 250
SCI GEORGES MANDEL	11 590	11 332	68	155	11 522	11 177	1 115	1 050	324	215	2 401	2 401
FOMENTINVEST	9 151	7 824	1 673	3 089	7 478	4 735	4 301	828	2 743	43	1 000	1 000
COMINVEST	7 275	7 316	430	537	6 845	6 779	459	388	191	92	2 089	3 429
BRB INTERNACIONAL	5 590	5 952	2 945	5 127	2 645	825	4 654	2 514	405	(230)	10 033	10 033
ESUMÉDICA	3 419	-	3 031	-	388	-	4 749	-	(191)	-	395	-
SGPICE	2 934	3 541	9 694	6 807	(6 760)	(3 266)	12 216	7 794	(1 245)	(2 472)	2 667	-
CONCORDIA	1 065	-	32	-	1 033	-	502	-	(355)	-	996	996
FIDUPRIVATE	962	865	100	121	862	744	507	777	130	157	31	-
APOLO FILMS	671	851	40	230	631	738	245	61	(165)	(53)	791	791
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15 653	7 328
											358 800	55 590

a) Participação consolidada pelo método integral até Junho de 2006.

b) Participação alienada em Dezembro de 2005 pelo BES à ES Tech Ventures

(milhares de euros)

	% detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005
	BES VIDA a)	50,00%	-	327 603	-	3 676
BES VÉNÉTIE	40,00%	40,00%	34 391	31 105	3 284	4 345
LOCARENT	45,00%	45,00%	7	452	(445)	(1 071)
BES SEGUROS a)	25,00%	-	6 426	-	1 499	-
ESEGUR	34,00%	34,00%	2 964	3 020	952	1 406
EUROP ASSISTANCE	23,00%	47,00%	2 069	3 853	249	498
FUNDO ES IBERIA	38,69%	-	10 027	-	(278)	-
CARLUA	18,34%	18,34%	560	546	(11)	105
SCI GEORGES MANDEL	22,50%	22,50%	2 592	2 515	73	48
FOMENTINVEST	20,00%	20,00%	1 496	947	549	-
COMINVEST	25,00%	49,00%	1 711	3 283	48	23
BRB INTERNACIONAL	24,93%	24,93%	661	206	205	(43)
ESUMÉDICA	24,90%	-	96	-	(48)	-
SGPICE	33,33%	33,33%	-	-	-	-
CONCORDIA	49,00%	49,00%	506	1 008	(230)	-
FIDUPRIVATE	24,76%	-	213	-	32	-
APOLO FILMS	25,00%	25,00%	157	186	(27)	(10)
Outras	-	-	17 121	9 702	1 242	887
			408 600	56 823	10 770	6 188

a) O resultado evidenciado corresponde apenas ao 2º semestre de 2006.

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo a 1 de Janeiro	56 823	54 985
Alienações	(3 532)	(4 074)
Aquisições	23 123	3 859
Resultado de associadas	10 770	6 188
Dividendos recebidos	(1 907)	(1 779)
Alteração de perímetro de consolidação	314 654	-
Diferenças de câmbio e outras (a)	8 669	(2 356)
Saldo final	408 600	56 823

(a) - A 31 de Dezembro de 2006 inclui 11 890 milhares de euros de variação de reservas de justo valor da BES Vida

Conforme referido na Nota 1, o Grupo alienou uma parte do capital das seguradoras BES-Vida, Companhia de Seguros, SA e BES, Companhia de Seguros, SA. A entidade adquirente, Credit Agricole, passou a controlar 50% do capital e assumiu o controlo sobre a gestão das seguradoras. Nesta base, os investimentos passaram a ser registado nas contas da ESF(P) pelo método da equivalência patrimonial.

Nota 30 – Provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido são analisadas como segue:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Total	Seguro directo	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	20 780	-	20 780
Provisão matemática do ramo Vida	-	-	-	4 045 697	(303)	4 045 394
Provisão para sinistros	-	-	-	70 831	(5 169)	65 662
Provisão para riscos em curso	-	-	-	551	-	551
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	23 364	(3 369)	19 995
	-	-	-	4 161 223	(8 841)	4 152 382

A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Total	Seguro directo	Resseguro cedido	Total
Rendas	-	-	-	61 731	-	61 731
Vida	-	-	-	3 983 966	(303)	3 983 663
	-	-	-	4 045 697	(303)	4 045 394

Nota 31 – Outros activos

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Devedores e outras aplicações		
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	224 843	283 118
Cauções prestadas pela realização de contratos de opções	176 707	142 997
Operações sobre títulos	-	125 708
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	103 646	98 580
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	46 897	39 934
Devedores por capital de subsidiárias não realizado	-	23 072
Contas caução	51 593	19 683
Sector público administrativo	40 148	18 547
Devedores diversos da actividade bancária	144 971	132 446
Devedores diversos da actividade seguradora	-	8 233
Devedores resultantes de operações de seguro directo	-	2 393
Devedores resultantes de operações de resseguro	-	1 468
	<u>788 805</u>	<u>896 179</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(9 298)	(10 499)
	<u>779 507</u>	<u>885 680</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	36 055	52 851
Outros activos	32 527	52 495
	<u>68 582</u>	<u>105 346</u>
Proveitos a receber	75 300	42 552
Despesas com custo diferido	84 115	77 748
Custos de aquisição diferidos	-	2 989
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	19 495	30 202
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	398 672	-
Outras operações a regularizar	84 559	15 680
	<u>502 726</u>	<u>45 882</u>
Activos recebidos em dação por recuperações de crédito	119 713	82 889
Perdas por imparidade para activos recebidos em dação	(10 652)	(8 169)
	<u>109 061</u>	<u>74 720</u>
Pensões de reforma (ver Nota 13)	579 008	621 362
	<u>2 198 299</u>	<u>1 856 279</u>

A rubrica de despesas com custo diferido inclui em 31 de Dezembro de 2006 o montante de 54 024 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 57 838 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida útil remanescente do colaborador.

As Operações sobre títulos em 2005 representam valores a receber de clientes, decorrentes de vendas a descoberto a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo inicial	18 668	27 665
Dotações	4 549	2 595
Utilizações	(611)	(8 251)
Reversões	(2 371)	(2 250)
Diferenças de câmbio e outras	(124)	(1 091)
Alteração de perímetro de consolidação	(161)	-
Saldo final	19 950	18 668

Nota 32 – Recursos de outras instituições de crédito

A rubrica Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
No país		
Empréstimos	992 678	950 593
Mercado monetário interbancário	120 915	68 421
Depósitos	149 872	93 750
Recursos a muito curto prazo	13 702	17 805
Operações com acordo de recompra	1 352	-
Outros recursos	23 581	2 739
	1 302 100	1 133 308
No estrangeiro		
Depósitos	2 366 230	3 130 983
Empréstimos	2 526 197	1 716 671
Recursos a muito curto prazo	88 923	71 229
Operações com acordo de recompra	516 700	325 797
Outros recursos	128 085	91 245
	5 626 135	5 335 925
	6 928 235	6 469 233

O escalonamento de Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	2 783 657	2 863 554
De 3 meses a um ano	2 181 269	660 850
De um a cinco anos	1 731 504	1 919 978
Mais de cinco anos	231 805	1 024 851
	6 928 235	6 469 233

Nota 33 – Recursos de clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	9 565 476	7 882 201
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	7 801 578	7 518 845
Depósitos com pré-aviso	514	1 226
Outros	1 868	-
	7 803 960	7 520 071
Depósitos de poupança		
Reformados	182 535	222 855
Emigrantes	185	346
Outros	1 956 739	2 008 586
	2 139 459	2 231 787
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	1 452 259	1 486 553
Outros	1 423 944	1 070 332
	2 876 203	2 556 885
	22 385 098	20 190 944

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Exigível à vista	9 565 476	7 882 201
Exigível a prazo		
Até 3 meses	9 187 722	8 684 668
De 3 meses a um ano	2 435 123	2 492 641
De um a cinco anos	714 047	614 582
Mais de cinco anos	85 065	162 101
Duração indeterminada	397 665	354 751
	12 819 622	12 308 743
	22 385 098	20 190 944

Esta rubrica inclui 55 899 milhares de euros de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 19). A opção do grupo em designar estes passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Grupo, conforme política contabilística descrita na Nota 2.8.

Nota 34 – Responsabilidades representadas por títulos

As Responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
<i>Euro Medium Term Notes</i>	8 980 124	7 266 056
Obrigações de caixa	4 905 583	2 900 804
Certificados de depósitos	4 737 685	3 462 650
Outros	476 599	515 365
	19 099 991	14 144 875

Durante o exercício de 2006 o Grupo procedeu à emissão de 5 650,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 6 581 milhões de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 1 695,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 1 766 milhões de euros).

A duração residual de Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	3 736 757	3 582 354
De 3 meses a um ano	3 298 027	1 483 179
De um a cinco anos	8 311 219	6 047 057
Mais de cinco anos	3 753 988	3 032 285
	19 099 991	14 144 875

As características essenciais destes recursos, para o Grupo, são como segue:

31.12.2006							
(milhares de euros)							
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro	
BES	Certificados de depósito	EUR	2006	1 315 802	2007	0,00% - 5,60%	
BES	Certificados de depósito	USD	2004 - 2006	1 792 256	2007 - 2008	4,71% - 5,34%	
BES	Certificados de depósito	GBP	2006	1 583 451	2007	2,65% - 5,63%	
BES	BIC 99 - 3ª emissão	EUR	1999	24 000	2008	Taxa fixa - 2,80%	
BES	BES Rendimento Mais - 1ª Série	EUR	2000	10 801	2008	Taxa fixa - 5,80%	
BES	BES Rendimento Mais - 2ª Série	EUR	2000	4 947	2008	Taxa fixa - 5,95%	
BES	BES Rendimento Mais - 3ª Série	EUR	2000	6 865	2008	Taxa fixa - 5,98%	
BES	BES Rendimento Mais - 4ª Série	EUR	2000	7 118	2008	Taxa fixa - 2,76%	
BES	BES Rendimento Mais - 5ª Série	EUR	2000	5 142	2008	Taxa fixa - 5,96%	
BES	BES EURO RENDA Agosto 2001	EUR	2001	15 000	2009	Taxa fixa - 2,75%	
BES	BES Euro Renda	EUR	2002	22 306	2010	Taxa fixa - 5,32%	
BES	BES-GL.TITANS	a) EUR	2002	14 665	2007	0,85% + Índice Eurostat MUICP	
BES	BES-R.PR.V. 2007	a) EUR	2002	12 430	2007	3,90% + DJ Euro Stoxx 50	
BES	BES-CABAZ 2008	a) EUR	2003	8 445	2008	cabaz de ações internacionais	
BES	BES-IND.JUN.03	a) EUR	2003	1 001	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES	BES-IND.M.FEV.03	a) EUR	2003	2 293	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES	BES-IND.MAIO 03	a) EUR	2003	2 940	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES	BES-V.SEG.ABR03	a) EUR	2003	2 355	2008	DJ Eurostoxx 50 + HICP Ex-Tobacco	
BES	BES-IM.JUL.2004	a) EUR	2004	1 441	2007	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES	BES-IND.GL.MAR04	a) EUR	2004	2 153	2007		
BES	BES-IND.S.JAN04	a) EUR	2004	1 745	2007	cabaz de índices DJ	
BES	BES-LIBOR NOV04	a) USD	2004	656	2008	US Libor 6 meses	
BES	BES-SETUP JUN04	a) EUR	2004	952	2007	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES	BES-SETUP MAI04	a) EUR	2004	661	2007	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES	BES-T.14,5%MAIO	a) EUR	2004	4 804	2014	Euribor 12 meses	
BES	BES-TARG.14,5%A	a) EUR	2004	4 636	2014	Euribor 12 meses	
BES	BES.LIBOR INV04	a) USD	2004	1 051	2009	US Libor 3 meses	
BES	BIC CAP.MAIS 07	a) EUR	2004	7 481	2007	DJ Eurostoxx 50 + DJ Industrials	
BES	TOP BIC SEL.JUL	a) EUR	2004	5 759	2007	cabaz de fundos	
BES	BES TARGET 10%	EUR	2005	4 977	2013	Taxa fixa - 5,00%	
BES	BIC EURO 4%	EUR	2005	3 094	2007	Taxa fixa - 4,00%	
BES	BIC EURO VALOR	EUR	2005	34 330	2010	Taxa fixa - 4,25%	
BES	BIC SNOWBL ABR0	EUR	2005	32 326	2012	Euribor 6 meses	
BES	BES 12/01/2009	a) USD	2005	812	2009	US Libor 6 meses	
BES	BES CHINA FEV05	a) EUR	2005	7 966	2008	FSTE/Xinhua China 25 Index	
BES	BES COMMODIT 7%	a) EUR	2005	1 731	2014	Taxa fixa - 7,00%	
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	2 103	2013	taxa fixa 4,08% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	1 561	2013	taxa fixa 4,14% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES	BES ER3,75%0805	a) EUR	2005	2 166	2013	taxa fixa 3,85% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES	BES-E.RENDA 4%	a) EUR	2005	7 701	2013	taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES	BIC E.RENDA 4%	a) EUR	2005	2 695	2013	taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES	BIC GLOBAL IND	a) EUR	2005	7 537	2010	DJ Eurostoxx 50 + Nasdaq 100 + Nikkei 225	
BES	BES FEV 2009	a) EUR	2006	6 500	2009	Taxa fixa - 4,00%	
BES	BES 4% DUAL	a) EUR	2006	5 409	2008	4% (50%) + DJ EUROSTOX 50 (50%)	
BES	BES BRIC MAR.06	a) EUR	2006	5 063	2009	Nifty India + RDX Russia + HK Hang Seng + Bovespa	
BES	BES CR.JAP.0 PL	a) EUR	2006	4 879	2009	Nikkei 225	
BES	BES TARGET 9%	a) EUR	2006	3 039	2010	Euribor 12 meses	
BES	BES TARGET 9% 2	a) EUR	2006	2 895	2010	Euribor 12 meses	
BES	BES-4,25% DUAL	a) EUR	2006	2 870	2008	4,25% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)	
BES (SFE)	BES-SFE 27/11/2008	a) EUR	2003	44 617	2008	Taxa swap 10 anos EUR	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	52 302	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	86 144	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	110 080	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	64 484	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/15/13	USD	2003	56 948	2013	StepUp (1º cupão 1,25%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13	USD	2003	56 948	2013	StepUp (1º cupão 1,50%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	12 258	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,75%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 09/16/13	EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 2,90%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	74 906	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	22 296	2013	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 02/02/17	USD	2004	37 965	2017	StepUp (1º cupão 1,87%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 02/11/19	USD	2004	37 965	2019	StepUp (1º cupão 1,78%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	10 445	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	25 770	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	6 175	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	5 146	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14	USD	2004	56 948	2014	StepUp (1º cupão 2,07%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	4 655	2009	Euribor 6 meses	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	1 695	2009	Euribor 6 meses	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	587	2009	Euribor 6 meses	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - BES Libor 4%	USD	2005	719	2008	Euribor 6 meses + 0,51%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - BES Libor 4%	USD	2005	827	2008	Taxa fixa - 4,00%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 06/30/08	USD	2005	1 653	2008	StepUp (1º cupão 4,00%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/11/08	USD	2005	1 665	2008	StepUp (1º cupão 3,60%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/08/08	USD	2005	1 613	2008	StepUp (1º cupão 3,60%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/09/08	USD	2005	6 646	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 10/14/08	USD	2005	1 351	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 11/10/08	USD	2005	1 435	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 12-15-08	USD	2005	1 576	2008	StepUp (1º cupão 4,25%)	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 1 2001	EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,48%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 2 2001	EUR	2001	49 978	2011	Taxa fixa - 5,68%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 3 2001	EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,40%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 4 2001	EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,46%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 5 2001	EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,48%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 6 2001	EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,43%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 7 2001	EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,41%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 8 2001	EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,45%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 9 2001	EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,42%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 10 2001	EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,53%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 11 2001	EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,57%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 12 2001	EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,58%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 13 2001	EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,73%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 14 2001	EUR	2001	49 976	2011	Taxa fixa - 5,80%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 15 2001	EUR	2001	49 976	2011	Taxa fixa - 5,79%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 16 2001	EUR	2001	49 976	2011	Taxa fixa - 5,90%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 17 2001	EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,89%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 18 2001	EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,83%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 19 2001	EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,96%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 20 2001	EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,94%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 21 2001	EUR	2001	49 971	2013	Taxa fixa - 6,03%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 22 2001	EUR	2001	74 957	2013	Taxa fixa - 6,08%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	2001	74 957	2013	Taxa fixa - 6,03%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 24 2001	EUR	2001	74 953	2014	Taxa fixa - 6,01%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	2001	74 953	2014	Taxa fixa - 6,02%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 26 2001	EUR	2001	74 951	2015	Taxa fixa - 6,16%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	2001	74 951	2015	Taxa fixa - 6,09%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 29 2001	EUR	2001	49 999	2011	Taxa fixa - 5,28%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 30 2001	EUR	2001	49 999	2011	Taxa fixa - 5,42%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 1 2002	EUR	2002	69 998	2012	Taxa fixa - 5,92%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 2 2002	EUR	2002	6 049	2012	Taxa fixa - 4,65%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 3 2002	EUR	2002	30 000	2007	Taxa fixa - 5,42%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 4 2002	EUR	2002	50 000	2007	Taxa fixa - 5,32%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 5 2002	EUR	2002	50 000	2007	Taxa fixa - 5,23%	

		31.12.2006				
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
Besleasing e Factoring	BLU/99	EUR	1999	999	2009	Euribor 6 Meses + 0,70%
Besleasing e Factoring	BLU/2000	EUR	2000	1 667	2010	Euribor 6 Meses + 0,67%
Besleasing e Factoring	BEF 2004/2007	EUR	2004	150 000	2007	Euribor 3 Meses + 0,65%
Besleasing e Factoring	BEF 2004/2009	EUR	2004	100 000	2009	Euribor 3 Meses + 0,70%
Besleasing e Factoring	BEF 2004/2014	EUR	2004	100 000	2014	Euribor 6 Meses + 0,75%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2008	EUR	2005	150 000	2008	Euribor 3 Meses + 0,65%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2011	EUR	2005	82 876	2011	Euribor 3 Meses + 0,715%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2012	EUR	2005	86 513	2012	Euribor 3 Meses + 0,73%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2010	EUR	2005	50 000	2010	Euribor 6 Meses + 0,70%
Besleasing e Factoring	Papel comercial	EUR	1998	27 577	2010	3,70%
Besleasing e Factoring	Papel comercial	EUR	1998	19 862	2011	3,88%
BESNACC	Papel comercial	USD	1998	1 665	2007	Taxa fixa - 5,30%
BES Finance	EMTN 19	EUR	2002	599 890	2007	Euribor 3 meses + 0,20%
BES Finance	EMTN 21	EUR	2003	99 970	2010	Taxa fixa - 4,00%
BES Finance	EMTN 23	CZK	2003	18 192	2008	Taxa fixa - 3,75%
BES Finance	EMTN 24	a) EUR	2003	295 812	2008	HICP Ex-Tobacco
BES Finance	EMTN 25	a) EUR	2003	63 721	2008	HICP Ex-Tobacco
BES Finance	EMTN 27	a) EUR	2003	122 332	2008	DJ Eurostoxx 50
BES Finance	EMTN 28	EUR	2004	50 000	2009	Taxa fixa - 3,83%
BES Finance	EMTN 29	EUR	2004	599 366	2009	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 30	EUR	2004	299 499	2011	Euribor 3 meses + 0,20%
BES Finance	EMTN 31	EUR	2004	150 000	2007	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 32	EUR	2004	150 000	2007	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 33	EUR	2004	299 917	2008	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 34	EUR	2004	18 950	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,43%
BES Finance	EMTN 35	EUR	2004	22 637	2019	d)
BES Finance	EMTN 36	EUR	2004	599 829	2009	Euribor 3 meses + 0,19%
BES Finance	EMTN 37	EUR	2004	19 347	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 39	EUR	2005	100 000	2015	Euribor 3 meses + 0,23%
BES Finance	EMTN 41	EUR	2005	499 913	2010	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 44	EUR	2005	299 803	2010	Euribor 3 meses + 0,13%
BES Finance	EMTN 45	EUR	2005	199 982	2007	Euribor 3 meses + 0,05%
BES Finance	EMTN 46	EUR	2005	299 881	2008	Euribor 3 meses + 0,10%
BES Finance	EMTN 47	EUR	2005	499 999	2008	Euribor 3 meses + 0,05%
BES Finance	EMTN 40	a) EUR	2005	234 667	2015	e)
BES Finance	EMTN 48	EUR	2006	749 680	2011	Euribor 3 meses + 0,12%
BES Finance	EMTN 49	a) GBP	2006	81 166	2011	Libor 3 meses + 0,072%
BES Finance	EMTN 50	EUR	2006	299 998	2009	Euribor 3 meses + 0,11%
BES Finance	EMTN 51	CZK	2006	17 920	2011	Taxa fixa - 3,65%
BES Finance	EMTN 52	EUR	2006	86 508	2007	Cupão Zero - Taxa efectiva 3,55%
BES Finance	EMTN 53	EUR	2006	499 824	2011	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 54	EUR	2006	749 583	2009	Euribor 3 meses + 0,10%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 08/27/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,75%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 09/02/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,74%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 09/16/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,84%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 10/07/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,84%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 02/02/17	USD	2004	18 983	2017	Taxa fixa - 5,42%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 02/11/19	USD	2004	18 983	2019	Taxa fixa - 5,37%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 07/21/14	USD	2004	18 983	2014	Taxa fixa - 2,31%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL LTD 5.41% 21/07/14	USD	2004	75 930	2014	Taxa fixa - 5,41%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL LTD 5.7065% 11/02/19	USD	2004	56 947	2019	Taxa fixa - 5,7065%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL LTD 5.515% 02/02/17	USD	2004	56 947	2017	Taxa fixa - 5,515%
BES Açores	BES Açores Agosto 2004	EUR	2006	32 053	2007	Taxa fixa - 2,52%
BES Açores	BES Açores Outubro 2006	EUR	2006	24 625	2009	Euribor 6 meses + 0,35%
Lusitano SME n.º 1	Class A asset backed floating rate notes	EUR	2006	759 525	2028	Euribor + 0,15%
Lusitano SME n.º 1	Class B asset backed guaranteed floating rate notes	EUR	2006	40 974	2028	Euribor + 0,05%
Lusitano SME n.º 1	Class C asset backed floating rate notes	EUR	2006	34 073	2028	Euribor + 2,20%
BESI	BESI CAIXA(BEST) TX F JUN08 PLUS	EUR	2004	3 299	2008	Snowball j)
BESI	BESI CAIXA (BEST) TX FIXA	EUR	2004	3 25	2008	Taxa fixa crescente
BESI	BESI RENDIM PLUS TX VAR AGO08	EUR	2004	1 082	2008	Snowball j)
BESI	BESI RENDIM PLUS TX VAR OUT07	EUR	2004	1 924	2007	Snowball j)
BESI	BESI CAIXA BEST ACCOES EUROPA 4%	b) EUR	2005	2 500	2010	k)
BESI	BESI MULTISTRATEGIA MAR2010	b) EUR	2005	2 620	2010	l)
BESI	BESI OBRIG RENDIMENT 20% MAY2015	EUR	2005	2 819	2015	Taxa fixa - 5% + CMS
BESI	BESI OBRIG BULL&BEAR JUN10	b) EUR	2005	1 422	2010	DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11	EUR	2005	5 367	2011	Range accrual
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	3 440	2016	Taxa Fixa - 6% + Range accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3 323	2014	Taxa fixa crescente
BESI	BESI CAIXA 6.15% NIKKEI JAN2011	b) EUR	2006	4 215	2011	Nikkei 225
BESI	BESI CERT CABAZ MUNDIAL AUG07	b) EUR	2006	3 752	2007	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BESI	BESI CERTI BARRIER EUSTOXX SEP07	b) EUR	2006	2 664	2007	DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CERT DUAL5%-SX5E JUN09	b) EUR	2006	4 803	2009	Taxa fixa - 5% + DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI VMOP OREY JUN09	EUR	2006	9 130	2009	Taxa fixa - 14,75%
BESI	BESI CERT DUALREND-EUSTOXX AUG14	EUR	2006	3 037	2014	Taxa fixa 6,67% + DJ Eurostoxx 50
ES Investment Pte	ESIP FEB2007 REV FLOATER EUR QTO	EUR	2007	9 963	2010	USD Libor 12 meses (reverse floater)
ES Investment Pte	ESIP NOV03JAN07 EQTYLKB IBEX35	b) EUR	2003	2 496	2007	IBEX 35
ES Investment Pte	ESIP NOV03JAN07 EQTYLKB STOXX50	b) EUR	2003	1 447	2007	DJ Eurostoxx 50
ES Investment Pte	ESIP JAN07 STOCK BASKET LINKED	b) EUR	2004	2 498	2007	k)
ES Investment Pte	ES INVESTPLC SEP09 EURIBOR CAPII	EUR	1999	2 563	2009	Euribor 6 meses (Capped 8%)
ES Investment Pte	ESIP NOV02 OCT2017 CALLABLE STEP	EUR	2002	7 417	2017	Taxa fixa 6% + CMS
ES Investment Pte	ESIP APR11 INDX BASQ LINO 90%	b) EUR	2003	4 305	2011	g)
ES Investment Pte	ESIP JUL03JUL11 LINKED CMS	b) EUR	2003	12 137	2011	Taxa fixa - 5,10% + CMS + Credit linked
ES Investment Pte	ESIP NOV2011 CMS LINKED EUR 5M	EUR	2003	4 193	2011	Taxa fixa - 4,75% + CMS
ES Investment Pte	ESIP DEC2011 CMS LINKED EUR 6.5M	EUR	2003	6 782	2011	Taxa fixa - 4,95% + CMS
ES Investment Pte	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M	EUR	2004	4 524	2012	Taxa fixa - 4,95% + CMS
ES Investment Pte	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	EUR	2004	11 756	2024	Taxa fixa - 5,00% + CMS
ES Investment Pte	ESIP EURCRE CRDLINK NOV09	b) EUR	2004	4 500	2009	Credit Linked
ES Investment Pte	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	4 480	2014	Taxa fixa 6% + CMS
ES Investment Pte	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT NOV2012	EUR	2004	6 148	2012	Taxa fixa - 4,75% + Snowball j)
ES Investment Pte	ESIP NOV03JAN07 EQILK DOW JON I	b) USD	2003	1 893	2007	DJ Industrial Average
ES Investment Pte	ESIP JAN07 INDEX BASKET LINKED	b) USD	2004	1 805	2007	h)
ES Investment Pte	ESIP JAN01JAN11 CRDLKD US 11.85	b) USD	2001	2 362	2011	Taxa Fixa - 5% + Indexada a evento de crédito
ES Investment Pte	ESIP NOV02 OCT2017 CALLABLE STEP	EUR	2002	1 356	2010	Taxa fixa - 2,32%
ES Investment Pte	ESIP EUR12M+14 BPS APR2008	EUR	2005	15 000	2008	Euribor 12 meses
ES Investment Pte	ESIP AMORTIZING MAY2010 ESTOXX50	b) EUR	2005	3 298	2010	DJ Eurostoxx 50
ES Investment Pte	ESIP ASIAN BASKET EURO MAY2008	b) EUR	2005	501	2008	i)
ES Investment Pte	ESIP ASIAN BASKET USD MAY2008	b) USD	2005	142	2008	j)
ES Investment Pte	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	5 367	2015	Range accrual
ES Investment Pte	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	167	2015	Range accrual
ES Investment Pte	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	4 620	2013	Taxa fixa - 4,75% + Range accrual
ES Investment Pte	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15	b) EUR	2005	6 693	2015	HICP Ex-Tobacco + Credit linked
ES Investment Pte	ESIP EURIBOR12M+13 BP MAY2008	EUR	2005	8 100	2008	Euribor 12 meses
ES Investment Pte	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	EUR	2005	1 511	2015	Taxa fixa - 7,06% + Snowball j)
ES Investment Pte	ESIP FEB2007 EQLK IBEX + ESTX50	b) EUR	2005	2 696	2007	IBEX 35 + DJ Eurostoxx 50
ES Investment Pte	ESIP AGO05 AGO08 FTD USD 1M	b) USD	2005	736	2008	Credit Linked
ES Investment Pte	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	10 797	2035	Euribor 12 meses (reverse floater)
ES Investment Pte	ESIP SEP17 RANGE ACC TARN	EUR	2005	2 469	2017	Range accrual
ES Investment Pte	ESIP IBEX + SX5E LNO MAR07	b) EUR	2005	3 089	2007	IBEX 35 + DJ Eurostoxx 50
ES Investment Pte	ESIP EURBL LNO NOTE SEP13	b) EUR	2005	2 666	2013	Taxa Fixa - 15% + Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Pte	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	5 177	2015	Taxa Fixa - 2,64% + Snowball j)
ES Investment Pte	ESIP SX5E S&P500 00407	b) EUR	2005	2 138	2007	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500
ES Investment Pte	ESIP CALL RANGE ACCRUAL OCT2008	EUR	2005	7 187	2008	Range accrual
ES Investment Pte	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	EUR	2005	584	2017	Range accrual
ES Investment Pte	ESIP HYBRID (FX AND EUR6M) OCT09	b) EUR	2005	3 422	2009	indexada a taxa de câmbio e taxa de Juro
ES Investment Pte	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	EUR	2005	5 727	2036	Taxa Fixa - 7,44% + CMS
ES Investment Pte	ESIP RANGE ACCRUAL AND FX NOV11	EUR	2005	273	2011	indexada a taxa de câmbio e taxa de Juro

(milhares de euros)

		31.12.2006				
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON DEC08	EUR	2005	1 922	2008	Cupão Zero - Taxa efectiva 3,10%
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL DEC08	EUR	2005	1 857	2008	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP-ESP SANTO IN PLC 3.04% 2007	EUR	2005	3 959	2007	Taxa fixa - 3.04%
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON JAN07	EUR	2006	68 037	2007	Cupão Zero - Taxa efectiva 2,73%
ES Investment Plc	ESIP SHOOTING STARS FEB2010	b) EUR	2006	2 143	2010	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225 + Hang Seng
ES Investment Plc	ESIP FEB2007 FIRST TO DEFAULT	b) EUR	2006	4 999	2007	Credit Linked
ES Investment Plc	ESIP INDEX BASKET LINKED APR2008	b) EUR	2006	7 468	2008	g)
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	EUR	2006	3 994	2016	Euribor 12 meses
ES Investment Plc	ESIP 7.75% RANGE ACC MAY16	USD	2006	3 408	2016	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE EUR SNOWBALL MAY10	EUR	2006	2 569	2010	Taxa Fixa 4.25% + Snowball j)
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE EUR FLIPPER MAY11	EUR	2006	4 397	2011	Taxa Fixa 3.70% + Cupão Variável
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 EUR	EUR	2006	3 989	2009	S&P 500 + Nikkei
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 USD	USD	2006	1 354	2009	S&P 500 + Nikkei
ES Investment Plc	ESIP PT INT CRD LINKED MAR2012	b) EUR	2006	8 436	2012	Credit Linked
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON NOTE FEB2007	EUR	2006	28 646	2007	Cupão Zero
ES Investment Plc	ESIP 5% EUR6M DIGITAL SEP2011	EUR	2006	1 234	2011	Taxa de Juro digital
ES Investment Plc	ESIP INDEX BASKET LINKED SEP2011	EUR	2006	7 289	2011	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nasdaq + Hang Seng + Topix
ES Investment Plc	ESIP FX BASKET LINKED MAR2008	USD	2006	1 328	2008	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON NOTE SEP2007	EUR	2006	32 751	2007	Cupão Zero
ES Investment Plc	ESIP EURUSD LINKED OCT2007	EUR	2006	6 957	2007	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP EURUSD LINKED APR2007	EUR	2006	982	2007	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP 3.885% OCT2007	EUR	2006	122 300	2007	Taxa fixa 3.89%
ES Investment Plc	ESIP EURUSD LINKED MAY2007	EUR	2006	1 653	2007	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL NOV2007	EUR	2006	38 653	2007	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EURTRY LINKED NOV2009	EUR	2006	1 910	2009	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP 6M EURUSD LINKED MAY2007	EUR	2006	5 973	2007	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP NOV09 STOCK BASKET LKD USD	USD	2006	1 840	2009	k)
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL USD NOV2021	USD	2006	2 869	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP NOV07 TELEFONICA LINKED	EUR	2006	7 860	2007	Indexada à acção Telefónica
ES Investment Plc	ESIP USD RANGE ACCRUAL NOV2021	USD	2006	1 739	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP 4% MAY2008	EUR	2006	24 937	2008	Taxa fixa - 4%
ES Investment Plc	ESIP 1Y EURUSD LINKED DEC2007	EUR	2006	2 114	2007	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP 3.899% NOV2007	EUR	2006	14 000	2007	Taxa fixa - 3.889%
ES Investment Plc	ESIP JUN08 STOCK BASKET LKD	EUR	2006	5 861	2008	k)
ES Investment Plc	ESIP 3.758% JUN2007	EUR	2006	100 000	2007	Taxa fixa - 3.76%
ES Investment Plc	ESIP 3.773% JUN2007	EUR	2006	10 000	2007	Taxa fixa - 3.77%
ES Investment Plc	ESIP MAR07 USDBRL LINKED USD	USD	2006	1 436	2007	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP 3.891% DEC2007	EUR	2006	104 850	2007	Taxa fixa - 3.89%
ES Investment Plc	ESIP 4.08% COMPOUND JUN2008	EUR	2006	14 979	2008	Taxa fixa - 4.08%
ESF(P)	ESF(P) EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA 2003/2008	EUR	2003	27 980	2008	Taxa fixa - 4.50%
ESF(P)	ESF(P) EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA 2003/2011	EUR	2003	14 978	2011	Euribor 6M + 1.25%
ESF(P)	ESF(P) EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA 2004/2024	EUR	2004	14 745	2024	Euribor 6M + 0.874%
ESF(P)	ESF(P) EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA 2003 - ZC 5 ANOS	EUR	2003	5 021	2008	l)
ESF(P)	ESF(P) EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA 2004/2012	EUR	2004	5 500	2012	Euribor 6M + 0.65%
				18 895 185		
Juro corrido				204 806		
				19 099 991		

- a) passivos designados ao justo valor através de resultados
- b) emissões com derivados embutidos destacados
- c) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, Goldman Sachs CIER, Iboxx Euro Sovereign e USD/EUR
- d) Indexado do 1º ao 5º ano a taxa fixa 6,60% e indexado à taxa swap após 6º ano
- e) Indexado do 1º ao 4º ano a taxa fixa 6,00% e indexado à taxa swap após 4º ano
- f) indexado a cabaz composto pelos índices EUGATR, Eurostoxx 50, Short EUR/Long USD, Goldman Sachs Commodity Index Excess Return
- g) indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50; Standard & Poors 500 e Nasdaq 100
- h) indexado a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50 e Dow Jones Industrials
- i) indexado a cabaz composto pelos índices Nifty India Index; REX Russia Index e China HSCE Index
- j) indexada a cupão anterior + spread - Euribor
- k) indexada a cabaz composto pelas acções Altadis, Deutsche Bank, Deutsche Telecom, Inditex, Nokia, Banco Popular
- l) cupão zero

Incluídos nesta rubrica estão cerca de 140 879 milhares de euros de obrigações de caixa e 846 439 milhares de euros de *Euro Medium Term Notes* relativos a emissões registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 19).

A opção do Grupo em designar estes passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Grupo, conforme política contabilística descrita na Nota 2.8.

Nota 35 – Passivos por contratos de investimento

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os passivos por contratos de investimento são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Contratos de taxa fixa	-	436 119
Contratos de seguro em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	1 480 046
	-	1 916 165

Nota 36 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	Provisão para reestruturação	Outras Provisões	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	-	86 533	86 533
Dotações	57 554	23 116	80 670
Utilizações	(7 892)	(13 309)	(21 201)
Anulações	-	(5 986)	(5 986)
Alterações no perímetro de consolidação	-	16 715	16 715
Diferenças de câmbio e outras	-	596	596
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	49 662	107 665	157 327
Dotações	10 810	45 297	56 107
Utilizações	(57 986)	(4 342)	(62 328)
Anulações	-	(3 526)	(3 526)
Transferências	(800)	(3 166)	(3 966)
Alteração de perímetro de consolidação	-	(3 513)	(3 513)
Diferenças de câmbio e outras	-	(219)	(219)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	1 686	138 196	139 882

Em 31 de Dezembro de 2005, as alterações no perímetro de consolidação respeitam à aquisição do Banco de Inversión.

Da provisão para reestruturação constituída em 2005 relativa à fusão do Banco Internacional de Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., e que em 31 de Dezembro de 2005 ascendia a 49,7 milhões de euros, foram utilizados 49,6 milhões de euros durante o ano de 2006.

Em Maio de 2006 procedeu-se à fusão da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., tendo sido preparado e aprovado um plano de reestruturação, no âmbito do qual foi constituída uma provisão de 10,8 milhões de euros para encargos com o referido processo. Durante 2006 foram utilizados 9,2 milhões de euros desta provisão.

As outras provisões no montante de 138 196 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2006 (31 de Dezembro de 2005: 107 665 milhares de euros) destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

Nota 37 – Impostos

A Sociedade e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2006 e 2005 foi apurado pelo Grupo ESF(P) com base numa taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 27,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro. O cálculo do imposto diferido de 2006 foi apurado com base na taxa de 26,5% (2005: 27,5%), taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação, da Sociedade e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade e das Subsidiárias com sede em Portugal que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2006 e 2005 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005
Instrumentos financeiros derivados	34 404	51 046	(50 183)	(58 180)	(15 779)	(7 134)
Activos financeiros disponíveis para venda	2 975	25 970	(181 856)	(157 333)	(178 881)	(131 363)
Crédito a clientes	62 800	48 511	-	-	62 800	48 511
Outros activos tangíveis	813	54	(9 692)	(10 740)	(8 879)	(10 686)
Activos intangíveis	1 051	5 097	-	-	1 051	5 097
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	6 448	(22 648)	(16 829)	(22 648)	(10 381)
Provisões	28 332	27 564	(72)	-	28 260	27 564
Provisões técnicas de resseguro cedido e seguro directo	-	6 697	-	(100)	-	6 597
Pensões	1 210	1 413	(46 971)	(58 377)	(45 761)	(56 964)
SAMS	21 263	20 454	-	-	21 263	20 454
Prémios de antiguidade	5 525	6 450	-	-	5 525	6 450
Outros	1 672	1 742	(2 652)	(2 875)	(980)	(1 133)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	19 958	18 712	-	-	19 958	18 712
Prejuízos fiscais reportáveis	45 168	115 809	-	-	45 168	115 809
Imposto diferido activo/(passivo)	225 171	335 967	(314 074)	(304 434)	(88 903)	31 533
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(145 404)	(258 023)	145 404	258 023	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	79 767	77 944	(168 670)	(46 411)	(88 903)	31 533

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo a 31 de Dezembro	31 533	113 219
Reconhecido em resultados	(49 522)	5 946
Reconhecido em reservas de justo valor	(42 901)	(136 550)
Reconhecido em outras reservas	5 343	48 918
Alteração de perímetro de consolidação	(35 734)	-
Varição cambial e outros	2 378	-
Saldo final (Activo / (Passivo))	(88 903)	31 533

O imposto diferido reconhecido em resultados e reservas durante 2006 e 2005 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	31.12.2006		31.12.2005	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros derivados	8 850	-	(8 921)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(5 752)	42 901	39 566	136 550
Crédito a clientes	(14 289)	-	(13 368)	-
Propriedades de investimento	-	-	(100)	-
Outros activos tangíveis	(1 861)	-	(61)	-
Activos intangíveis	4 046	-	6 791	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	12 267	-	24 585	-
Provisões	(802)	-	(19 387)	-
Provisões técnicas de resseguro cedido e seguro directo	-	-	(1 217)	-
Pensões	(10 738)	(157)	32 683	(1 088)
SAMS	(809)	-	(674)	33
Prémios de antiguidade	925	-	(966)	-
Outros	7 105	(5 186)	2 800	59
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	(1 246)	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	51 826	-	(67 677)	-
Ajustamento de transição a 1 de Janeiro de 2005	-	-	-	(47 922)
	49 522	37 558	(5 946)	87 632

A alteração da taxa de imposto ocorrida no exercício de 2006, de 27,5% para 26,5%, no seguimento da aprovação da nova lei das finanças locais teve um impacto negativo em resultados e um impacto positivo em reservas de 3 554 milhares de euros e 7 639 milhares de euros, respectivamente. Estes valores estão incluídos no quadro acima apresentado.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2006 e 2005 explica-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Imposto corrente	104 154	78 662
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(2 304)	61 731
Prejuízos fiscais reportáveis	51 826	(67 677)
	49 522	(5 946)
Total do imposto registado em resultados	153 676	72 716

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2006		31.12.2005	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários		1 048 855		393 116
Taxa de imposto da ESF(P)	27,5		27,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto da ESF(P)		288 435		108 107
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(0,9)	(9 252)	1,6	6 119
Dividendos excluídos de tributação	(0,6)	(6 215)	(1,0)	(4 092)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(2,3)	(23 990)	(10,4)	(40 881)
Mais-valias não tributadas	(11,4)	(119 284)	(2,2)	(8 496)
Menos-valias não dedutíveis	0,3	2 651	-	
Mais-valias geradas no estrangeiro	1,3	14 000	3,0	11 745
Alterações na base fiscal dos activos e passivos				
por alterações na legislação	-	-	1,7	6 751
Alterações de estimativas	(0,7)	(7 089)	(3,3)	(12 957)
Alteração da taxa de imposto	0,3	3 554	-	-
Imposto diferido activo não reconhecido sobre				
prejuízos fiscais gerados no período	0,1	1 048	2,5	9 994
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	(0,2)	(2 001)	(1,5)	(6 061)
Custos não dedutíveis	0,6	6 693	1,6	6 364
Outros	0,5	5 126	(1,0)	(3 877)
	14,7	153 676	18,5	72 716

Nota 38 – Passivos subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Obrigações de caixa	1 002 230	1 027 376
Empréstimos	183 202	337 171
Obrigações perpétuas	1 054 384	1 006 842
	2 239 816	2 371 389

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)

		31.12.2006				
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BES	Obrigações de Caixa Subordinadas	1996	99 762	99 861	4,06%	2007
BES (sucursal de Cayman)	Empréstimos Subordinados	2005	215 983	183 202	5,39%	2015
BES Finance	Obrigações Subordinadas	1999	37 965	38 303	7,80%	2009
BES Finance	Obrigações Subordinadas	2000	300 000	316 573	6,63%	2010
BES Finance	Obrigações Subordinadas	2001	400 000	415 519	6,25%	2011
BES Finance	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2002	500 000	521 457	6,63%	2012 a)
BES Finance	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2004	500 000	517 902	4,50%	2015 a)
Besleasing e Factoring	Obrigações de Caixa Subordinadas	2001	7 000	7 056	4,95%	2011
Besleasing e Factoring	Obrigações de Caixa Subordinadas	2004	25 000	25 241	4,90%	2014
Besleasing e Factoring	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2005	15 000	15 025	5,96%	-
BESI	Obrigações de Caixa Subordinadas	1996	29 928	29 839	2,62%	2007
BESI	Obrigações de Caixa Subordinadas	2003	10 000	9 762	5,50%	2033
BESI	Obrigações de Caixa Subordinadas	2005	60 000	60 076	3,20%	2015
			2 200 638	2 239 816		

a) Data da call option

Durante o exercício de 2006 o Grupo procedeu ao reembolso de 59,9 milhões de euros de passivos subordinados (31 de Dezembro de 2005: 58 milhões de euros). Em 2005 o Grupo procedeu à emissão de 264 milhões de euros.

Nota 39 – Outros passivos

A rubrica de Outros passivos a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	31 475	35 731
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	28 334	18 576
Credores diversos		
Credores por benefícios de saúde - SAMS (ver Nota 13)	82 785	76 118
Credores por operações sobre valores mobiliários	138 665	71 195
Credores por fornecimento de bens	84 317	64 228
Credores por contratos de <i>factoring</i>	7 425	4 479
Outros credores	248 764	133 094
Credores resultantes de operações de seguro directo	-	1 536
Credores resultantes de operações de resseguro	-	2 225
	621 765	407 182
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	23 627	22 042
Outros custos a pagar	125 542	90 997
	149 169	113 039
Receitas com proveito diferido	22 855	23 409
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	377 675	289 559
Operações cambiais a liquidar	22 288	202
Outras operações a regularizar	131 694	224 503
	531 657	514 264
	1 325 446	1 057 894

Nota 40 – Capital

Capital

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o capital social da ESF(P) encontrava-se representado por 54 120 000 acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais encontram-se totalmente subscritas e realizadas pela Espírito Santo Financial Group SA.

Nota 41 –Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados e interesses minoritários

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital e, em conformidade com a legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Participações Sociais, terá de ser reforçada anualmente por uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da Sociedade, até que aquela represente a quinta parte do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	28 318	(3 568)	24 750	9 215	(238 478)	(229 263)
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	1 739	1 739
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	(9 729)	(9 729)
Alterações de justo valor	136 950	(39 615)	97 335	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	9 516	9 516
Constituição de reservas	-	-	-	240	2 612	2 852
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	165 268	(43 183)	122 085	9 455	(234 340)	(224 885)
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	5 546	5 546
Custos com aumentos de capital em subsidiárias	-	-	-	-	(3 040)	(3 040)
Dividendos antecipados de acções ordinárias	-	-	-	-	(37 343)	(37 343)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	(9 130)	(9 130)
Alterações de justo valor	6 418	(1 454)	4 964	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	-	-	(1 340)	(1 340)
Constituição de reservas	-	-	-	276	83 276	83 552
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	171 686	(44 637)	127 049	9 731	(196 371)	(186 640)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	31.12.2006
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	4 618 102
Imparidade acumulada reconhecida	(57 498)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	<u>4 560 604</u>
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	<u>5 251 684</u>
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	691 080
Impostos diferidos	(177 209)
Ganhos potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	11 890
Interesses minoritários	(398 712)
	<u>127 049</u>

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e de interesses minoritários, no exercício de 2006 e 2005 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo em 1 de Janeiro	122 085	24 750
Variação de justo valor	77 894	131 701
Alienações do exercício	(33 262)	(5 293)
Realização de reservas de justo valor	(30 303)	-
Imparidade reconhecida no exercício	1 358	10 532
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas líquidos de minoritários (ver Nota 37)	(10 723)	(39 605)
Saldo em 31 de Dezembro	127 049	122 085

Interesses minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses minoritários por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2006		31.12.2005	
	Balço	Resultados	Balço	Resultados
Grupo BES	2 549 135	261 382	1 266 925	206 341
Acções preferenciais emitidas pelas subsidiárias				
BES Finance	600 000		586 685	-
Outros	500 487	258 919	477 991	25 095
	3 649 622	520 301	2 331 601	231 436

O movimento de interesses minoritários nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Interesses minoritários em 1 de Janeiro	2 331 601	1 922 517
Alterações de perímetro de consolidação	84 362	-
Aquisição de interesses minoritários	(91 934)	-
Aumentos de capital de subsidiárias	868 166	-
Dividendos distribuídos de acções preferenciais	(24 350)	(23 751)
Variação da reserva de justo valor	96 686	244 606
Variação cambial e outros	(135 210)	(43 207)
Resultado líquido do ano	520 301	231 436
Interesses minoritários em 31 de Dezembro	3 649 622	2 331 601

Os interesses minoritários relativos à BES Finance referem-se a 450 milhares de acções preferenciais sem direito a voto, que foram emitidas e admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em Julho de 2003. Em Março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de acções preferenciais, formando uma única emissão com as acções emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas acções têm um valor nominal de 1 000 euros e são remíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de Julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal.

Estas acções preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da BES Finance, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Julho de 2004 e fim a 2 de Julho de 2014. Caso a BES Finance não proceda ao reembolso das acções preferenciais a 2 de Julho de 2014, a taxa aplicável do dividendo preferencial será a taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de Janeiro, 2 de Abril, 2 de Julho e 2 de Outubro de cada ano, se declarados pelo Conselho de Administração da BES Finance.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco. O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das acções são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da BES Finance.

Nota 42 – Passivos contingentes e compromissos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	4 782 409	4 818 084
Activos dados em garantia	558 689	646 389
Créditos documentários abertos	778 408	353 068
Outros	123 356	94 343
	6 242 862	5 911 884
Compromissos		
Compromissos revogáveis	23 296 421	16 746 492
Compromissos irrevogáveis	2 095 432	1 711 274
	25 391 853	18 457 766

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 156 584 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 158 490 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 51 293 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 52 247 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 61 814 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 61 709 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 287 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 284 500 milhares de euros);

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Depósito e guarda de valores	59 339 734	48 480 685
Valores recebidos para cobrança	503 532	603 220
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	4 793 720	3 789 306
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 587 209	2 174 518
	68 224 195	55 047 729

Nota 43 – Activos sob gestão

De acordo com a legislação em vigor, as sociedades gestoras em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor dos fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Fundos de investimento mobiliários	5 540 393	5 392 511
Fundos de investimento imobiliários	1 468 761	1 462 708
	7 009 154	6 855 219

Nota 44 – Transacções com partes relacionadas

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006					31.12.2005				
	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas associadas										
BES VIDA	144	445 065	8	847	1 196	140	318 094	8	-	-
BES VÉNÉTIE	300 574	601	-	-	4	511 327	128 146	-	65	11
LOCARENT	97 175	-	-	3 494	3 497	-	-	-	-	-
BES SEGUROS	3	11 374	-	66	75	-	6 629	-	51	16
ESUMÉDICA	1 546	56	-	22	35	1 094	80	-	17	18
EUROP ASSISTANCE	11	1 926	13	33	59	8	52 750	14	25	35
FIDUPRIVATE	9	475	-	-	-	-	306	-	-	-
ESEGURO	399	243	2 749	8	115	399	1 940	115	19	122
OUTRAS	2 129	1 270	255	78	168	1 668	1 724	5 414	60	492
	401 990	461 010	3 025	4 548	5 149	514 636	509 669	5 551	237	694

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante global dos activos e passivos do Grupo ESF(P) que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* da ESF(P)) resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006					31.12.2005				
	Activos					Garantias	Recursos	Activos	Garantias	Recursos
Aplicações	Crédito	Títulos	Outros	Total						
BES VÉNÉTIE	284 899	-	6 500	9 175	300 574	-	601	511 327	-	128 146
GRUPO ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL	-	237 411	-	7 268	244 679	15 301	12 471	196 099	42 521	14 520
ES BANK PANAMA	223 593	-	-	-	223 593	-	21 000	90 888	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	137 593	-	-	137 593	-	35 765	197 993	-	2 063
ES SAUDE	-	93 500	15 810	4 000	113 310	1 652	2 312	35 994	-	644
LOCARENT	-	7 175	-	90 000	97 175	-	-	-	-	-
PARTRAN	-	70 000	-	-	70 000	-	176	70 176	-	78
ESF PORTUGAL	-	-	63 500	-	63 500	-	221	63 457	-	19 795
COMPAGNIE BANCAIRE ESPÍRITO SANTO, SA	23 815	-	-	-	23 815	1 298	203 446	45	338	421 915
TRANQUILIDADE	-	2 420	-	171	2 591	1 001	123 720	2 007	811	248 653
ES FINANCIAL GROUP	-	-	2 571	-	2 571	-	-	165	-	165
BES VIDA	-	73	2	69	144	8	445 065	140	8	318 094
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	11	11	13	1 926	8	14	52 750
ESFG OVERSEAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
CENTUM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68
COMINVEST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
FRAYBELL COMPANY	-	-	-	-	-	-	-	139 352	-	-
OUTRAS	-	42 946	455	1 062	44 463	8 871	12 236	51 470	26	4 296
TOTAL	532 307	591 118	88 838	111 756	1 324 019	28 144	858 939	1 359 121	43 718	1 211 201

As transacções efectuadas com o Fundo de Pensões encontram-se analisadas na Nota 13.

Nota 45 – Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2006, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Global CDO No.1 plc	Agosto de 2001	1 144 300	275 064	Obrigações domésticas e eurobonds
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	673 140	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	692 275	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	972 185	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	1 081 343	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	1 374 777	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	790 633	Crédito a pequenas e médias empresas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo exerceu a *clean up call* relativa à operação de securitização Lusitano Finance No.2 plc, tendo adquirido créditos cujo valor nominal ascendia a 38 977 milhares de euros. A re-aquisição destes créditos não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, na medida em que em 31 de Dezembro de 2005 o veículo de securitização era consolidado pelo Grupo.

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2006, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações		
						Fitch	Moody's	S&P
Lusitano Global CDO No.1 plc	Classe A1	350.000	-	-	Dezembro de 2015	-	-	-
	Classe A2	623.800	131 386	105	Dezembro de 2015	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	42.300	42 300	-	Dezembro de 2015	AAA	Aa1	AA
	Classe C	25.200	25 200	15 300	Dezembro de 2015	AA	A1	A+
	Classe D	103.000	103 000	14 000	Dezembro de 2015	-	-	-
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915.000	585 629	196	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	32.500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA
	Classe C	25.000	25 000	-	Dezembro de 2035	A	A2	A
	Classe D	22.500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	5.000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB
	Classe F	10.000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920.000	647 821	-	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	30.000	30 000	5 000	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA
	Classe C	28.000	28 000	-	Dezembro de 2046	A	A3	A
	Classe D	16.000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	6.000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB
	Classe F	9.000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1.140.000	938 166	82	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	27.000	27 000	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA
	Classe C	18.600	18 600	-	Dezembro de 2047	A	A2	A
	Classe D	14.400	14 400	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	10.800	10 800	-	Dezembro de 2047	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1.134.000	1 047 648	-	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	22.800	22 800	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA
	Classe C	19.200	19 200	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+
	Classe D	24.000	24 000	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	10.200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1.323.000	1 323 000	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	26.600	26 600	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA
	Classe C	22.400	22 400	-	Dezembro de 2059	A+	A1	A+
	Classe D	28.000	28 000	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	11.900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759.525	759 525	1 000	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA
	Classe B	40.974	40 974	-	Dezembro de 2028	AA	-	AA
	Classe C	34.073	34 073	-	Dezembro de 2028	A+	-	A+
	Classe D	28.035	28 035	28 035	Dezembro de 2028	BBB+	-	BBB+
	Classe E	8.626	8 626	8 626	Dezembro de 2028	-	-	-

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortgages No.3, Lusitano Mortgages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc é consolidado pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

A consolidação do Lusitano SME No.1 plc implica o reconhecimento no balanço consolidado do Grupo de 863 milhões de euros de crédito concedido e 871,2 milhões de euros de dívida emitida. O impacto nos capitais próprios do Grupo e no seu resultado líquido é negativo em cerca de 7,5 milhões de euros.

Nota 46 – Justo valor dos activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros, para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Negociação	Designado ao Justo valor	Detido até à Maturidade	Empréstimos e Aplicações	Disponível para Venda	Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2006								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	1 084 927	-	-	1 084 927	1 084 927
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	672 991	-	-	672 991	672 991
Activos financeiros detidos para negociação	4 192 458	-	-	-	-	-	4 192 458	4 192 458
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 498 592	-	-	-	-	1 498 592	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	5 251 684	-	5 251 684	5 251 684
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	7 588 049	-	-	7 588 049	7 588 049
Crédito a clientes	-	-	-	34 882 505	-	-	34 882 505	35 416 961
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	593 171	-	-	-	593 171	595 035
Derivados de cobertura (activos)	178 653	-	-	-	-	-	178 653	178 653
Activos financeiros	4 371 111	1 498 592	593 171	44 228 472	5 251 684	-	55 943 030	56 479 350
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	1 043 175	1 043 175	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	1 308 524	-	-	-	-	-	1 308 524	1 308 524
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	6 928 235	6 928 235	6 928 235
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	22 385 098	22 385 098	22 385 098
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	19 099 991	19 099 991	19 285 692
Derivados de cobertura (passivos)	238 612	-	-	-	-	-	238 612	238 612
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 239 816	2 239 816	2 348 267
Passivos financeiros	1 547 136	-	-	-	-	51 696 315	53 243 451	53 537 603
31 de Dezembro de 2005								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	1 005 017	-	-	1 005 017	1 005 017
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	682 075	-	-	682 075	682 075
Activos financeiros detidos para negociação	2 981 418	-	-	-	-	-	2 981 418	2 981 418
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	3 634 314	-	-	-	-	3 634 314	3 634 314
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	6 524 728	-	6 524 728	6 524 728
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	6 164 044	-	-	6 164 044	6 164 044
Crédito a clientes	-	-	-	30 832 696	-	-	30 832 696	31 100 367
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	614 643	-	-	-	614 643	615 148
Derivados de cobertura (activos)	124 505	-	-	-	-	-	124 505	124 505
Activos financeiros	3 105 923	3 634 314	614 643	38 683 832	6 524 728	-	52 563 440	52 831 616
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	654 316	654 316	654 316
Passivos financeiros detidos para negociação	1 217 325	-	-	-	-	-	1 217 325	1 217 325
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	6 469 233	6 469 233	6 469 233
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	20 190 944	20 190 944	20 190 944
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	14 144 875	14 144 875	14 180 824
Derivados de cobertura (passivos)	111 098	-	-	-	-	-	111 098	111 098
Passivos por contratos de investimento	-	-	-	-	-	1 916 165	1 916 165	1 903 700
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 371 389	2 371 389	2 611 131
Passivos financeiros	1 328 423	-	-	-	-	45 746 922	47 075 345	47 338 571

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados

numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

Para os instrumentos onde o Grupo adopta a contabilidade de cobertura, o seu justo valor já se encontra reflectido nas demonstrações financeiras. Para os instrumentos remanescentes, o justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Nota 47 – Alterações ao perímetro de consolidação

Subsidiárias vendidas durante o ano

Conforme referido na Nota 1, o Grupo concluiu a reorganização das suas participações no sector segurador. Como consequência dessa reorganização, o Grupo reduziu a percentagem de direitos de voto na BES – Vida e na BES Seguros para 50% (de 65,5% e 100%, respectivamente, a 31 de Dezembro de 2005).

O Credit Agricole detém os restantes 50% dos direitos de voto nestas sociedades, bem como o controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais.

Desta forma, deste 30 de Junho de 2006, estas sociedades estão classificadas como associadas, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial. Em 2005, estas sociedades estavam classificadas como subsidiárias e eram consolidadas pelo método integral.

Os balanços da BES – Vida e da BES Seguros incluídos nas demonstrações financeiras da ESF(P) a 31 de Dezembro de 2005, que necessitam de ser considerados para permitir a comparabilidade apresentam-se como segue:

	(milhares de euros)
	BES - Vida
Activos	
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	901 651
Activos financeiros detidos para negociação	65 241
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 209 797
Activos financeiros disponíveis para venda	3 155 880
Crédito a clientes	725
Outros activos tangíveis	7 369
Propriedades de investimento	69 495
Activos intangíveis	691
Investimentos em subsidiárias	17 711
Provisões técnicas de resseguro cedido	5 390
Activos por impostos diferidos	23 647
Outros activos	24 071
	6 481 668
Passivos	
Passivos financeiros detidos para negociação	20 801
Passivos por contratos de investimento	1 903 354
Provisões técnicas de seguro directo	4 119 508
Passivos subordinados	90 145
Passivos por impostos correntes	15
Outros passivos	70 763
	6 204 586
Capital próprio	
Capital	250 000
Outras reservas e resultados transitados	(7 074)
Resultado líquido do exercício	34 156
	277 082
	6 481 668

	(milhares de euros)
	BES Seguros
Activos	
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	27 716
Activos financeiros disponíveis para venda	26 105
Investimentos detidos até à maturidade	17 803
Outros activos tangíveis	258
Activos intangíveis	86
Investimentos em subsidiárias	92
Provisões técnicas de resseguro cedido	3 451
Activos por impostos diferidos	10
Outros activos	3 582
	79 103
Passivos	
Provisões	316
Provisões técnicas de seguro directo	51 537
Passivos por impostos correntes	551
Outros passivos	4 321
	56 725
Capital próprio	
Capital	15 000
Outras reservas e resultados transitados	3 069
Resultado líquido do exercício	4 309
	22 378
	79 103

Considerando que a transacção ocorreu no final de Junho de 2006, as demonstrações de resultados da BES – Vida e da BES Seguros até 30 de Junho de 2006 foram incluídas linha a linha na demonstração dos resultados consolidados do Grupo.

Nota 48 – Gestão dos riscos de actividade

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários –

empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps, forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	366 285	(12 609)	-	-	-	-	4 065	-	-	-	46 121
Indústrias Extractivas	146 818	(3 313)	9 689	-	1 246	-	110 035	-	-	-	8 445
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	357 610	(13 250)	883	-	6 259	-	28 507	(34)	-	-	101 684
Têxteis e Vestuário	381 638	(21 664)	-	-	-	-	26 079	(3 422)	-	-	47 729
Curtes e Calçado	76 670	(5 312)	-	-	-	-	499	(499)	-	-	5 080
Madeira e Cortiça	156 399	(11 531)	-	-	-	-	-	-	-	-	11 182
Papel e Indústrias Gráficas	189 699	(6 723)	13 449	-	10 566	-	18 015	-	-	-	34 043
Refinação de Petróleo	75 077	(1 510)	3 147	-	-	-	-	-	-	-	252 134
Produtos Químicos e de Borracha	470 693	(5 755)	-	-	-	-	5 555	(68)	-	-	45 003
Produtos Minerais não Metálicos	228 129	(8 726)	727	-	-	-	14 401	(469)	-	-	43 698
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	400 796	(10 703)	116	-	-	-	5 926	(6)	762	-	41 789
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	193 596	(6 412)	-	-	5 256	-	20 055	(1 445)	-	-	118 290
Fabricação de Material de Transporte	225 358	(3 557)	1 430	-	-	-	91 267	-	-	-	80 778
Outras Industrias Transformadoras	208 334	(7 658)	1 975	-	-	-	9 284	(72)	-	-	20 785
Electricidade, Gás e Água	571 734	(6 714)	20 451	-	8 084	-	340 070	-	-	-	258 257
Construção e Obras Públicas	4 535 520	(106 257)	1 409	-	3 039	-	34 575	(1 691)	-	-	1 088 823
Comércio por Grosso e a Retalho	2 730 327	(108 196)	200	-	-	-	128 220	(633)	777	-	461 562
Turismo	660 662	(15 837)	14	-	-	-	1 682	(171)	-	-	83 079
Transportes e Comunicações	1 816 692	(42 344)	54 788	-	76 717	-	798 393	(3)	-	-	607 548
Actividades Financeiras	912 594	(12 207)	1 216 643	-	1 080 392	-	2 060 713	(19 858)	2 278	-	117 518
Actividades Imobiliárias	4 463 771	(82 204)	101	-	-	-	1 502	(387)	-	-	400 053
Serviços Prestados às Empresas	2 635 909	(60 789)	20 321	-	175 894	-	902 104	(18 090)	-	-	580 318
Administração e Serviços Públicos	903 756	(14 047)	1 538 485	-	-	-	349 643	(594)	589 354	-	41 317
Outras actividades de serviços colectivos	1 391 864	(38 176)	6 968	-	131 139	-	331 179	(8 059)	-	-	131 866
Crédito à Habitação	8 499 855	(137 443)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 309 217	(104 552)	-	-	-	-	-	-	-	-	59 285
Outros	842 829	(21 838)	65 232	-	-	-	27 413	(1 997)	-	-	96 022
TOTAL	35 751 832	(869 327)	2 956 028	-	1 498 592	-	5 309 182	(57 498)	593 171	-	4 782 409

(milhares de euros)

	31.12.2005										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	372 286	(13 221)	-	-	-	-	2 167	-	-	-	34 625
Indústrias Extractivas	93 776	(2 542)	4	-	11 590	-	2 577	-	-	-	16 515
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	392 393	(11 254)	2 354	-	16 249	-	135 160	(34)	-	-	108 910
Têxteis e Vestuário	398 180	(15 472)	-	-	-	-	2 213	(1 994)	-	-	58 062
Curtes e Calçado	81 547	(5 761)	-	-	-	-	1 933	(1 933)	-	-	9 986
Madeira e Cortiça	178 565	(10 457)	-	-	-	-	-	-	-	-	14 463
Papel e Indústrias Gráficas	166 476	(5 389)	2 512	-	19 116	-	14 461	-	-	-	43 418
Refinação de Petróleo	14 626	(280)	2 578	-	989	-	13 826	-	-	-	34 427
Produtos Químicos e de Borracha	375 401	(8 151)	-	-	138	-	38 107	(353)	-	-	47 562
Produtos Minerais não Metálicos	235 738	(6 537)	941	-	-	-	3 356	(469)	-	-	50 561
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	298 533	(9 438)	396	-	205	-	6	(6)	-	-	45 234
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	245 072	(6 042)	-	-	-	-	11 698	(1 718)	-	-	103 200
Fabricação de Material de Transporte	65 928	(4 648)	3 609	-	22	-	143 048	-	356	-	68 590
Outras Indústrias Transformadoras	329 256	(7 019)	1 656	-	-	-	12 387	(63)	-	-	22 162
Electricidade, Gás e Água	425 657	(5 790)	13 465	-	1 874	-	80 686	(2)	-	-	341 445
Construção e Obras Públicas	3 667 782	(69 746)	2 575	-	4 700	-	135 651	(1 691)	-	-	957 753
Comércio por Grosso e a retalho	2 907 276	(108 332)	-	-	1 510	-	126 188	(918)	-	-	599 998
Turismo	617 684	(14 713)	77	-	-	-	8 783	(1 711)	-	-	94 801
Transportes e Comunicações	1 358 176	(36 149)	45 502	-	137 039	-	804 258	(1 088)	-	-	728 717
Actividades Financeiras	824 123	(56 811)	717 855	-	2 642 532	-	3 183 903	(119 843)	-	-	99 629
Actividades Imobiliárias	3 523 826	(49 836)	414	-	-	-	182 909	(563)	-	-	411 965
Serviços Prestados às Empresas	2 309 956	(47 729)	3 758	-	186 649	-	541 745	(12 829)	-	-	625 054
Administração e Serviços Públicos	381 528	(3 380)	980 938	-	182 806	-	960 953	(359)	606 260	(13)	35 834
Outras actividades de serviços colectivos	1 680 154	(31 512)	8 652	-	393 028	-	245 906	(10 813)	-	-	140 677
Crédito à Habitação	8 480 856	(156 200)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito à Particulares	1 802 434	(118 022)	-	-	-	-	-	-	-	-	89 990
Outros	435 341	(25 443)	21 661	-	35 867	-	29 905	(2 251)	8 040	-	34 506
TOTAL	31 662 570	(829 874)	1 808 947	-	3 634 314	-	6 681 826	(157 098)	614 656	(13)	4 818 084

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

De forma a melhorar a medida do VaR têm vindo a ser desenvolvidas outras iniciativas, como exercícios de *back-testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades predictivas do mesmo. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	5 663 364	215 141	3,80%	6 104 447	192 230	3,15%
Crédito a clientes	33 354 454	1 672 613	5,01%	30 122 390	1 311 929	4,36%
Aplicações em títulos	7 609 335	494 275	6,50%	6 412 253	453 597	7,07%
Aplicações diferenciais	-	-	-	671 668	-	-
Activos financeiros	46 627 153	2 382 029	5,11%	43 310 758	1 957 756	4,55%
Recursos monetários	7 850 875	319 704	4,07%	7 382 348	240 194	3,25%
Recursos de clientes	18 407 175	392 783	2,13%	18 549 503	318 108	1,71%
Outros recursos	19 685 344	755 277	3,84%	17 521 055	599 806	3,42%
Recursos diferenciais	787 096	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	46 730 489	1 467 764	3,14%	43 452 906	1 158 108	2,67%
Resultado Financeiro		914 265	1,97%		799 648	1,89%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	988 131	90 844	3 457	18	901	1 576	1 084 927
Disponibilidades em outras I.Crédito	607 011	27 698	2 560	30 725	1 456	3 541	672 991
Activos Financeiros detidos para negociação	2 930 438	484 614	112 886	19 508	627 120	17 892	4 192 458
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	1 077 087	404 231	17 274	-	-	-	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	3 668 852	650 736	-	-	907 793	24 303	5 251 684
Aplicações em Instituições de Crédito	3 353 252	3 188 426	630 665	61 252	22 519	331 935	7 588 049
Crédito a clientes	32 254 014	1 465 011	1 123 700	9 743	-	30 037	34 882 505
Investimentos detidos até à maturidade	-	592 390	-	-	-	781	593 171
Derivados de cobertura	33 151	8 465	65 551	63 997	-	7 489	178 653
Investimentos em associadas	408 600	-	-	-	-	-	408 600
Outros activos não financeiros	198 006	1 405 248	1 284 755	17 707	20 240	21 882	2 947 838
Total Activo	45 518 542	8 317 663	3 240 848	202 950	1 580 029	439 436	59 299 468
Passivo							
Recursos de bancos centrais	125 891	811 657	104 745	-	-	882	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	885 450	288 272	85 496	4 424	10 011	34 871	1 308 524
Recursos de outras instituições de crédito	3 040 453	2 712 160	763 802	83 207	219 344	109 269	6 928 235
Recursos de clientes e outros empréstimos	19 486 982	1 764 139	714 586	43 325	317 952	58 114	22 385 098
Responsabilidades representadas por títulos	15 021 779	2 146 824	1 894 446	-	-	36 942	19 099 991
Derivados de cobertura	226 922	8 609	-	-	-	3 081	238 612
Passivos subordinados	1 979 992	76 469	-	183 355	-	-	2 239 816
Outros passivos não financeiros	1 153 012	429 387	93 638	(176 689)	34 131	374 773	1 908 252
Total Passivo	41 920 481	8 237 517	3 656 713	137 622	581 438	617 932	55 151 703
Situação Líquida	3 598 061	66 626	-	-	505 310	70 460	4 240 457
Exposição Líquida	-	13 520	(415 865)	65 328	493 281	(248 956)	(92 692)
Posição cambial de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Exposição Operacional	-	13 520	(415 865)	65 328	493 281	(248 956)	(92 692)

	31.12.2005						Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo	46 024 242	4 877 522	2 376 726	299 893	1 259 396	868 330	55 706 109
Passivo	44 144 473	4 661 484	2 479 645	296 408	506 049	727 242	52 815 301
Situação Líquida	1 879 769	184 931	48 128	7 748	392 312	75 477	2 588 365
Exposição Líquida	-	31 107	(151 047)	(4 263)	361 035	65 611	302 443
Posição cambial de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Exposição Operacional	-	31 107	(151 047)	(4 263)	361 035	65 611	302 443

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Grupo dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, que integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Actividade das sucursais financeiras (off-shores)

O Grupo ESF(P) dispõe de uma sucursal financeira exterior localizada na Zona Franca da Madeira e uma sucursal financeira internacional localizada nas Ilhas Caimão.

Através da Sucursal Financeira Exterior localizada na Zona Franca da Madeira, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, tanto junto de clientes e de instituições de crédito não residentes, como de emigrantes. Estes recursos são por sua vez objecto de aplicação no exterior de forma a salvaguardar os requisitos exigidos pelo estatuto fiscal desta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2006, o activo líquido da Sucursal na Zona Franca da Madeira elevava-se a 1 998 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 1 959 milhões de euros), apresentando a seguinte estrutura:

	(milhões de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Activos financeiros de justo valor	203	399
Activos financeiros disponíveis para venda	555	682
Aplicações em Instituições de crédito	974	385
Crédito a clientes	253	292
Outros activos	13	201
	1 998	1 959
Recursos de Instituições de crédito	610	441
Recursos de clientes	1 289	1 325
Outros passivos	62	65
Fundos próprios	37	128
	1 998	1 959

A sucursal financeira exterior utiliza as estruturas de serviços partilhados, pelo que os procedimentos de controlo interno usados nesta estrutura são idênticos aos implementados no Banco.

Através da Sucursal das Ilhas Caimão, são desenvolvidas essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, junto (i) de clientes não residentes, por via de instrumentos de depósitos a prazo e emissão de obrigações e (ii) do BES Finance, pela captação dos fundos originados pelos programas de dívida de médio e longo prazo, emitidos pelo Grupo no mercado de capitais internacional. Estas duas áreas de actuação representam cerca de 90% do total dos activos da Sucursal que, em 31 de Dezembro de 2006, ascendem a 15 128 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 13 391 milhares de euros). Os fundos gerados pelas actividades de captação serve de suporte à actividade global do Grupo e ao desenvolvimento de actividades de investimento, consubstanciadas numa carteira de crédito e de títulos, que em 31 de Dezembro de 2006 ascendia a 295 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 271 milhares de euros).

Os procedimentos e mecanismos de controlo de risco em vigor na Sucursal das Ilhas Caimão são idênticos aos utilizados na estrutura global do Grupo.

Nota 49 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRIC 8 – Âmbito da aplicação do IFRS 2

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 a IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o IFRS 2 Pagamento com Base em Acções se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. A IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica o IFRS 2.

Esta IFRIC é mandatória e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção da IFRIC 8.

IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 a IFRIC 9 *Reavaliação dos derivados embutidos* e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de reavaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Esta IFRIC é mandatória e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção da IFRIC 9.

IFRIC 10 – Reporte Financeiro Interino e Imparidade

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 a IFRIC 10 *Reporte financeiro intercalar e imparidade* e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

Esta IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a *Goodwill*, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Esta IFRIC é mandatária para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para *Goodwill*, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da primeira data de adopção do IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção da IFRIC 10.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – *Transacções com Treasury shares e Grupo* e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Esta IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus colaboradores;
1. b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.
2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Esta IFRIC é mandatária para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto com a adopção da IFRIC 11.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e emenda ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 o IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações* e adenda complementar ao IAS 1 *Apresentação de Demonstrações Financeiras*.

O IFRS 7 introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros e substitui o IAS 30 *Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares* e alguns dos requisitos do IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação*. A emenda ao IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.

Esta norma é de aplicação mandatária para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Decorrente da adopção do IFRS 7, os impactos esperados serão essencialmente ao nível das divulgações a efectuar no que se refere aos instrumentos financeiros.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 *Segmentos operacionais* e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 *Reporte financeiro interino*, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatária para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 23 – Custos de Empréstimos (Revista)

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 29 de Março de 2007 a Norma Internacional de Contabilidade Revista (IAS) 23 *Custos de empréstimos*.

A principal alteração introduzida por esta revisão, face à última versão, é a remoção da opção do imediato reconhecimento em resultados do exercício dos custos com empréstimos que estão relacionados com activos que demorem um período substancial de tempo para ficarem aptos para uso ou venda. Desta forma, as entidades são obrigadas a capitalizar os custos dos empréstimos como parte do custo do activo. A IAS 23 revista não requer a capitalização de custos com empréstimos que estejam relacionados com activos mensurados ao justo valor nem a stocks que sejam manufacturados ou produzidos em grandes quantidades numa base repetitiva, mesmo que demorem um período de tempo substancial para ficarem prontos para serem usados ou vendidos.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009. A aplicação antecipada é permitida.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção desta norma.

Nota 50 – Eventos subsequentes

No primeiro trimestre de 2007 foi realizada a fusão por incorporação do Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha) no Banco Espírito Santo, S.A., transmitindo-se todo o património da sociedade incorporada, bem como os seus direitos e obrigações, para o BES. O dito património ficará afecto na sua totalidade a um estabelecimento permanente da sociedade incorporante no território espanhol, denominado Banco Espírito Santo, S.A., Sucursal em Espanha.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de **823.304** milhares de euros e um total de capital próprio de **319.184** milhares de euros, incluindo um resultado líquido de **76.084** milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas nos termos da Instrução n.º 18/2005, do Banco de Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas nos termos da Instrução n.º 18/2005, do Banco de Portugal.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 15 de Maio de 2007

José Manuel Macedo Pereira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de **59.152.314** milhares de euros e um total de capital próprio de **4.235.509** milhares de euros, incluindo um resultado líquido de **374.878** milhares de euros e interesses minoritários de **3.649.622** milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com as IFRS adoptadas na União Europeia.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- ◆ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - ◆ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS adoptadas na União Europeia.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 15 de Maio de 2007

José Manuel Macedo Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

O Conselho Fiscal vem submeter à apreciação de V.Exas. o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão do Conselho de Administração referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O Relatório do Conselho de Administração inclui as demonstrações financeiras da Empresa-mãe e as demonstrações financeiras consolidadas, havendo conformidade com os preceitos constantes do artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais.

No que respeita às empresas incluídas na consolidação analisámos os respectivos Relatórios, Pareceres e Certificações Legais das Contas, elaborados de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Foi examinada a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, tendo o Conselho de Administração sempre prestado as informações julgadas necessárias.

Durante o exercício a Sociedade aumentou em 6,11% a sua participação no capital social da BÉSPAR, passando a deter 67,4% deste, tendo sido muito positiva a evolução do seu resultado consolidado.

O Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer violação das disposições legais e do contrato de Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanhou os procedimentos que o seu membro Revisor Oficial de Contas desenvolveu e, no final dos trabalhos, tomou conhecimento das Certificações Legais das Contas Individuais e Consolidadas por este emitidas, com as quais concordou.

O Conselho Fiscal inteirou-se, ao longo do exercício, da auditoria efectuada por uma Sociedade internacional de auditoria e tomou conhecimento das suas conclusões constantes do seu Relatório final.

Nestes termos, somos de parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras sociais e consolidadas da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** referentes ao exercício de 2006;
2. Seja aprovada a proposta de aplicação de Resultados Líquidos individuais apresentada, em base estatutária, pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 15 de Maio de 2007

O Conselho Fiscal,

Carlos Alberto Marques da Costa – *Presidente*

Armando Silva Antunes – *Vogal*

José Manuel Macedo Pereira – *R.O.C.*

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da **Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., S.A.** (“ESF(P)”) incluída no Relatório de Gestão, no Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 823.304 milhares de euros e um total de capital próprio de 319.184 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 76.084 milhares de euros), nas Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da ESF(P):
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor tal como adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., S.A.**, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) conforme definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 7 de Maio de 2007

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.
representada por,

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
ROC n.º 967

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da **Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., S.A.** (“ESF(P)”) contida no Relatório de Gestão das contas consolidadas, no Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 59.152.314 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade de 585.887 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade de 374.878 milhares de euros), nas Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da ESF(P):
 - b) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - c) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - d) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - e) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - f) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 7 de Maio de 2007

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.
representada por,

Extracto da acta da Assembleia Geral da “ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.” reunida no dia 31 de Maio de 2006, relativo à proposta de aplicação de resultados:

O representante expressamente autorizado a deliberar e votar as propostas constantes da Ordem de Trabalhos, o que se confirma pela carta mandadeira que fica arquivada na sede da Sociedade em dossier próprio respeitante a esta Assembleia Geral aprovou:

no âmbito do ponto número três da ordem de trabalhos a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório do Conselho de Administração da “ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.”, que se transcreve:

“Proposta

de Aplicação dos Resultados do Exercício de 2006

Nos termos da alínea b) do art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. propõe para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido positivo do exercício de 2006, de 76.084.069,71 euros, adicionado aos resultados transitados positivos, no valor de 111.961,25 euros, o que perfaz um total de 76.196.030,96 euros, tenha a seguinte distribuição:

Para reforço da reserva legal (5%)	3.805.000,00 euros
Para dividendo pago antecipadamente em 2006	37.342.800,00 euros
Para dividendo adicional (0,64 euros por acção)	34.636.800,00 euros
Para resultados transitados	411.430,96 euros